# EM BUSCA DO BEM VIVER

## EXPERIÊNCIAS DE ELABORAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

# EM BUSCA DO BEM VIVER

# EXPERIÊNCIAS DE ELABORAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

REDE RCA
REDE DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

Rede de Cooperação Amazônica - RCA

A RCA tem como missão promover a cooperação e troca de conhecimentos, experiências e capacidades entre organizações indígenas e indigenistas, para fortalecer a autonomia e ampliar a sustentabilidade e o bem estar dos povos indígenas no Brasil.

A RCA é constituída por 14 organizações:
Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão – AMIM
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC,
Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina,
Associação Terra Indígena Xingu – ATIX,
Conselho Indígena de Roraima – CIR,
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN,
Hutukara Associação Yanomami – HAY,
Organização Geral dos Mayuruna – OGM,
Organização dos Professores Indígenas do Acre – OPIAC,
Associação Wyty Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins – Wyty Catë,
Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC,
Centro de Trabalho Indigenista – CTI,
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé
e Instituto Socioambiental – ISA.

Secretário-Executivo
Luís Donisete Benzi Grupioni

Assessora de Programa
Patrícia de Almeida Zuppi

Conselho Político
Arlete Bandeira (Wyty Catë)
Maurício Tomé Rocha (Hutukara),
Maria Luiza Pinedo Ochoa (CPI/AC)

Conselho Editorial
Bruce Albert, Dominique Gallois,
Nietta Monte e Regina Müller

Rede de Cooperação Amazônica
Rua Professor Monjardino, 19
Vila Sonia
05625-160 – São Paulo – SP
Tel. 11.3746-7912
Rede.rca@gmail.com / www.rca.org.br

# EM BUSCA DO BEM VIVER

## EXPERIÊNCIAS DE ELABORAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

Luís Donisete Benzi Grupioni (organizador)
Bruno Walter Caporrino
Dominique Tilkin Gallois
Hugo Prudente da Silva Pedreira
Ivã Gouvêa Bocchini
Leonardo Viana Braga
Maria Elisa Ladeira
Marina Albuquerque Regina de Mattos Vieira
Priscila Chianca
Renato Antonio Gavazzi

São Paulo, 2020

EM BUSCA
DO BEM VIVER
EXPERIÊNCIAS DE ELABORAÇÃO
DE PLANOS DE GESTÃO
TERRITORIAL E AMBIENTAL
DE TERRAS INDÍGENAS

© RCA / São Paulo, 2020
© Luís Donisete Benzi Grupioni, Dominique Tilkin Gallois, Bruno Walter Caporrino, Hugo Prudente da Silva Pedreira, Ivã Gouvêa Bocchini, Leonardo Viana Braga, Maria Elisa Ladeira, Marina Albuquerque Regina de Mattos Vieira, Priscila Chianca e Renato Antonio Gavazzi

Organização
Luís Donisete Benzi Grupioni

Projeto gráfico
Renata Alves de Souza | Tipográfico Comunicação

Foto da capa
Oficina de etnomapeamento TI Kampa do Rio Amônia, 2004
© Marcio Sztutman

Apoio à publicação
Rainforest Foundation Norway

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Em busca do bem viver : experiências de elaboração de
Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas /
Luís Donisete Benzi Grupioni (organizador). -- São Paulo :
Rede de Cooperação Amazônica - RCA, 2020.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-98046-21-1

1. Áreas de conservação de recursos naturais
2. Comunidade - Desenvolvimento 3. Políticas públicas
4. Povos indígenas - Brasil 5. Povos indígenas - Territórios 6. Proteção ambiental
I. Grupioni, Luís Donisete Benzi.

16-00141 CDD-306.089980811

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Amazônia : Terras Indígenas : Planos de gestão ambiental e territorial : Sociologia
306.089980811

# Índice

**6** Trilhando novos caminhos para a gestão das Terras Indígenas
Luís Donisete Benzi Grupioni

**12** A experiência de elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas no Acre
Renato Antonio Gavazzi

**32** PJË INPEJ: Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira
Priscila Chianca e Maria Elisa Ladeira

**48** Para além do ambiental: considerações sobre o Plano de Gestão Socioambiental Wajãpi
Bruno Walter Caporrino

**68** O processo de construção do Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu
Ivã Gouvêa Bocchini

**84** Plano de Gestão e Governança da Terra Indígena Yanomami
Marina Albuquerque Regina de Mattos Vieira

**108** Construindo um Plano de Gestão Territorial e Ambiental com os Zo'é
Dominique Tilkin Gallois, Hugo Prudente da Silva Pedreira e Leonardo Viana Braga

**132** Referências bibliográficas

**136** Sobre os autores

© Marcio Sztuman

Oficina de etnomapeamento TI Kampa do Rio Amônia, 2004



# Trilhando novos caminhos para a gestão das Terras Indígenas

Luís Donisete Benzi Grupioni

# Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

© Marcos Castelli

Oficina de Etnomapeamento - Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, 2013

Nos últimos anos, constata-se um rico e amplo mosaico de experiências e iniciativas inovadoras de governança cultural e de gestão territorial e ambiental levadas a cabo por povos indígenas. Trata-se da formulação de planos de gestão por comunidades e organizações indígenas, com apoio de organizações parceiras indigenistas, determinadas a enfrentar a contingência de viverem em territórios demarcados com limites definidos. Essas experiências têm salvaguardado territórios indígenas no Brasil, especialmente mas não exclusivamente na Amazônia, e também em países como Colômbia, Peru e Equador, em que suas populações resistiram à opressão política e cultural, recuperaram-se de processos de decréscimo populacional e se veem diante do desafio de garantir qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. Num cenário de recuperação e crescimento demográfico e de maior pressão sobre os territórios indígenas, com o avanço de frentes de desenvolvimento e desmatamento, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental, conhecidos como PGTA no Brasil, ou Planes de Vida, como são chamados em outros países da América Latina, vêm se estruturando enquanto expressão de autonomia e autodeterminação, além de um importante instrumento de governança e gestão de territórios indígenas.



Os PGTA são o tema desta coletânea de ensaios que reúne reflexões de indigenistas e antropólogos que assessoram, em anos recentes, processos de elaboração dessas ferramentas de gestão de terras indígenas da Amazônia brasileira. Aqui estão reunidas experiências desenvolvidas no Acre, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará e Roraima, conduzidas por organizações indígenas e indigenistas que integram a Rede de Cooperação Amazônica (RCA).

Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas são uma forma de orientar o uso dos territórios indígenas, e dos recursos naturais neles existentes, de modo a atender as necessidades culturais, sociais e econômicas atuais dos povos indígenas que neles vivem e, também, conservar o meio ambiente para as futuras gerações. Constituídos dessa perspectiva, são a expressão política e de autonomia de povos e comunidades que chamam para si a responsabilidade de encontrar e construir arranjos de governança territorial e de bem viver em seus territórios, garantindo qualidade de vida, permanência de ecossistemas e vivência de direitos culturais diferenciados.

Os PGTA consistem em um conjunto de metas, ações e atividades pensado, discutido, organizado, acordado coletivamente para serem realizados a curto, médio e longo prazo, visando atingir o objetivo maior de controle e gestão do próprio território e dos recursos naturais que existem nele. O conjunto de metas e ações resultam de acordos coletivos sobre como administrar o território, com base em valores culturais e organizações sociais, e têm sido construídos por meio de encontros, oficinas e discussões comunitárias, a partir de levantamentos socioeconômicos, ecológicos e culturais, mapeamentos e zoneamentos do território. É um processo dinâmico, com diferentes etapas e procedimentos, que vem permitindo que as comunidades indígenas consigam identificar os potenciais e as ameaças presentes nas terras que habitam e no seu entorno.

Os processos de elaboração de PGTA têm sido descritos como momentos únicos e de aprendizado cultural e intergeracional, de reflexão coletiva e de produção e ampliação de conhecimentos sobre os territórios e sobre os recursos naturais nele existentes, articulando conhecimentos, práticas e experiências que atualizam o sentimento de pertencimento cultural destes povos. Eles propiciam um processo de entrosamento intergeracional e de reflexão coletiva sobre o passado, presente e futuro dos povos indígenas e sua capacidade de responder aos desafios colocados pela interação contínua com segmentos da sociedade nacional. Os PGTA são, assim, um instrumento de planejamento para a gestão e para a governança territorial que, ancorado em seu patrimônio material e imaterial, articula a visão particular que um povo indígena tem de sua própria história e identidade coletiva.

Os PGTA expressam compromissos acordados e assumidos pelas próprias comunidades indígenas. São elas a estabelecer as prioridades de ações que serão desenvolvidas em suas terras, a partir de diagnósticos e levantamentos culturais, almejando melhorar sua qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. Incluem novas práticas, mas também registram práticas há muito tempo em uso. Tal como vem sendo formulados, os PGTA são instrumentos que vêm valorizar os conhecimentos e patrimônios culturais indígenas bem como suas práticas de uso sustentável, manejo e conservação de recursos naturais e agroflorestais, permitindo transmissão e atualização de conhecimento entre gerações, apresentando alternativas econômicas de renda, incluindo novos arranjos produtivos e culturais de produtos da floresta, fortalecendo instâncias de governança territorial, de decisão política e de atuação de suas organizações representativas na reivindicação de melhorias de políticas públicas e ampliação de diálogo com órgãos governamentais.

Em última análise, os PGTA representam o compromisso com um conjunto de ações estratégicas e intenções sociais para os próximos anos, sujeitos a revisões e atualizações. Esta flexibilidade é mandatória. Além de instrumento de planejamento o PGTA é um instrumento de diálogo com os órgãos governamentais responsáveis pela implementação de políticas públicas ambientais e indigenistas, uma prática que tem marcado o amadurecimento da política indígena e seus parceiros da sociedade civil diante da insegurança legal e jurídica a que são submetidas as terras indígenas no Brasil. O suposto é que as prioridades traçadas nos PGTA encontrem apoio e acolhida por parte dos órgãos governamentais. Muitas das propostas de ações e atividades neles previstas acabam por se revestir em demandas para diversas agências estatais, exigindo apoio a acordos e consensos internos sobre o que é prioritário para garantir modos de vida próprios. Ao direcionar demandas claras e apontar prioridades específicas para agentes governamentais, os PGTA responsabilizam órgãos e políticas públicas, criando balizas que restringem propostas exógenas, dissociadas das lógicas e necessidades indígenas, ou formuladas sem diálogo e consulta com aqueles que serão por elas afetadas.

Ao explicitarem e informarem em seus PGTA, acordos internos e prioridades, os povos indígenas comunicam, tanto para o Estado quanto para outros atores não governamentais, sobre o que estão empenhados em alcançar em termos de governança socioambiental e gestão sustentável de seus territórios, exigindo, para além do exercício do diálogo e do direcionamento de políticas públicas, atuação coordenada e comprometimento com as prioridades indígenas estabelecidas. Os PGTA, portanto, se configuram como um instrumento para o diálogo intercultural com o governo, com os parceiros e com o entorno dos territórios indígenas.

Inúmeras comunidades e povos indígenas em toda a Amazônia têm nos últimos anos elaborado e implementado seus planos de gestão que têm visibilizado estratégias de monitoramento e vigilância territorial, manejo de recursos naturais, recuperação de áreas degradadas, novas atividades econômicas, inclusive com a oferta de produtos da sociobiodiversidade para o mercado regional, e formação de novas gerações para o cuidado e proteção de seus territórios. Esses têm sido elementos comuns na estruturação dos diferentes PGTA formulados nessa última década.

Os PGTA têm se mostrado uma resposta efetiva por parte dos povos indígenas para as diversas pressões e ameaças que cada vez mais vêm enfrentando em seus territórios. Em toda a bacia amazônica, e também em outros biomas, comunidades e povos indígenas utilizam seu conhecimento tradicional, contribuindo para novos paradigmas de gestão ambiental. Já está mais que comprovado que para proteger ecossistemas e garantir sobrevivência digna aos povos indígenas, é preciso trabalhar lado a lado com eles, garantindo plenamente seu direito de governar suas terras de acordo com seus próprios valores culturais para as atuais e futuras gerações.

Este livro traz experiências pioneiras de formulação de PGTA que antecederam a própria formulação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto Presidencial 7.747, de 05 de junho de 2012. Isto revela a visão pioneira de lideranças indígenas sobre a urgência de se posicionarem preventivamente contra as constantes ameaças sobre as terras onde vivem ancestralmente. Outras experiências aqui relatadas foram desenvolvidas já na vigência da PNGATI. Esperamos que a leitura possa incentivar mais povos indígenas a construírem seus PGTA e, desta forma, avançar na gestão e na sustentabilidade de seus territórios, no presente e no futuro.



## Planos de Gestão e a PNGATI

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas não cita expressamente os PGTA. Ela institui como ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas os processos de etnomapeamento e etnozoneamento (artigo 2º. do Decreto 7.747 de 05/06/2012). O reconhecimento dos PGTA como principal instrumento para a gestão dos territórios indígenas, no marco das políticas públicas, ocorre com a formalização do documento "Orientações para Elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas", lançado pela Funai em 2013, com o estabelecimento de quantitativos de PGTA a serem apoiados nos sucessivos Planos Plurianuais do Governo Federal (PPA) e com os editais públicos voltados a financiar a elaboração e implementação de PGTA (PDPI, Fundo Clima, Fundo Amazônia/BNDES), articulados pelo Ministério do Meio Ambiente e Funai.

O documento "Orientações para Elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas" da Funai afirma que os PGTA "despontam como instrumentos de diálogo intercultural e de planejamento para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas brasileiras" devendo ter como princípios:

"Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas devem ser construídos conforme a especificidade de cada territorialidade indígena, as características políticas, sociais, culturais e econômicas de cada povo, bem como de acordo com as especificidades ambientais de seus territórios. Sua implantação deve contemplar/implicar um processo contínuo de discussão, negociação, construção de conhecimentos e estabelecimentos de acordos acerca das formas de convivência, ocupação e uso do território pelos povos indígenas, considerando sua situação atual e aspirações presentes e futuras. Desta forma, são indicados os ***seguintes princípios para os PGTAS:***

**Protagonismo Indígena:** o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas é um instrumento feito pelos e para os indígenas, segundo suas aspirações e visões de futuro, com a colaboração e o apoio do Estado e de parceiros da sociedade civil.

**Legalidade:** o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas se dá no âmbito do ordenamento jurídico nacional, seguindo e respeitando as normas vigentes, consideradas as especificidades indígenas.

**Sustentabilidade**: o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas visa à sustentabilidade dos povos e das Terras Indígenas, considerando os aspectos socioculturais, econômicos, políticos e ambientais, no sentido de atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras também atenderem às suas próprias necessidades.

**Estabelecimento de acordos/pactos:** o estabelecimento de acordos possibilita que os planos sejam potencializados como ferramentas de diálogo interno e externo, contribuindo para a efetividade das ações planejadas e para a eficiência das políticas públicas e demais serviços voltados aos povos indígenas" (Funai, 2013:08).

© José Meirelles

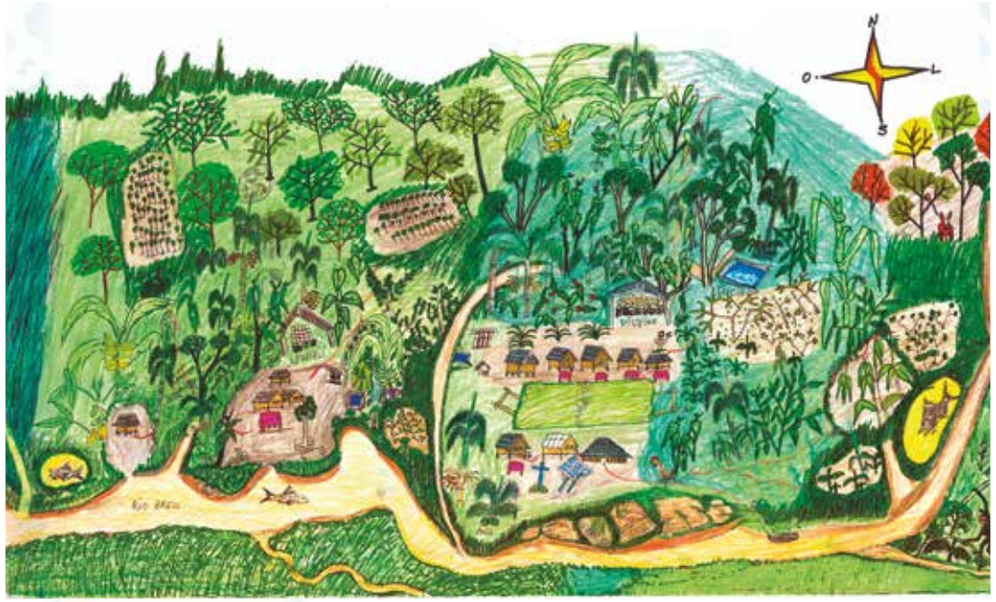
Oficina de Etnomapeamento - Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, 2013



# A experiência de elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas no Acre

Renato Antonio Gavazzi

# Ação educacional para a gestão territorial das Terras Indígenas – o caso do Acre



Mapa feito pelo Agente Agroflorestal Acelino Kaxinawá

A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) começou a discutir, de modo mais organizado, questões relacionadas ao uso, manejo e conservação dos recursos naturais no início da década de 1990, nas aulas de Geografia dos cursos de formação de professores indígenas. Tais discussões tinham como objetivo criar estratégias para regulamentar o uso de determinados recursos que, naquela época, mostravam sinais de escassez e evitar o surgimento de pequenos conflitos dentro de algumas comunidades; em outros casos se discutia regulamentos que já existiam nas comunidades indígenas.

As discussões se davam como parte de um processo de elaboração de diagnósticos socioambientais das Terras Indígenas em atividade de mapeamento, realização de levantamentos e construção de planos de uso dos recursos naturais. Abaixo, temos as primeiras discussões feitas junto aos professores indígenas para elaboração de normas de uso dos recursos naturais nas Terras Indígenas:

> **"Caça** *Não matar exageradamente, como já aconteceu há anos atrás. Não matar os filhotes que estejam em extinção e as mães que estejam buchudas, isto é para garantir a reprodução maior dos animais que são mais caçados.*
>
> **Criação** *Nas reservas indígenas e extrativistas podemos criar animais somente para o consumo da comunidade indígena. Não desmatar área grande, explorando demais a criação de gado.*
>
> **Estrada de seringa** *Não se deve derrubar as seringueiras. As estradas devem passar um tempo sem ser cortadas para que sejam recuperadas.*
>
> **Madeira** *É proibida a entrada de madeireiros que querem explorar a madeira dentro do território indígena. Pode utilizar só para o uso próprio, sendo proibida a sua comercialização.*
>
> **Pesca** *É preciso proteger os bichos em extinção, tracajá, jacaré, tartaruga.*
>
> **Palmeiras** *É proibida a derrubada do patoá da palmeira que dá o vinho, seja açaí, patoá ou bacaba. Se derrubar, deve plantar 10 palmeiras no lugar.*
>
> **Roçado** *Nas capoeiras devem ser plantadas frutas tropicais. Deve-se respeitar a lei do IBAMA de não derrubar mata na beira do rio, igarapé, para colocar os roçados" (In Gavazzi, 1993).*

Porém, foi nos cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) iniciados em 1996, que foram aprofundadas as discussões voltadas ao uso, manejo e conservação dos recursos naturais nas Terras Indígenas. Muitos diagnósticos socioambientais, levantamentos e planos de uso dos recursos naturais foram elaborados como atividades de cursos, oficinas e em outras modalidades educacionais, como exercício para que os AAFIs refletissem sobre normas que assegurassem o uso sustentável dos recursos naturais, de forma individual e coletiva, e discutissem esses temas em reuniões comunitárias nas suas aldeias, em salas de aula com alunos e professores, no sentido de criar um consenso sobre a gestão dos territórios. Segue abaixo o registro de como essa atividade foi desenvolvida numa oficina itinerante realizada, no ano de 2000, na aldeia Belo Monte da TI Kaxinawá do Rio Jordão:

> *"Os AAFIs começaram a aula fazendo os textos das atividades práticas da aula passada. Zezinho leu seu texto da prática de plantio direto de açaí na capoeira. O professor Ibã Isaias chegou na sala de aula, escreveu uma cantiga Kaxinawá na lousa e solicitou a todos os participantes cantassem a música escrita. Depois da cantoria, demos início à discussão do plano de uso dos recursos naturais em Terras Indígenas. Zezinho e Xipi fizeram a versão em "hãtxakuĩ" e houve muita discussão entre os participantes. Zezinho comentou da vontade de fazer o manejo de tracajá na TI Praia do Carapanã. Josimar falou da necessidade de fazer a vigilância da Terra Indígena e contou sobre os cachorros dos caçadores que ele matou. A discussão de Josimar sobre caçar com cachorro puxou uma grande discussão entre os AAFIs do Jordão sobre o uso de cachorro nas caçadas. Comentei que no caso onde os próprios parentes usam o cachorro nas caçadas a única solução para resolver esse trabalho é a conscientização da população de rever formas de uso de cachorro para essa atividade e isso tem que ter muita discussão nas comunidades, nas reuniões comunitárias e na próxima assembleia da ASKARJ prevista para o ano de 2001 no mês de abril.*

*Ficamos até às 18:00 horas na sala de aula discutindo o papel do AAFI na conscientização da comunidade. Orientamos que o plano de uso não é para gerar conflito entre eles, mas sim um instrumento para ajudar os povos indígenas que vivem em terras demarcadas possam de maneira racional utilizar seus recursos através de seu aproveitamento sustentado, não faltando no presente e nem para as próximas gerações. O plano de uso dos recursos é mais uma ferramenta de defesa dos territórios indígenas para esse próximo milênio" (Gavazzi, 2000).*

As discussões e as práticas de construção dos diagnósticos socioambientais, levantamentos e planos de uso dos recursos naturais junto aos professores indígenas e AAFIs evoluíram no sentido de se pensar na construção de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA). Diferentemente do Plano de Uso, que visa apenas o uso e o manejo sustentável dos recursos naturais, os PGTAs foram concebidos para ter maior amplitude, relacionada às questões sociais, ambientais, econômicas e culturais.

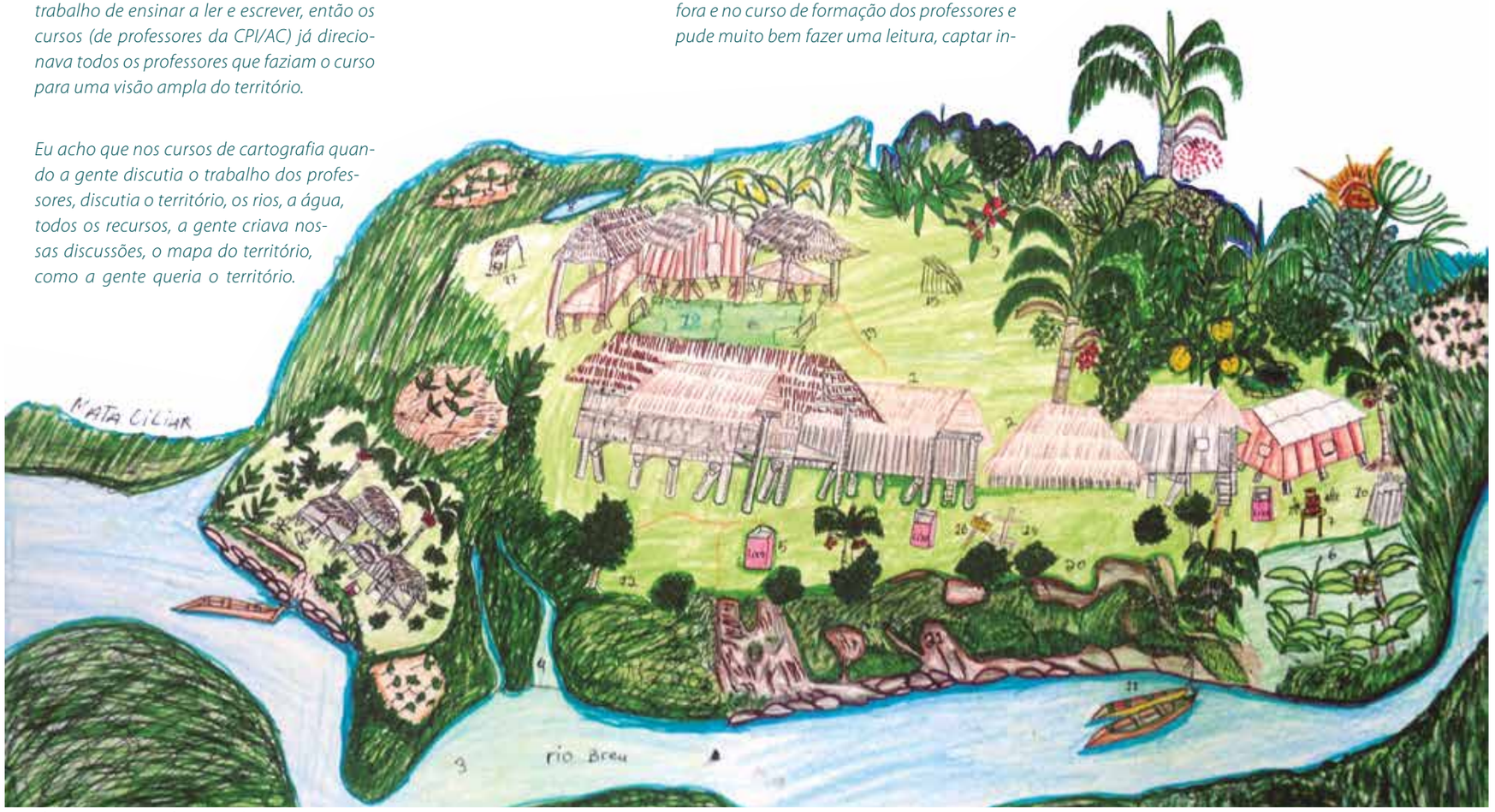
A partir de 2004, a CPI/AC iniciou uma nova etapa na formação dos AAFIs em atividades de cartografia, até então centrada na produção de mapas mentais, passando a trabalhar com imagens de satélites, mapas georreferenciados e GPS. No programa de formação, sentiu-se a necessidade de ampliar o leque, com a capacitação de outros representantes indígenas para as atividades de mapeamento. Era também necessário ampliar as discussões referentes aos processos comunitários de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas, em andamento há mais de três décadas. Como uma das estratégias para envolver as comunidades indígenas junto aos trabalhos dos AAFIs, a CPI/AC organizou oficinas itinerantes de mapeamento participativo que passaram a acontecer nas Terras Indígenas, intituladas Oficinas de Etnomapeamento.

*"... antes da sistematização do etnomapeamento da comunidade o trabalho que foi feito, eu lembro muito bem que a gente anteriormente ao surgimento dos AAFIs, a gente tinha toda uma discussão sobre a questão do território, dos recursos, uma preparação pra fazer a gestão não só da escola, mas um projeto da comunidade, que era discutido pelos professores junto às assessorias. O trabalho da assessoria que percebeu que não era só o trabalho de ensinar a ler e escrever, então os cursos (de professores da CPI/AC) já direcionava todos os professores que faziam o curso para uma visão ampla do território.*

*Eu acho que nos cursos de cartografia quando a gente discutia o trabalho dos professores, discutia o território, os rios, a água, todos os recursos, a gente criava nossas discussões, o mapa do território, como a gente queria o território.*

*Toda essa discussão contribuiu para a sistematização do etnomapeamento da nossa comunidade, mesmo a comunidade já tinha uma discussão que já era muito forte. Então conciliava a discussão que tinha no curso que ajudava a fortalecer a comunidade e quando eu chegava na comunidade, porque sempre fui uma espécie não só de professor, mas também de liderança, orientava as outras lideranças. Eu pegava orientação fora e no curso de formação dos professores e pude muito bem fazer uma leitura, captar informações e observar na comunidade o que era necessário para se trabalhar em uma gestão do território, pensando na questão que coloco da habitação, dos recursos, das estratégias de fiscalização, de repovoamento de quelônios nos rios, de reflorestamento, então isso ajudou, e foi isso que eu pude entender" (Prof. Isaac Pianko, in Ochoa, 2011).*






Mapa feito por Agente Agroflorestal Acelino Kaxinawá

# O Plano de Gestão e o Etnomapeamento: ferramentas para a gestão das Terras Indígenas

© José Meirelles

Oficina de etnomapeamento - Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, 2013

*"O etnomapeamento é uma questão que tem tudo a ver com o Plano de Gestão, mas que ao mesmo instante que é um instrumento político, também é um instrumento que você começa a ter domínio do seu espaço, começa a projetar, mostra aquilo que é da comunidade, começa ter um instrumento em mãos para se apresentar, essas coisas são fundamentais" (Isaac Pianko, in Ochoa, 2011).*

Os primeiros Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Acre começaram a ser discutidos, construídos e sistematizados nas atividades das oficinas de etnomapeamento que ocorreram entre os anos de 2004 a 2006 em oito Terras Indígenas[1] localizadas na faixa de fronteira Brasil/Peru[2]. As oficinas de etnomapeamento e suas discussões no processo do mapeamento participativo contribuíram de forma positiva para que os povos indígenas do Acre refletissem sobre a construção e a sistematização dos primeiros Planos de Gestão que, em anos recentes, passaram a ser um instrumento a mais para a gestão das Terras Indígenas.

Os etnomapas e os planos de gestão produzidos nos últimos 12 anos foram importantes ferramentas técnicas e pedagógicas, mas também políticas e de planejamento, para se refletir criticamente sobre os modelos de desenvolvimento comunitários nas Terras Indígenas e a respeito do uso, manejo e da conservação dos recursos naturais e agroflorestais; sobre a proteção das Terras Indígenas contra as invasões, além das problemáticas referentes ao entorno dessas terras. Dentro da metodologia de trabalho da CPI/AC, não se elabora um Plano de Gestão sem primeiro trabalhar com o mapeamento participativo da Terra Indígena. É só depois que as comunidades participam do mapeamento de suas terras, após refletirem coletivamente sobre o seu território, que se inicia o trabalho de construção e sistematização do Plano de Gestão.

*"Para ser feito esse Plano de Gestão teve esse tempo, teve um tempo antes para que pudéssemos chegar agora e colocar ele no papel, colocar ele no mapa. Quando nós colocamos ele no mapa, também teve toda uma discussão de como colocar e se isso era importante. Todo mundo achou que era importante, então a gente colocou ele no mapa. Eu acho que é um trabalho que a gente tem que fazer, porque antes a gente pensava que nosso território era imenso, mas agora a gente viu que fazendo esse trabalho no mapa que não é tão grande assim. Agora no momento ele é grande para nós ainda, ao mesmo tempo ele se torna pequeno também, porque a gente vai além do que a gente fez ali. Também tem todo esse trabalho, todo esse entorno que está aí se aproximando da gente. Se a gente não se preocupar com isso a gente vai acabar perdendo tudo. Para a gente ter esse território garantido por mais tempo, a gente tem que fazer o Plano de Gestão Territorial e Ambiental. Planejar como tirar os recursos de maneira que não afete a natureza, porque o nosso povo Ashaninka é um povo que se acabar a floresta, se colocar o nosso povo só no campo, aqui, por exemplo, ele não consegue viver. Para ele tem que ter a floresta. A nossa relação com a floresta é muito forte, com as águas, com as árvores, com os pássaros, com os outros seres. Tudo isso é muito importante para nós, isso veio das nossas raízes, da nossa origem, dessa convivência com a floresta. Então a gente tem que saber usar para que esse nosso território tenha sempre esses recursos dentro dele, para que não falte, para que não acabe, para que as outras gerações que vêm aí possam ter também, possam participar desse trabalho, ou levar esse trabalho que a gente vem fazendo aí para frente. Quem sabe daqui a muito tempo a gente possa estar nesse mundo realizando esse trabalho. Eu acho que isso é um trabalho que a gente tem que fazer mesmo, cada povo indígena tem que pensar sobre seu território, para planejar, para usar esse território. Porque eu vejo que*

1 Terra Indígena Kampa do Rio Amônia (2004), Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu (2004), Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão (2005), Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão (2005), Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Independência 2005), Terra Indígena Poyanawa (2006) e Terra Indígena Nukini (2006).

2 O subprojeto Etnomapeamento em oito Terras Indígenas localizadas na faixa de fronteira Brasil/Acre-Peru/Ucayali, fez parte do projeto "Conservação Transfronteiriça do Alto Juruá e Serra do Divisor (Brasil-Peru)", teve início em 2004, e foi executado pelo então Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre, CPI/AC, e a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre AMAAIAC. O objetivo principal do subprojeto foi apoiar os processos comunitários de gestão territorial e ambiental de 8 Terras Indígenas localizadas na faixa de fronteira com o Peru, no Alto Juruá. O subprojeto foi de 2004 a 2006 e nesse período foram sistematizados 6 Planos de Gestão, sendo que três Terras Indígenas contínuas Kaxinawá do Jordão tiveram um único plano.

*no momento de agora não tem mais para onde a gente fugir, não tem mais para onde a gente ir. Agora a gente tem que ficar mesmo nesse canto e saber mesmo usar e ficar ali, se conformar com o que o governo demarcou com que o cedeu para a gente, mesmo que a gente sabe que o território é da União, mas a gente está aqui e é do povo Ashaninka. Então a gente tem que dar valor a todas essas árvores, a todos esses pássaros, a todos os seres que vivem aqui nessa floresta" (Prof. Bebito-Pianko, in Freschi, 2004).*

Na metodologia adotada pela CPI/AC para a construção e sistematização dos Planos de Gestão, após as atividades de mapeamento participativo, há debates prévios entre os participantes das Terras Indígenas e os visitantes indígenas de outras terras que participam da oficina[3], quando são dados exemplos e identificadas questões relevantes a serem inseridas em cada plano. Os índios sugerem os itens e acordos que são transcritos em papel madeira e pendurados no local da oficina, para que fiquem visíveis a todos os participantes e possam ser consultados ao longo das discussões.

*"...dentro do Plano de Gestão não é só documento, através do documento tem um projeto, e através do açude manual, captação de água de chuva, o fortalecimento das experiências dos AAFIs, coleta de semente, medicina tradicional, óleo vegetais então dentro desse planejamento, existe os projetos que é através da comunidade. Se você deixar só ali guardado, não fazendo nada, então não está valendo também, o papel não fala, o papel não anda, quem dirige, quem funciona somos nós, os representantes locais das comunidades, os atores sociais, junto com as comunidades. As comunidades discutem quais os trabalhos legais, aprofundados, então esse é o nosso valor, se nós não estamos valorizando o nosso papel dentro da comunidade, então não é culpa nem da CPI, nem do nosso documento. O que nós estamos pesquisando através do nosso trabalho e do nosso plano, que já está aprovado na Nova Cachoeira o projeto de captação de água de chuva e a construção de açude manual. Na aldeia Boa Esperança já foi implantado algumas estruturas para captação de água, então tudo isso a gente já vem aprovando dentro do nosso Plano de Gestão. Então tem comunidade que não está valorizando, não está discutindo, pesquisando esse nosso trabalho, eles não estão acreditando também..." (AAFI Jaime Maia Kaxinawá, in Melgaço, 2010).*

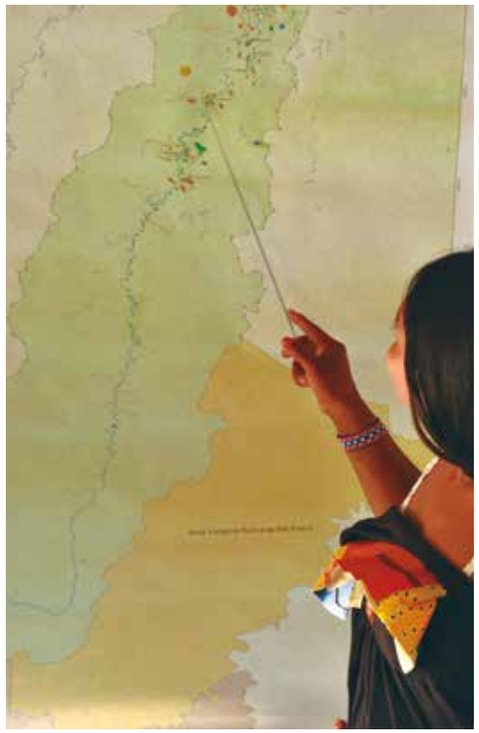
3 Os visitantes indígenas são participantes de intercâmbio que acompanham todas as fases das oficinas, permitindo assim um maior entendimento das atividades do projeto e acompanham ativamente as discussões políticas acerca da gestão dos territórios indígenas.

Em muitas Terras Indígenas do Acre onde vivem e atuam os AAFIs, antes mesmo de terem os seus Planos de Gestão elaborados, já se registrava que as comunidades vinham adotando práticas de conservação ambiental, tais como implementação e manejo de sistemas agroflorestais, manejo e criação de quelônios, melíponas, implementação de áreas de refúgio, manejo de frutíferas nativas, manejo de palha para cobertura, manejo de caça, pesca, entre outras atividades. De forma que as atividades das oficinas de etnomapeamento tornaram possível a formação de consensos sobre estas e outras práticas. É assim que os Planos de Gestão no Acre descrevem ações que, em sua maioria, já vinham sendo executadas pelas comunidades, incluindo o planejamento de atividades que precisam ser consolidadas, como a relação com o entorno, a reorganização do comércio de produtos extrativistas, construção de açudes mecanizados para a piscicultura, quelonicultura, políticas para os povos indígenas isolados, educação e etc.

*"A importância desse plano traz para a comunidade um fortalecimento para a sobrevivência de um povo, de uma organização com valores que a comunidade tem que aprender. No entanto, o nosso plano ele é uma característica já antiga, só que ainda não estava colocado no papel. Então é uma forma de se organizar a cada momento, a cada tempo que passa, e daí a gente coloca a vivência de um povo indígena dentro de um documento com um eixo temático, que se refere à educação, saúde, envolve tudo dentro de um planejamento, do Plano de Gestão das comunidades. Tenho certeza que a comunidade ganha muito, a partir do momento que passa a ter suas ideias com o plano, que vem sendo aplicado e utilizado. Então ele passa a ser utilizado de maneira mais organizada. Nós, Puyanawa, desde a criação do nosso plano em 2006, conseguimos organizar muita coisa, a partir de um objetivo que nós decidimos fazer, cada um faz seu dever, nas funções que exerce, e daí a gente se organizar a cada tempo do mês, do ano, pra gente ter esse diagnóstico junto à comunidade" (Liderança José Luis Poyanawa, in Fequis, 2014).*

Posteriormente, ao término da sistematização dos itens que vão compor o Plano de Gestão que, a partir de um amplo acordo entre os participantes, incorpora um grande número de procedimentos de conservação ambiental, os representantes indígenas apresentam para os demais os conteúdos discutidos. Numa segunda oficina de etnomapeamento, com os mapas temáticos prontos, o Plano de Gestão, já estruturado, é novamente revisto pelas comunidades, momento em que se faz os ajustes, as correções e o seu aperfeiçoamento. Depois dessa oficina, o Plano está pronto para ser editado, e em versão bilíngue, caso a população seja falante de língua indígena. Em todos os Planos já editados, há uma introdução em que um membro da comunidade indígena explica o conceito de Plano de Gestão, como no exemplo abaixo:

*"O Plano de Gestão não deixa de ser um planejamento estratégico, tem que estar sempre em discussão principalmente pelas lideranças, por mais que tenha formado geração através da escola, mas as lideranças têm que estar compreendendo e acompanhando o seu Plano de Gestão de seu território. Gestão no sentido relacionado a meio ambiente, a produção, a escola, a saúde, aos recursos naturais enfim. Isso é importante, a comunidade e as lideranças e todos estarem compreendendo, sempre olhando e isso tenho certeza que sempre tem que ser revisto, ser adequado, porque sempre a comunidade está mudando, ela está agregando, assimilando novas coisas, ou resgatando coisas que não tinha mais e que fazia parte, de que forma está fazendo parte novamente, porque tudo quando volta, volta diferente" (Prof. Isaac Pianko, in Ochoa, 2011).*



© José Meirelles

Oficina de etnomapeamento – Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, 2013

# Planos de Gestão: ferramenta para o bem viver nas Terras Indígenas

© José Meirelles

Oficina de Etnomapeamento - Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaita

*"O Plano de Gestão Territorial e Ambiental do povo Ashaninka do rio Amônia vem se construindo a partir das discussões coletivas comunitárias. Ele foi criado a partir das conversas familiares, das conversas sobre a necessidade, sobre as invasões. Ele está sendo desenvolvido para fortalecer a nossa comunidade, e não precisamos estar subordinados a uma política de entorno. Cada vez mais o Plano de Gestão está se aperfeiçoando a partir das nossas conversas, dos nossos enfrentamentos, das nossas necessidades. O Plano de Gestão Territorial e Ambiental não é um plano para fechar as ideias de uma sociedade, ou para eliminar qualquer ideia, ou qualquer forma de ser, mas é para fortalecer aquilo que está acontecendo na prática. O Plano de Gestão é basicamente isso, fortalecer aqui o que já existe e aquilo que ainda queremos fazer" (Isaac Pianko, in Gavazzi, 2007).*

Como vimos, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras Indígenas do Acre foram criados e sistematizados dentro do contexto do programa de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, inicialmente pela Comissão Pró-Índio do Acre e, posteriormente, pelo Governo do Estado do Acre, por meio de sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema). De modo geral, pode-se afirmar que os Planos de Gestão expressam o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação indígena, e vêm sendo construídos nos últimos 13 anos com a participação de chefes de família e de um número significativo de representantes indígenas, entre os quais os agentes agroflorestais, comunitários, de saúde, de saneamento, professores, pajés, lideranças comunitárias tradicionais, parteiras, mulheres, anciões e jovens.

Os Planos de Gestão constituem ferramentas importantes que vêm subsidiando a proteção, o controle territorial e garantindo a sustentabilidade social e ambiental das populações nativas que vivem em diversas Terras Indígenas no estado do Acre[4]. Esses planos são compromissos que as próprias comunidades estabelecem como ações prioritárias a serem desenvolvidas nas suas terras, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, respeitando a cultura e a especificidade de cada povo. Muitos acordos estabelecidos nesses planos já vêm sendo praticados pelos índios, especialmente aqueles relacionados às formas de uso, manejo e conservação de recursos naturais e agroflorestais, como os manejos das palmeiras sem a sua derrubada, dos roçados, da pesca, da caça, a implementação e o enriquecimento de diferentes modelos de agrofloresta (sistemas agroflorestais, quintais agroflorestais, horta orgânica, enriquecimento de roçados e capoeiras, parques medicinais, plantio de frutíferas em trilha, construção de jardins de flores e aromas, criação de animais silvestres e animais domésticos, conservação das sementes indígenas, etc). Nesse sentido, é importante refletir sobre as diferentes formas de implementação dos Planos de Gestão, de acordo com a realidade de cada aldeia, que é a unidade comunitária que decide e especifica como serão implementados os acordos coletivos.

4 Atualmente, o Acre tem 36 TIs que correspondem a aproximadamente 15% da área do estado (2.390.122 ha), sendo que duas delas são destinadas exclusivamente a povos em isolamento voluntário.

Deste modo, os Planos de Gestão são acordos coletivos do uso da terra e dos recursos naturais e agroflorestais: não apenas planejam e orientam as atividades dos projetos de desenvolvimento comunitário, como também articulam "políticas públicas direcionadas às terras e povos indígenas, auxiliando o governo e organizações civis na identificação de demandas ambientais e socioeconômicas e na organização do suporte técnico e financeiro necessários para resolvê-las" (SEMA, GIZ, 2011).

Tais inovações são importantes instrumentos para a gestão do uso coletivo e individual dos recursos naturais em Terras Indígenas. Dentre seus principais objetivos, destacam-se: garantir a proteção ambiental e territorial das Terras Indígenas; ajudar as comunidades indígenas a organizar melhor as ações de uso, manejo e conservação dos recursos naturais e agroflorestais em suas terras; refletir sobre as formas de garantir a alimentação básica e a melhoria nutricional. E também contribuir para as atividades de vigilância e fiscalização nas Terras Indígenas; auxiliar na definição de assistência técnica e financeira para as demandas indígenas; implementar projetos de desenvolvimento comunitário dentro de uma filosofia socioambiental; propiciar o desenvolvimento socioeconômico dos povos indígenas; apresentar as demandas e referenciar parcerias para a solução de problemas de infraestrutura das aldeias; auxiliar processos de regularização fundiária, como a demarcação, identificação, revisão de limites das Terras Indígenas. E ainda influenciar políticas socioambientais do entorno, mantendo diálogos profícuos e troca de ideias com vizinhos, autoridades locais, regionais, nacionais e internacionais; auxiliar na reflexão sobre revitalização e valorização cultural; fortalecer iniciativas que as próprias comunidades indígenas já vêm realizando em suas terras. Os Planos de Gestão servem também como importante instrumento de orientação e inserção das políticas públicas nas comunidades indígenas (Acre, 2012).

© Frank da Silva

Oficina de etnomapeamento – Terra Indígena Nukini, 2014

*"O Plano de Gestão é um plano do território para uso do mesmo, podemos dizer qual é a nossa responsabilidade de cuidar para garantir a nossa sustentabilidade, dos nossos filhos e das outras pessoas que virão pela frente, para que as pessoas possam ter uma boa qualidade de vida, até melhor do que o presente. Para isso, devemos elaborar um plano com muita responsabilidade e compromisso, apontando os problemas, as necessidades, pensando no passado, no presente e no futuro. Sempre pensando em um futuro de uma vida melhor, não se pensa muito em dinheiro do governo, mas não esquecendo o papel do governo que é de contribuir com o que a comunidade não consegue fazer sozinha. O nosso plano deve ser elaborado com muita responsabilidade, colocando os itens pertinentes para a comunidade e para a Terra Indígena" (Prof. José Benedito Ferreira, in: Melgaço e Dias, 2013).*

Além de registrar as discussões que já vêm sendo tratadas nas comunidades indígenas, os Planos de Gestão ressaltam demandas e expectativas que as comunidades têm de programar e desenvolver, como a construção de açudes para a criação de peixes e quelônios, criação de melíponas (abelhas nativas), de animais domésticos (peru, pato, ovelha, gado, etc), o beneficiamento da produção, a captação de água das chuvas, o enriquecimento dos sistemas agroflorestais, a vigilância e a fiscalização das Terras Indígenas, a proteção e a conservação de seus recursos naturais, a melhoria alimentar e nutricional, o auxílio na comercialização dos produtos indígenas nos mercados locais e regionais, etc. Ajudam ainda a orientar ações de apoio, canalizando esforços para demandas pré-existentes.

Algumas mudanças nos comportamentos ambientais sugeridas pelos próprios índios nos Planos de Gestão não devem se restringir a proibições e medidas repressivas, mas devem compreender novos projetos produtivos e culturais. "Nenhuma norma social consegue ser executada efetivamente se não conta com o apoio consciente e legitimador dos membros da sociedade. Essa afirmação é válida tanto para a sociedade brasileira quanto para as sociedades indígenas. Resulta ser pouco eficaz, no médio e longo prazo, impor um conjunto de regras sobre sustentabilidade que não conte com o apoio real dos membros do grupo. O estabelecimento de normas de comportamento ambiental que sejam amplamente respeitadas pelos membros do grupo somente pode ser alcançado mediante a construção de um consenso social entre todos os membros do grupo" (Little, 2006).



*"O Plano de Gestão não é uma lei, mas é um acordo entre os grupos familiares, entre a comunidade, sobre como nós vamos organizar a nossa terra, como vamos usar os nossos recursos naturais, como nós vamos nos relacionar com os nossos vizinhos, como vamos trabalhar com o entorno, como vamos fazer um desenvolvimento que beneficie todos. Ele também não é uma proibição, mas um trabalho de conscientização, com todos, índios e não índios. Com o passar do tempo, ele pode ser modificado, mas sempre com a participação de todos, para se chegar a um consenso com o objetivo único de cuidar com zelo e carinho do que é nosso" (Agente agroflorestal José Lima Yube Kaxinawá in Gavazzi, 2008).*

Os Planos de Gestão têm sido trabalhados no Acre como acordos entre os próprios índios no sentido de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades indígenas. Parte-se do princípio de que não são listas de solicitação de coisas, mas um registro dos processos que dão continuidade às ações que as comunidades vêm trabalhando para a gestão de suas terras. A construção e a sistematização dos planos são estratégias importantes se pensadas conjuntamente com a comunidade, que deve procurar meios para executar determinados projetos ou, em outros casos, contri-

buir para o melhoramento dos que estão sendo implantados. Os planos permitem planejar e orientar a implementação de iniciativas que a comunidade pensa em realizar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de todos aqueles que vivem na Terra Indígena (Cf. Gavazzi, 2012).

*"O Plano de Gestão é um instrumento muito importante para os povos indígenas de cada aldeia, ele é um planejamento do uso dos recursos naturais dentro de nossa TI. Em 2005 nós iniciamos o trabalho sobre o Plano de Gestão, antes disso, nós não tínhamos um planejamento pra utilizar os conhecimentos da floresta, então é tudo isso que serve pra comunidade. Nós podemos usar a nossa floresta, a nossa madeira, a nossa pesca, a nossa caçada. A gente tem que discutir com a comunidade, com as lideranças, para fazer um planejamento certo pra usar os nossos recursos, pra não faltar no futuro para o nosso povo, netos e filhos. Acho que é uma coisa importante pra nós. É importante também conhecer o que tem na floresta e o que serve para a comunidade. O Plano de Gestão também mostra as coisas importantes, como trabalhar com o plantio, como fazer o roçado, como fazer a parte da criação dos animais domésticos e tudo isso que já está mostrando pra nós, principalmente na minha aldeia. Através do Plano de Gestão fiz a organização do lago nativo, fiz muitas coisas pra nós. Para quem estuda e quem lê o Plano de Gestão entende, mas quem não acompanha o Plano de Gestão, não acredita. Até o governo já mandou o material para nós, foi por causa do Plano de Gestão, se não fosse por isso, nós não tínhamos recebido nenhum material do governo" (AAFI Abel Paulino, in: Ramalho, 2011).*

Os trabalhos voltados para a elaboração dos Planos de Gestão constituem, assim, processos dinâmicos, interativos e participativos que permitem definir os objetivos específicos, as metas e as atividades planejadas pela comunidade. A construção do Plano é um momento importante, no qual ocorre a reunião de vários membros da comunidade para refletir e discutir o que eles querem fazer, como querem agir no controle social, político e no manejo ambiental de seu território. Porém, sem a participação, a articulação e o envolvimento das pessoas das comunidades, dificilmente o Plano de Gestão será implementado. É necessário que ele seja incorporado às atividades das comunidades e, no caso do Acre, evidenciou-se que o Agente Agroflorestal Indígena tem um papel importante para debater com as suas comunidades a sua implementação.

*"Com toda essa luta da comunidade, vejo que o Plano de Gestão Territorial e Ambiental é uma forma da gente se organizar melhor, de planejar melhor o uso do nosso território e dos recursos naturais. (...) Hoje, a partir da formulação do Plano de Gestão, a gente refletiu sobre a nossa história e começamos a ter novas ideias sobre como fortalecer a nossa forma tradicional de se planejar" (Prof. Isaac Pianko, in: Gavazzi, 2007).*

As atividades desenvolvidas nas Terras Indígenas, bem como em seu entorno, como o controle e a proteção da dimensão (política e geográfica) territorial de suas terras, o uso, o manejo e a conservação dos recursos naturais e dos conhecimentos (tradicional, acadêmico, híbrido) são processos vivos e dinâmicos que estão em permanente transformação. Sendo assim, o Plano de Gestão não é um instrumento "estático" ou "imutável", ele carece depois de certo tempo de revisão e atualização. Só assim ele contribuirá nos processos de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas.



*"Se nós usarmos o Plano de Gestão dentro da nossa concepção de mundo, a gente terá sucesso. Agora, não adianta ter o Plano de Gestão, mas seguir a orientação do mundo de fora, desse outro mundo que não cabe a nós planejar e pensar. Acho que o Plano de Gestão Territorial e Ambiental do povo Ashaninka está situado dentro da realidade das nossas práticas. Amanhã, o Plano de Gestão também pode ser outro, porque para nós ele é só um registro onde acrescentamos sonhos e marcamos o tempo, mas ele não determina nenhuma alteração que venha a desequilibrar o nosso jeito de viver. Se a gente pensar que antigamente nós vivíamos em territórios sem fronteiras e que hoje o nosso território tem limite, a nossa exploração também vai ter que ter limite" (Prof. Isaac Pianko, in: Gavazzi 2007).*

*"Acho importante deixar claro que o Plano de Gestão não é uma coisa fechada, ele é uma coisa aberta. Depois de um tempo, se a gente desejar tirar alguma coisa, quiser mudar, quiser acrescentar, pode-se fazer, porque ele é dinâmico como a vida. Ele não é uma lei imposta, é um documento muito importante que pode ajudar a conscientizar, orientar e clarear de que forma a gente pode ter uma vida de qualidade. Acredito que o Plano de Gestão pode ajudar a gente a fazer a gestão da nossa terra de uma maneira mais organizada e mais discutida entre nós" (AAFI Nilson Sabóia, In: Gavazzi e Rocha, 2015).*

© Frank da Silva

Oficina de etnomapeamento Kampa do Rio Amônia, 2013

Assim, a experiência de elaboração e implementação de Planos de Gestão no Acre demonstra que os Planos de Gestão devem ser criativos e experimentais, incorporando influências externas e inovações para atender as novas condições e demandas dos povos indígenas. Como disse o professor Isaac Pianko, ele deve ser concebido dentro da lógica indígena. O passo mais significativo depois de sistematizar um Plano de Gestão é pensar como implementá-lo, dinamizá-lo e transformá-lo em suas atualizações. O Plano de Gestão não veio para resolver todos os problemas das Terras Indígenas, porém é um instrumento a mais de que os índios dispõem para a administração de seus territórios. Muitos acordos que compõem os Planos de Gestão envolvem apenas as comunidades indígenas. São elas que, por meio de acordos internos, trabalham na sua implementação, como, por exemplo, no uso, manejo e conservação dos recursos naturais, agroflorestais e da terra. Para viabilizar a implementação de outras iniciativas, no entanto, são necessárias a participação das diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal), como por exemplo na melhoria de infraestrutura das aldeias e na aquisição de equipamentos para vigilância e fiscalização, no combate aos ilícitos no entorno, nas ações de fiscalização na época da piracema, na fiscalização de invasões, nas políticas de regionalização da merenda escolar, na produção de materiais didáticos/técnicos/literários de autoria indígena, para estabelecer políticas de proteção a povos isolados, políticas culturais, na proteção do conhecimento tradicional, etc. Organizações não governamentais parceiras também contribuem com atividades de formação de recursos humanos indígenas em temáticas específicas, como a publicação de materiais bilíngues (livros, vídeos, CDs, mapas, cartazes, por exemplo), prestando assessorias técnicas e políticas às comunidades indígenas e/ou com a organização de seminários e reuniões para discutir aspectos relacionados à gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas.

© Márcio Szturman

I Oficina de etnomapeamento Kampa do Rio Amônia, 2004

*"A gente está implementando o Plano de Gestão através do apoio e de parcerias com várias instituições governamentais e não governamentais. A nossa política é também de envolver os vizinhos do entorno, pois não dá mais para trabalhar sozinho, temos que envolver os vizinhos do entorno para que eles possam nos ajudar e a gente possa ajudar eles para fazer um trabalho coletivo e participativo, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas e dos não indígenas, e para também fortalecer o movimento social da região. O grande espírito da magia desse trabalho é a união entre os povos" (AAFI Nilson Sabóia, In Gavazzi, 2015).*

Os temas tratados nos Planos de Gestão elaborados no Acre estão de acordo com a realidade de cada Terra Indígena, mas no geral eles são compostos de 11 a 19 temas divididos em vários itens. Os temas principais, que têm sido abordados nos Planos de Gestão até agora elaborados, são recursos florestais e florísticos, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres e domésticos, recursos hídricos, organização da aldeia, normas e regras (direitos e deveres da comunidade), planejamento comunitário, saúde ambiental, lixo e saneamento básico, vigilância e fiscalização, relação com o entorno, cultura, cultura material e questões linguísticas, educação escolar diferenciada intercultural bilíngue, etnoturismo, comunicação, beneficiamento, planejamento comunitário, monitoramento do desmatamento, controle da entrada de pessoas de fora na Terra Indígena, proteção dos índios isolados, situação transfronteiriça, mudanças climáticas e serviços ambientais, biopirataria e revisão de limites das Terras Indígenas.

As discussões junto aos AAFIs e demais membros das comunidades das Terras Indígenas para implementar as ações dos PGTAs vêm sendo trabalhadas com o apoio de mapas elaborados pelos próprios índios nas atividades de Etnomapeamento e Etnozoneamento. O mapa vem se tornando um instrumento extremamente importante na planificação das atividades de gestão territorial e ambiental, pois é a partir das atividades de mapeamento das Terras Indígenas, das aldeias e de seu entorno, que acontecem as reflexões, as discussões e a mobilização da comunidade para utilizar formas sustentáveis e mais organizadas no uso da terra e dos recursos naturais, e na proteção dos povos indígenas, da biodiversidade e do território. Nesse sentido, a cartografia indígena está presente em todo o processo de criação, sistematização e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental, sendo que os dois instrumentos andam juntos, um complementando o outro nas atividades de gestão das Terras Indígenas do Acre.

© Frank da Silva

Oficina de etnomapeamento – Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2013

# Um histórico de parcerias na elaboração dos PGTAs no Acre

© José Meirelles

Oficina de etnomapeamento – Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaita, 2013

*"O Plano de Gestão é mais uma estratégia que nós temos para conservar os nossos recursos florestais, proteger a nossa terra e desenvolver de uma maneira que traga benefícios e não destruição. O Plano de Gestão é um acordo entre nós, Huni Kuĩ, que vivemos nessa terra. Ele não é uma lei imposta, mas é um acordo entre as famílias, entre os velhos, as mulheres, os adultos, os jovens e as crianças. No Plano de Gestão está registrado de que forma a gente está pensando em fazer o uso, o manejo e a conservação dos recursos naturais, desde a fauna, a flora, até os recursos hídricos" (AAFI Nilson TuweSabóia, In: Gavazzi, 2017).*

Pode-se afirmar que os primeiros Planos de Gestão Territorial e Ambiental para as Terras Indígenas no Brasil surgiram no início de 2004, nas oficinas de Etnomapeamento conduzidas pela Comissão Pró-Índio do Acre e pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC). Por meio do projeto intitulado "Etnomapeamento", procurava-se promover o ordenamento territorial, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e agroflorestais nas Terras Indígenas, e dar respostas ao cenário de conflitos vivido por alguns povos indígenas com os madeireiros peruanos, na região de fronteira entre Brasil e Peru, local onde existem muitas Terras Indígenas e Unidades de Conservação (UCs), tanto do lado brasileiro, quanto do peruano.



O objetivo principal do projeto foi apoiar os processos comunitários de gestão territorial e ambiental de oito Terras Indígenas[5] localizadas na faixa de fronteira com o Peru, no Alto Juruá (Cf. Gavazzi, 2012). Entre os anos de 2004 e 2006, a CPI/AC e a AMAAIAC, juntamente com as associações indígenas destas oito terras, receberam as oficinas de etnomapeamento, construíram e sistematizaram os primeiros seis Planos de Gestão do Estado do Acre.

Simultaneamente às atividades de etnomapeamento da CPI/AC, o governo do Acre iniciou atividades de etnozoneamento nas Terras Indígenas impactadas pelas rodovias BR 364 e BR 317. "Como parte de uma ampla discussão entre sociedade civil organizada e estado, o `Etnozoneamento em Terras Indígenas´ é o programa do Governo do Acre correspondente à implementação dos indicativos do componente indígena do Zoneamento Ecológico-Econômico" (Acre 2006), sendo executado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) com apoio conceitual da Assessoria Especial dos Povos Indígenas (AEPI) (Acre, 2012). Porém, nos cinco anos iniciais destas atividades de etnozoneamento nas Terras Indígenas, o Estado não havia incorporado os Planos de Gestão nas suas atividades de mapeamento participativo. Isso só ocorreu a partir de 2009, quando os Planos de Gestão Territorial e Ambiental foram incorporados como política pública do estado do Acre. Atualmente, o Acre conta com 29 Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e, dentro de sua política para os povos indígenas, o governo estadual vem disponibilizando recursos humanos e econômicos para que os índios e suas associações[6], possam implementar parte desses planos em suas comunidades[7]. Nesse sentido, o Acre foi o primeiro estado brasileiro a realizar um amplo processo de etnozoneamento e etnomapeamento e a contribuir e apoiar a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, reunindo esforços do governo, da sociedade civil e dos próprios povos indígenas.

A incorporação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, elaborados com a participação efetiva de representantes das comunidades e organizações indígenas, nas políticas públicas específicas do estado do Acre, está sendo fundamental para que os povos indígenas alcancem qualidade de vida em seus territórios tradicionais. A gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas no Brasil deve se tornar uma preocupação central nas políticas públicas indigenistas e ambientais do país.

5 Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu (2004) – Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão, Seringal Independência e do Rio Humaitá (2005) – Terra Indígena Poyanawa e Terra Indígena Nukini (2006).

6 Hoje existem no Acre, legalmente registradas, 30 associações indígenas de base local (que representam Terras Indígenas e, em alguns casos, aldeias específicas), duas cooperativas, três organizações regionais (por rios, que agregam associações locais), duas organizações profissionais (de professores e agentes agroflorestais), duas organizações de mulheres (uma delas de artesãs) e uma de indígenas urbanos, além da Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (Opin).

7 Outras ações importantes que o governo do Acre vem realizando nos últimos anos dizem respeito à entrega de materiais de apoio à vigilância em Terras Indígenas, por meio dos projetos de proteção florestal e de fortalecimento da produção sustentável, com recursos do Fundo Amazônia e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Da mesma forma, deu apoio às atividades culturais, melhorias na infraestrutura das comunidades indígenas, no "desenvolvimento comunitário, na gestão territorial, capacitação e assistência diferenciada para a garantia da segurança alimentar, o desenvolvimento e o fortalecimento de cadeias produtivas baseadas no uso sustentável dos recursos naturais da floresta." Tais benefícios dialogam com os Planos de Gestão Territorial e Ambiental, a fim de fortalecer o etnozoneamento e consequentemente as políticas públicas voltadas aos povos indígenas.

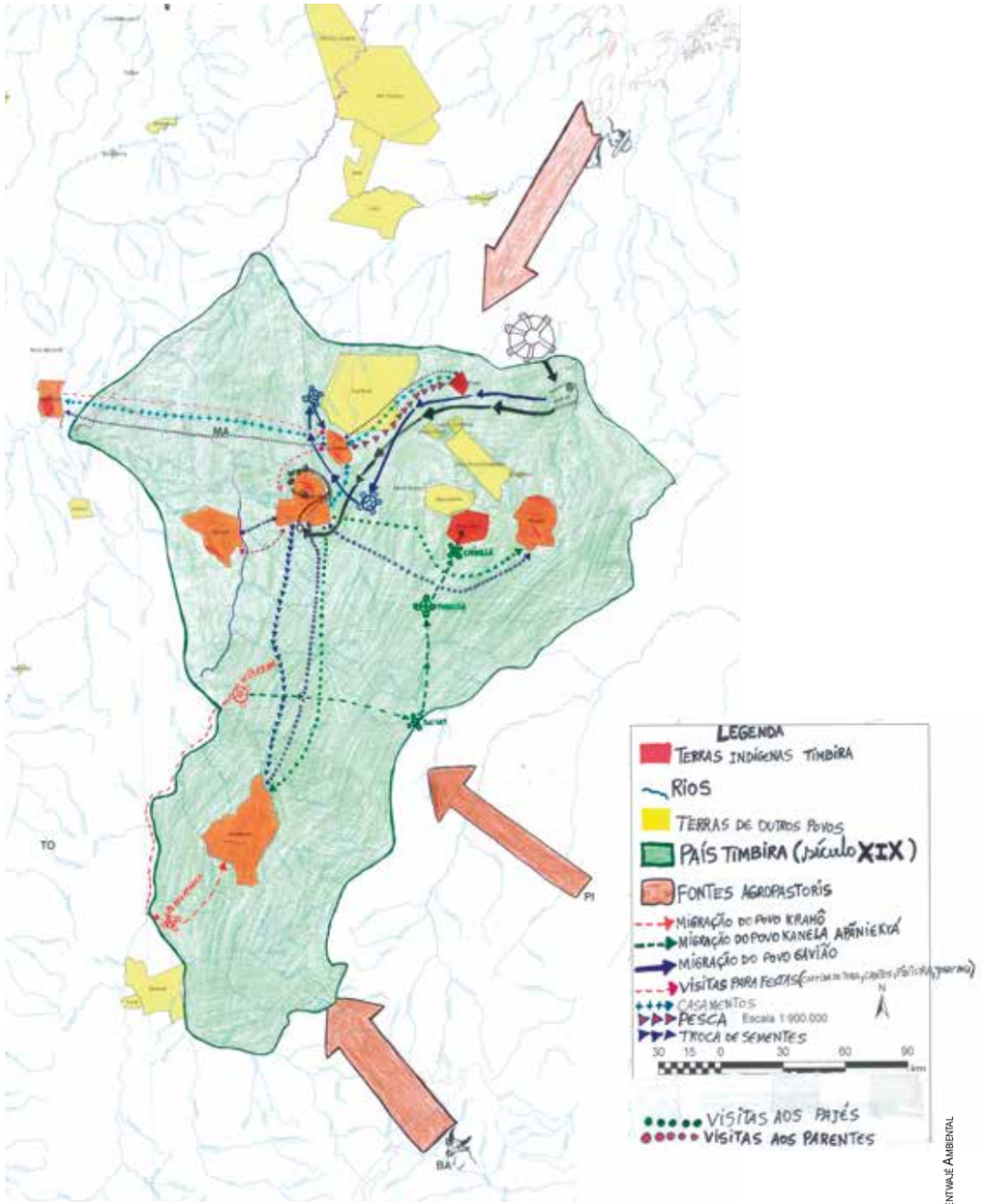
© Lucas Bonolo / Acervo CTI

Vista da Aldeia Nova Krahô, 2012



# PJË INPEJ: Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira

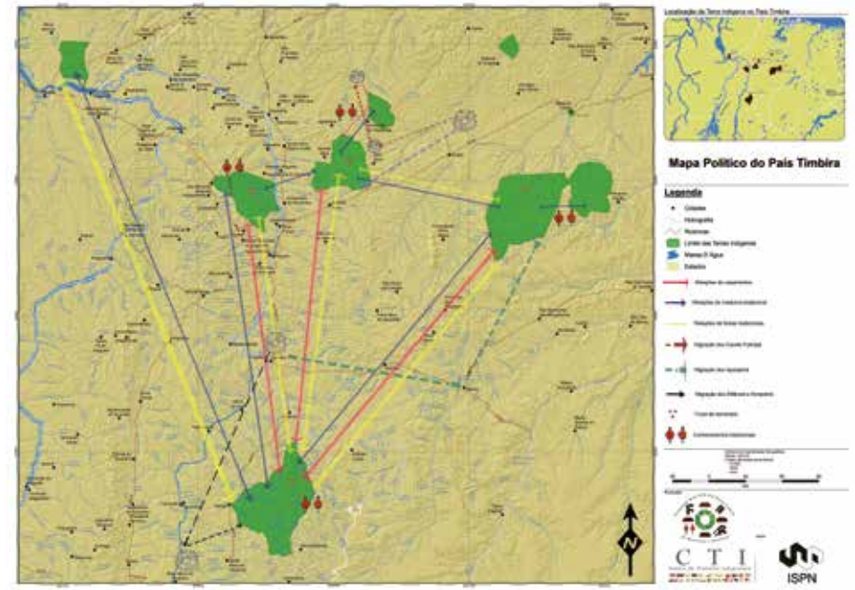
Priscila Chianca e
Maria Elisa Ladeira




Mapa do antigo e atual "*Paíz* Timbira" e frentes de expansão, 2010

Mentwajé Ambiental

# Os Timbira




Mapa político do "*Paíz Timbira*", 2011

Mentwajé Ambiental

Timbira é o nome que designa um conjunto atual de nove povos: Apanjekrá-Canela, Ramkokamekrá-Canela, Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião Pykobjê, Gavião Parkateyê, Krepymcatejê e Krenjê, pertencentes ao tronco linguístico Jê, e habitantes de sete Terras Indígenas situadas no sul do Estado do Maranhão e norte do Tocantins. O território historicamente ocupado por esses povos – com língua e origem em comum, que compartilham referências culturais e formas de organização social e política – foi denominado pelo etnólogo Curt Nimuendajú de *Paíz Timbira*, que compreende áreas de Cerrado, espalhadas por toda a bacia do Rio Gurupi, perpassando o médio e baixo Pindaré, médio Mearim e parte da bacia do Rio Tocantins, em região acima de sua confluência com o Rio Araguaia.

O histórico de contato desses povos com a sociedade nacional remonta ao século XVIII, a partir de três frentes de colonização que adentraram o *Paíz Timbira* por meio de rotas fluviais no Rio Tocantins (para a busca, prisão e venda de índios para as fazendas do sul e norte do país), nos Rios Itapecuru e Mearim (para o estabelecimento e ocupação agrícola voltada ao plantio de algodão); e uma rota terrestre que percorreu o centro-sul do Maranhão para a expansão das atividades pastoris advindas do Piauí. O processo de ocupação e consolidação da frente agropastoril na região norteou todo o esbulho do vasto território histórico dos povos Timbira, findando num confinamento territorial que hoje se configura em ilhas de terras descontínuas com desafios semelhantes de gestão territorial, face ao contexto regional e seu modelo de uso e ocupação do solo.

# As Terras Indígenas Timbira frente ao modelo de desenvolvimento para o Cerrado

Acervo CTI

O cerrado no acesso à TI Porquinhos

O bioma Cerrado abrange cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, representando 22% do território nacional. Sua posição geográfica e relevo tornam esse bioma o maior armazenador e dispersor de águas do país. Por essa razão, o Cerrado é considerado o "Berço das Águas" do Brasil. Conhecido como a savana mais rica em biodiversidade, o Cerrado também é marcado pela sua sociodiversidade, ou seja, pela quantidade de povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, produtores familiares, ribeirinhos) com vínculos territoriais específicos e que necessitam dos recursos naturais para a sua sobrevivência física e cultural. Não obstante, o modelo de desenvolvimento reservado ao bioma, pautado pelo agronegócio - que lhe reservou o título de celeiro nacional - é responsável por altas taxas de desmatamento, pela alteração drástica da paisagem e por violentos conflitos fundiários.

Fomentado pelo Programa de Cooperação Nipo Brasileiro para Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), o referido modelo se caracteriza pela formação de grandes latifúndios para criação de gado e produção de grãos, especialmente a monocultura da soja. Este programa conta com a participação dos governos e do setor privado de ambos os países e vem sendo executado em várias fases, desde 1974, implementando projetos de colonização voltados à produção agrícola. De forma paralela, foram executadas iniciativas de integração nacional (Rodovias Belém-Brasília e Transamazônica) e de prospecção minerária (Projeto Grande Carajás – Vale S/A) que, por sua vez, trouxe a reboque a implementação de infraestrutura de apoio, como a Estrada de Ferro Carajás, Usina Hidroelétrica (UHE) Tucurí; e construção de Corredor de Transporte Multimodal Centro-Norte, visando a conexão dos transportes aquaviário (Hidrovia Araguaia-Tocantins), ferroviário (Estrada de Ferro Carajás) e rodoviário (Transamazônica).



Os projetos de desenvolvimento também abarcam monoculturas de eucalipto para produção de celulose e carvão vegetal (via a antiga Celulose do Maranhão S/A – CELMAR e, atualmente, Suzano Papel e Celulose) para abastecimento dos fornos de minério da Vale S/A. E, ainda, diante do potencial hidroenergético da bacia Araguaia-Tocantins, inclui a construção das UHEs – Estreito, Santa Isabel e Serra Quebrada, esta última ainda em estudo. O histórico de projetos de desenvolvimento e infraestrutura é responsável pela remoção da cobertura vegetal – resultando em perdas de solo e assoreamento dos rios –, pela contaminação dos rios provocada pela utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos; pela perda de extensas áreas de ocorrência de frutos para o extrativismo por conta do alagamento ocasionado pelas barragens, e pela desestruturação fundiária acirrada resultante da venda de terras por parte dos pequenos produtores rurais, habitantes das áreas limítrofes às TIs, aos grandes produtores de soja.

A política de expansão da fronteira agrícola no Cerrado ganhou novo impulso com o recém lançado Plano de Desenvolvimento Agropecuário MATOPIBA (sigla que se refere aos Estados do Maranhão – MA, Tocantins – TO, Piauí, - PI e Bahia – BA). O Plano foi estruturado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a partir de estudos e dados do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Embrapa, delimitando um recorte territorial de 73 milhões de hectares de áreas de Cerrado nos quatro estados para incremento da produção de grãos e exportação agropecuária. As medidas serão implementadas por uma agência de desenvolvimento voltada para investimentos em capacitação, inovação, pesquisa, agricultura de precisão e assistência técnica.

Diante de todo o histórico de colonização, uso e ocupação do Cerrado estima-se, atualmente, que apenas 20% deste bioma estejam conservados, incluídas nesse cenário as Terras Indígenas e unidades de conservação enquanto importantes ilhas de biodiversidade que persistem e são, por essa mesma razão, impactadas e pressionadas.

Neste contexto, as Terras Indígenas Timbira, que somam 855.319 hectares de áreas descontínuas de Cerrado, se defrontam com adversidades relacionadas aos impactos socioambientais do entorno, em uma região marcada por conflitos de terra extremamente violentos e onde o modelo de apropriação dos recursos naturais tem altos custos ambientais e sociais. Em virtude disto, as comunidades indígenas apresentam demandas constantes por proteção ambiental e a regularização fundiária de suas terras. Em acréscimo, enfrentam desafios internos relacionados ao confinamento territorial – principalmente o aumento populacional, a diminuição de recursos naturais e de áreas aptas para a produção de alimentos – e às demandas por geração de renda, bens e serviços. Esse conjunto de fatores é motivo permanente de preocupações e iniciativas voltadas para a gestão territorial e ambiental das TIs Timbira, de modo a fortalecer a sustentabilidade das terras e assegurar o futuro das próximas gerações.

Peter Caton/ISPN

Crianças Apinayé brincando no rio, 2010

# A Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira

Fabrício Fernandes/Acervo CTI

Casa do povo Canela Apanjekrá, 2010

As práticas tradicionais de gestão territorial dos povos Timbira – desenvolvidas a partir dos padrões específicos de ocupação territorial e atividades de produção de alimentos, caçadas, pescarias e extrativismo, vinculados em grande medida ao calendário ritual das aldeias – historicamente asseguram a integridade do Cerrado e das Terras Timbira, provendo bases para a reprodução física e cultural das comunidades indígenas. Após o histórico esbulho territorial sofrido, que fragmentou o *Paíz Timbira* em pequenas terras, seguido por novos e contínuos projetos políticos de colonização e desenvolvimento – colocando as TIs Timbira como alvo constante da intensa pressão do entorno – outras estratégias se mostram necessárias para dar conta dos novos desafios postos na relação com a sociedade nacional.

As demandas estão relacionadas ao reestudo dos limites territoriais, controle social de políticas públicas e iniciativas do setor privado, ao monitoramento dos projetos de desenvolvimento e infraestrutura, fortalecimento da autonomia produtiva e proteção ambiental das Terras Timbira; e também à educação escolar diferenciada e à formação continuada de jovens em associativismo, além da incorporação de novos instrumentos de gestão territorial, pesquisa, registro e do desenvolvimento de mídias de comunicação.

Em diálogo com as demandas comunitárias, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) tem um longo lastro de atuação junto aos povos Timbira voltado à educação, acompanhamento das questões fundiárias, gestão territorial, valorização cultural e fortalecimento das organizações indígenas.

As várias frentes de trabalho e o acúmulo de reflexões e atividades desenvolvidas junto aos Timbira nos últimos vinte e cinco anos deram corpo à discussão e elaboração, a partir de 2008, de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira.

*"Antigamente o território dos povos Timbira era grande, não tinha essas fronteiras não. Escolhia o local pelo rio e chamava de território dele. Não deixava outros povos entrar. O cacique era um mehin guerreiro e forte. Os mais antigos não viviam em um território fixo, eles mudavam de lugares à procura de caças, peixes, frutas e material para fazer artesanato. Antigamente tinha muitas caças, fartura para comer. Com a chegada dos cupen foi mudando o modo de viver, junto com isso a perda de locais, terra e mata onde eles costumavam buscar sua alimentação". Wesley Guará Gavião*

*"Os mehin faziam a gestão com a caça e pesca nos lugares. Faziam andança pra proteger o lugar que fazia divisa com outros povos. Quando os cupen fizeram contato com os mehin, aí mudou tudo. Cupen foi matando e espremendo a gente, foi tomando os lugares, os recursos. E só foi piorando, hoje o mehin toma conta da sua terra, tem sempre essa preocupação, mas não consegue segurar como fazia antes. Parece que naquele tempo era de outro jeito, não era tão difícil". Paulo Thugram Canela*

## Ações de Educação

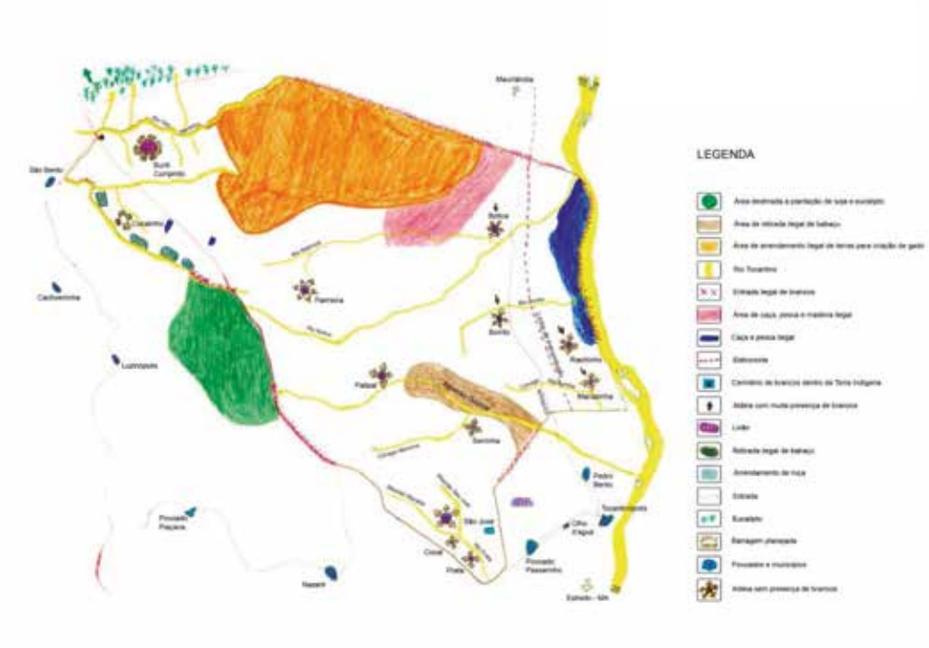
### Escola Timbira

© Acervo CTI

© Acervo CTI

Escola Timbira forma sua primeira turma no ensino fundamental, 2006

É dentro das iniciativas do Programa de Educação e Referência Cultural do CTI, desenvolvidas desde 1990 em parceria com a Comissão de Professores Timbira e a Associação Wyty Catë, que a temática da gestão territorial e ambiental das TIs Timbira foi incluída nos conteúdos programáticos da "Escola Timbira". A Escola Timbira surge como um projeto de educação escolar diferenciada, voltada para o ensino fundamental de jovens Timbira, executado pelo CTI em parceria com a Funai e Secretarias Estaduais de Educação do Maranhão e Tocantins, e que se estende aos cursos de formação continuada de jovens pesquisadores Timbira do Projeto Mentwajê Ambiental e Cultural.




Impactos socioambientais – Terra Indígena Apinajé

No âmbito dessas ações de educação formal e não formal – realizadas no Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Penxwyj Hempejxà, em Carolina, MA – foram tratados conteúdos sobre terra e território, meio ambiente, estudos sobre o Cerrado e instrumentos de gestão como os mapeamentos participativos.

Foi no contexto dessas ações de formação que foram produzidos alguns importantes materiais instigando os jovens a refletirem sobre o bioma, distribuídos nas aldeias e escolas Timbira, como o livro "Estudando os Cerrados", que apresenta a classificação timbira das fitofisionomias desse bioma, habitat tradicional destes povos, e o livro "Nossos Frutos", que apresenta uma primeira pesquisa feita pelos jovens sobre a diversidade dos frutos nativos do Cerrado encontrados em suas terras.

© Acervo CTI

Indígena Canela elaborando mapa durante oficina do Projeto Mentwajê Ambiental, 2005

Fecursos naturais e uso do território – Terra Indígena Kri

Em 2006 a Escola Timbira formou 50 jovens no Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hëmpejxàe, com a consequente implantação do segundo ciclo do Ensino Fundamental (atualmente do 5° ao 9° ano) nas principais aldeias Timbira. O arranjo institucional encontrado pelo CTI e Associação Wyty Catë para a continuidade da formação dos jovens Timbira foi a ampliação do Projeto Mentwajê Ambiental.

## Projeto Mentwajê Ambiental

Este projeto passou a concentrar as discussões e reflexões sobre a chamada Gestão Territorial e Ambiental, tendo como objetivo central a formação de jovens (mentwajê) críticos da situação socioambiental de suas terras e detentores de conhecimentos, tanto da ciência ocidental como da ciência indígena, para contribuírem na tomada de decisões relativas ao futuro e à sustentabilidade de seus territórios. Foram realizados 12 módulos de formação, que contaram com a colaboração de professores indígenas e não indígenas, e conselheiros (mekãré), estes últimos detentores dos conhecimentos tradicionais e importantes orientadores. Ainda no âmbito deste projeto, foram promovidos intercâmbios entre aldeias, visitas a projetos de desenvolvimento e infraestrutura regional, como ao canteiro de obras da UHE de Estreito, e às áreas de "reflorestamento" de eucalipto da Suzano Celulose; e houve ainda participação em reuniões e seminários promovidos por outros órgãos governamentais e não-governamentais ligados à questão indígena.

Adotou-se a metodologia de mapeamentos participativos como prática pedagógica e fio condutor do processo de formação desses jovens. A cartografia – enquanto um potencial instrumento de gestão territorial e ambiental – foi tratada com base em um conteúdo programático que contemplou aspectos teóricos e práticos, passando pela história da ciência cartográfica, pelas convenções cartográficas, aprofundando-se o estudo de conceitos como espaço, território, Terras Indígenas, gestão, meio ambiente, até a própria confecção dos mapas temáticos.

A ideia inicial dos mapeamentos participativos era produzir material didático específico para utilização nas escolas das aldeias. No decorrer desse processo de elaboração de mapas temáticos, os jovens timbira se depararam com um rico processo de pesquisa sobre a ciência de seu povo e tiveram a oportunidade de iniciar um diálogo com a ciência ocidental, na perspectiva de agregar novos conhecimentos para realizarem a gestão de suas terras.

© Acervo CTI

Indígenas Apinayé elaborando mapa durante oficina do Projeto Mentwajê Ambiental, 2005



A elaboração de mapas temáticos das seis Terras Indígenas Timbira – Apinayé, Kraolândia, Krikati, Governador, Porquinhos e Kanela - foi perpassada por discussões sobre legislação e políticas ambiental, fundiária e indigenista. Assim como por discussões sobre as classificações tradicionais das fitofisionomias do Cerrado e sobre a situação socioambiental das TIs Timbira – abarcando o histórico do confinamento territorial, as frentes de expansão econômica, projetos de infra-estrutura e desenvolvimento, áreas antigas e atuais de ocupação do território, áreas de uso e de incidência de recursos naturais.

Como metodologia de monitoramento e avaliação dos processos de formação implementados durante os cursos, os educadores do CTI realizaram acompanhamentos nas aldeias com o objetivo de orientar os mentwajê e realizar atividades práticas nas quais os conhecimentos adquiridos durante os cursos pudessem ser aplicados na vida cotidiana. Essas atividades não-presenciais foram realizadas com orientação de assessores e dos jovens Timbira, que se responsabilizaram por registrar acontecimentos importantes em suas aldeias para serem apresentados nos módulos seguintes de capacitação.

Os acompanhamentos nas aldeias ocorreram de 1997 a 2010 e garantiram a permanência de uma equipe de assessores em campo, contemplando diversas demandas das comunidades, como a elaboração participativa de projetos de desenvolvimento sustentável, educação e saúde para associações locais, acompanhamento e participação em discussões relativas aos grandes projetos de desenvolvimento, questões fundiárias, inserção da educação indígena estatal nas aldeias. Além de observar com estes jovens o potencial ambiental e cultural das aldeias, discutir sobre os problemas ambientais e suas possíveis soluções, envolvê-los nas discussões políticas das aldeias e definir, juntamente com a comunidade, a participação de novos jovens no projeto.

© Rodrigo Folhes / Acervo CTI

Vista do Pátio da aldeia do povo Canela Ramkokamekra, 2006

## Ações de Gestão Territorial

As ações desenvolvidas pela "Escola Timbira" e Projeto Mentwajê serviram para subsidiar iniciativas de manejo e recuperação florestal, fortalecer a produção de alimentos, monitorar os impactos ambientais do entorno e os processos de regularização fundiária das TIs Timbira – executados no âmbito do Projeto Frutos do Cerrado. Foi realizado um monitoramento junto às organizações indígenas para as questões fundiárias relacionadas à revisão de limites das TIs Governador, Porquinhos, Kanela e Apinayé, e a desintrusão[1] da TI Krikati.

Foram realizados diagnósticos socioambientais participativos para o levantamento de potencialidades e vulnerabilidades das TIs. E houve um acompanhamento sistemático dos projetos de desenvolvimento e infraestrutura na região, provendo subsídios técnicos e apoiando a mobilização política dos povos Krahô, Apinayé, Gavião-Pykobjê e Krikati em relação aos impactos socioambientais decorrentes da implementação da UHE de Estreito - que levou a um termo de acordo ímpar em relação às propostas de compensação ambiental até então existentes.

Paralelamente, buscaram-se estratégias de ação para a garantia de um modo de vida que depende da abundância e acesso aos recursos naturais e que, por sua vez, se confronta com o crescimento populacional, a limitação física de seus territórios e com situações de degradação ambiental.

1 Desintrusão é uma medida legal tomada para concretizar a posse efetiva da Terra Indígena a um povo, depois da etapa final do processo.
Fonte: https://maraiwatsede.org.br/content/o-que-significa-desintrus%C3%A3o. Consulta em 06/12/2016

Neste sentido, foram executadas atividades de gestão ambiental nas TIs Timbira, como:

- Mutirões de plantio para adensamento de áreas com ocorrência de frutíferas;
- Enriquecimento dos quintais com pomares de uso múltiplo;
- Implantação de unidades demonstrativas de Sistemas Agroflorestais- SAFs;
- Incremento de roças familiares e comunitárias;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Melhoramento das capoeiras visando a perenização das roças;
- Manejo extrativista de frutas do cerrado para pré beneficiamento das polpas e fornecimento para a Agroindústria FrutaSã.

© Acervo CTI

Mulher Gavião-Pykobjê indo pra roça, 2012

# O Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira



O lastro de atuação brevemente relatado acumulou uma série de experiências, reflexões e discussões que foram, ao longo dos anos de trabalho, sinalizando projetos de futuro. As preocupações com a sustentabilidade das TIs Timbira, diante de todos os desafios internos e externos relacionados ao contexto regional, e a necessidade de organizar as ideias de futuro para as terras e mostrá-las para a sociedade nacional, foram os grandes motes para a elaboração de um Plano de Gestão Territorial e Ambiental das TIs Timbira.

Entre 2008 e 2010 foram, então, desenvolvidas atividades diretamente focadas na estruturação do PGTA das TIs Timbira. A elaboração de mapas temáticos durante os cursos do Projeto Mentwajê contou com etapas de campo, nas quais foram realizadas expedições para fazer mapeamentos participativos nas TIs Timbira, com a coleta de informações territoriais georreferenciadas por um grupo de jovens (mentwajê) e mais velhos (mekãré), estes caçadores e conhecedores dos caminhos, lugares, rios, serras – seus nomes e histórias correlatas. As informações coletadas foram analisadas e sistematizadas em cursos subsequentes às expedições para a composição de categorias e temas, símbolos e legendas.

Os diagnósticos socioambientais participativos foram sistematizados e, juntamente com os mapas elaborados, foram utilizados como material de apoio durante as oficinas nas aldeias, de modo a subsidiarem a discussão e construção participativa de uma matriz de indicadores de gestão.

*"Queremos cuidar bem da nossa terra. Respeitar a natureza e o meio ambiente, não fazer roças na beira do rio, ter pé de buriti pra correr com crow (tora), palhas pra cobrir casa, madeira e mata. Ter um plano pra uma vida boa e mostrar esse nosso pensamento para o cupen. Porque cupen não respeita, no entorno do território é só invasão de pescador e caçador, soja, eucalipto, carvoaria". Miguelito Cawkré Krahô*

*"... não pode ir pegar peixe no mesmo lugar, tem que ir mudando de rio, de lagoa, porque o tep (peixe) tem que ter tempo de namorar, de criar de novo, que nem nós também... os cupen não, vem e pega tudo, leva tudo, não preocupa do peixe aumentar... é só vim e pegar... tão pegando os tep tudo da gente... assim, sem tep, o rio vai secar". Noêmia Gavião*

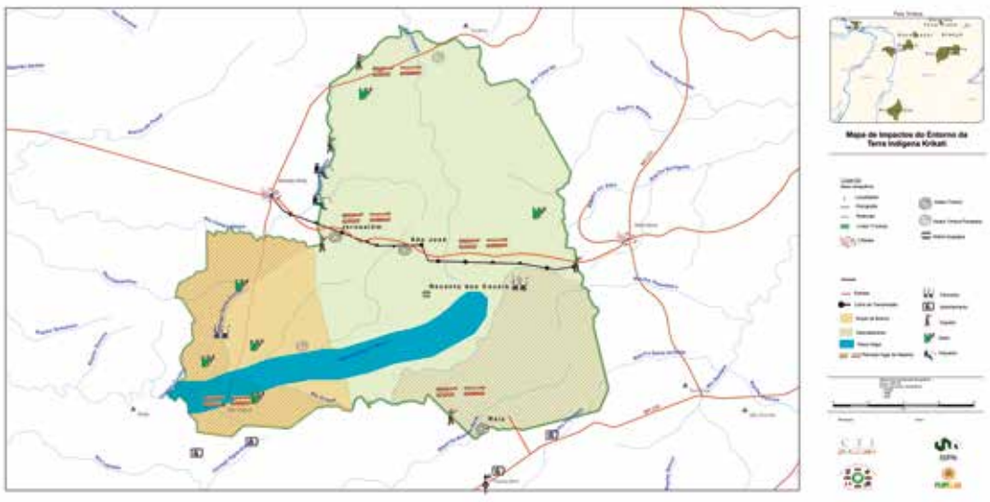
A matriz contava com perguntas orientadoras sobre problemas e vulnerabilidades (internos e externos) das TIs e as formas de solucioná-los – buscando um olhar sobre as raízes e frutos dos problemas, e alternativas que não se reduzissem ao "projetismo" -, os mecanismos para articular as soluções, os responsáveis e parceiros. E assim suscitaram relatos e reflexões sobre os desafios e estratégias de gestão territorial e ambiental.

*"Retirada ilegal de madeira, venda de madeira pelo mehin, invasão de caçadores, pescadores, cupen entra para tirar fruta para vender, turistas entram para tomar banho no riacho areia branca e sujam, áreas estragadas pelo cupen, áreas que ainda estão ocupadas pelo cupen."*
*Renato Auké Krikati*

As matrizes de gestão de cada Terra Indígena Timbira foram discutidas e analisadas durante um dos módulos do curso Mentwajê Ambiental, tendo como objetivo identificar especificidades, aspectos em comum e recortes temáticos. Optou-se por sistematizar os indicadores de gestão em uma única matriz, a partir da consideração de que os Timbira são um povo só que compartilha um mesmo contexto regional e, em grande medida, os mesmos problemas e desafios de gestão territorial – o que torna estratégica a construção dessa articulação para uma gestão territorial integrada. Os indicadores foram organizados sob categorias temáticas. E tal sistematização foi apresentada em um Seminário de Gestão Territorial e Ambiental Timbira, que contou com a participação de caciques e lideranças de todas as aldeias Timbira para avaliação, complementação e validação das informações.

O PGTA das TIs Timbira apresenta esses indicadores de gestão, organizados por quatro eixos temáticos - proteção e controle territorial, atividades produtivas e econômicas, manejo dos recursos naturais, educação para a gestão socioambiental - e detalhados enquanto problemas e vulnerabilidades, soluções e os caminhos para alcançá-las.

Dentre os desafios e estratégias de gestão relacionados aos quatro eixos temáticos, constam a conclusão dos processos de regularização fundiária das TIs Timbira, o acompanhamento e controle social dos projetos de desenvolvimento e infraestrutura na região, a articulação política para a criação de corredores ecológicos, a recuperação de áreas degradadas em regiões não desintrusadas ou com incidência de ilícitos por não indígenas. Assim como acordos comunitários para o uso e controle do fogo, para as áreas de abertura de roças, para a coleta e tratamento de resíduos sólidos. Além da continuidade da formação dos jovens em gestão territorial e ambiental, e a inclusão dos conteúdos correlatos no espaço escolar, contando com materiais didáticos específicos sobre os conhecimentos tradicionais associados ao tema.



© Helena Ladeira/ Acervo CTI

Homens Canela Ramkokamekra correndo com a tora, 2007



Constam ainda estratégias relacionadas ao fortalecimento das práticas tradicionais de gestão territorial vinculadas ao calendário ritual das aldeias, como as caçadas e pescarias coletivas, também como um meio de realizar o monitoramento do território e reforçar o respeito aos resguardos alimentares como mecanismo do manejo dos recursos naturais, a melhoria da produção de alimentos por meio da recuperação das variedades e a abertura de novas aldeias em regiões históricas de ocupação para o fortalecimento da proteção territorial.

O PGTA também relata as razões pelas quais os Timbira julgaram importante elaborar esse documento e os caminhos percorridos. Expõe os mapas temáticos sobre os impactos socioambientais do entorno de cada TI – os únicos autorizados a serem publicizados. E fala sobre os Timbira, suas relações com o Cerrado e os esforços de fortalecimento da "Unidade Timbira", enquanto estratégia política na relação com a sociedade nacional para a garantia dos direitos indígenas assegurados.

O PGTA das TIs Timbira foi elaborado com o intuito de colocar no papel as reflexões dos caciques, lideranças, professores, mulheres, conselheiros e jovens indígenas sobre os desafios e estratégias para a gestão sustentável de suas terras. Servindo também como catalizador de um rico processo de reflexão e produção de conhecimento sobre as Terras Indígenas Timbira.

Além de uma ferramenta de planejamento, se propõe enquanto um instrumento de diálogo junto aos parceiros e órgãos responsáveis pela implementação das políticas indígenas e ambientais. Com o alcance das ações desenhadas no Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira, pretende-se caminhar rumo a pjëinpej (terra boa e saudável) fundado na autonomia, por meio da qual, os povos Timbira exerçam o controle sobre as tomadas de decisão que digam respeito ao uso de seus territórios e dos recursos existentes; e que contribuam para o fortalecimento do "jeito de ser mëhin" (Timbira).

© Bruno Caporrino/Iepé

Pesquisadores Kupenã (em pé) e Rosenã (sentado, à direita) conduzem reunião regional em Mariry, outubro de 2012



# Para além do ambiental: considerações sobre o Plano de Gestão Socioambiental Wajãpi

Bruno Walter Caporrino

© Bruno Caporrino/Iepé

Pesquisadores estimulam a comunidade (incluindo AIS, AISAN e professores) a refletir sobre os problemas sentidos e enfrentados. Reunião local na aldeia Mojukagwerã, 2012.

O Plano de Gestão Socioambiental Wajãpi é um documento por meio do qual os Wajãpi do Amapari apresentam aos não-índios decisões e consensos sobre como desejam continuar trabalhando para fortalecer seus conhecimentos e jeitos de se relacionar, entre si e com os ambientes, para assim continuarem fazendo a gestão socioambiental de sua terra.

Esse documento, elaborado por eles com assessoria do Programa Wajãpi do Iepé, visa apresentar os consensos construídos para nortear suas próprias decisões e ações, mas também para influenciar as políticas públicas de modo a garantir seus direitos.

Ao ler os acordos sistematizados no Plano de Gestão, fica claro quais são esses direitos, já assegurados por ampla legislação, e que podem ser resumidos da seguinte maneira: o direito a continuar vivendo na sua terra demarcada em acordo com suas formas de organização social e territorial, recebendo saúde e educação diferenciadas; o direito a continuarem se dispersando por sua terra, fazendo seus roçados, caçando, pescando, e vivenciando, à seu modo, suas expressões culturais; e, além disso, o direito a receber do Estado todo o suporte necessário para fortalecer seus próprios saberes e práticas ao mesmo tempo em que acessam de uma maneira diferenciada os direitos de cidadãos brasileiros.



Os Wajãpi decidiram chamar esse documento "Como estamos organizados para continuar vivendo bem na nossa terra – Plano de Gestão Socioambiental Wajãpi". Um título que diz muito sobre o processo de produção deste Plano e sobre o acúmulo de reflexões necessárias para amadurecer os consensos. No que segue, apresentamos informações básicas sobre os Wajãpi, além de um pequeno histórico dos trabalhos anteriores que viabilizaram a realização deste Plano de Gestão.

## Onde moram os Wajãpi?

No Amapá, os Wajãpi habitam uma Terra Indígena homologada em 1996, que conta com pouco mais de 607.000 ha. e está situada entre as calhas dos rios Amapari, a leste, e Jari, a oeste. Muito montanhosa, essa região é constituída por floresta ombrófila densa e cortada por rios e igarapés que, devido ao relevo acidentado, são bastante estreitos, encachoeirados, e repletos de meandros. Situada nos municípios de Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari, a Terra Indígena Wajãpi (TIW) pode ser acessada pela Rodovia Perimetral Norte, BR-210, cuja construção, no início na década de 1970, abriu vetores para a invasão da área indígena[1]. As frentes de colonização no estado do Amapá – na época, território federal – foram pautadas pela exploração mineral e madeireira, além da instalação de assentamentos ao longo da estrada, que trouxeram sucessivas levas de colonos à região.

Hoje, a TIW encontra-se circundada pelo Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, à margem da qual vivem os castanheiros, a Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo e pela Floresta Estadual do Amapá. Todas essas áreas protegidas, incluindo a TIW, fazem parte do Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental, criado em 2005, e finalmente reconhecido em 2013[2], incluindo, pioneiramente, Terras Indígenas na composição de um mosaico de áreas protegidas.

© Bruno Caporrino/Iepé

Kasiripinã Wajãpi estimula lideranças a refletir sobre a ocupação da terra demarcada e vigilância dos limites. Encontro de Chefes, aldeia Aramirã II, 2013

Além dessas áreas protegidas, no entorno da Terra Indígena Wajãpi existe o Projeto de Assentamento Perimetral Norte, que também conta com representantes no Mosaico, e em relação ao qual os Wajãpi vêm desenvolvendo, há mais de 10 anos, ações para a gestão compartilhada, focada no desenvolvimento socioambiental, sintetizadas pela iniciativa denominada Faixa da Amizade.

1 Ver Gallois, D.T. 1983, 2002 e 2011.

2 Fazem parte também do Mosaico, as Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Paru D´Este, onde vivem os Tiriyó, Katxuyana, Wayana e Aparai.

## Quem são os Wajãpi?

Ninguém melhor do que os próprios Wajãpi para falar sobre si mesmos, especialmente porque a maioria das ações que foram desenvolvidas na TIW em parceria com o Iepé, visaram auxiliá-los a refletir sobre suas formas de organização, que seriam potencializadas pelo Plano de Gestão.

> *"Nós temos mais de 80 aldeias espalhadas pela nossa terra, porque nós fazemos uma ou mais aldeias por família, sempre procurando os lugares bons para fazer nossas roças, e também não gostamos de morar todos juntos: fazemos as aldeias bem separadas, porque assim nós conseguimos caçar, pescar, e viver com bastante fartura de produtos das nossas roças. Nós vamos explicar nesse Plano, também, que nossa organização social é complexa, porque não temos um chefe só, que manda em todo mundo. Temos vários grupos, que chamamos de iwanãkõ, e cada grupo tem seus chefes.*
>
> *Por isso, quando nós demarcamos nossa terra, nos organizamos através do Conselho das Aldeias Wajãpi-Apina, que é um conselho de chefes, ajudados por todos os Wajãpi. É assim que tomamos decisões: nós nos reunimos e decidimos como vamos trabalhar, e isso começou quando demos início à demarcação, e desde então é assim que nos organizamos para fortalecer nossos jeitos de viver".*[3]

O primeiro e mais importante aspecto a se destacar é o fato de que os Wajãpi do Amapari são formados por cinco subgrupos, que denominam wanãkõ.

3 Texto produzido durante a elaboração do Plano de Gestão Socioambiental Wajãpi, em 2015.

© Bruno Caporrino/Iepé

Reunião local na aldeia Pinoty, limite da Terra Indígena Wajãpi. Estrada BR-210, julho de 2012

Há vários anos, os Wajãpi perceberam que não era suficiente elaborar estratégias para lidar com os não-índios, mas precisavam fazer isso fortalecendo sua própria organização social e territorial. E é com esse objetivo que eles consolidaram sua organização representativa, o Conselho das Aldeias – Apina.

O Apina não é uma associação, mas um conselho, no qual chefes e lideranças de todas as aldeias, de todas as regiões e, portanto, de todos os subgrupos, se reúnem para debater assuntos de interesse comum e tomar decisões que, depois de pactuadas, são apresentadas ao Estado e outras agências não-indígenas na forma de documentos.



# A gestão socioambiental antes do Plano

© Bruno Caporrino/Iepé

Reunião regional na aldeia Akaju, rio Riozinho. Comunidades debatem sobre mudança de aldeias e vigilância com base nas linhas do Plano de Ação Wajãpi, 2011

No contexto wajãpi, tudo é integrado. As relações políticas, de parentesco, com os ambientes e com seus donos são interligadas e interdependentes, e se realizam na prática, nas aldeias, nas florestas, nos caminhos; não estão relegadas aos museus, livros, ou filmes antigos: são vividas pelos Wajãpi cotidianamente. Os jeitos wajãpi de circular pelo território, fazer pescarias, caçadas, roças e aldeias são manifestações diárias de seus conhecimentos, dependem de sua organização social, e só se realizam mediante a manutenção de determinadas condições ambientais que são asseguradas justamente por essas práticas nas aldeias, nas florestas e nos caminhos. Em outras palavras, os conhecimentos wajãpi, vivenciados socialmente em estrita relação com os ambientes e seus donos, asseguram a qualidade desses ambientes, ao mesmo tempo em que dependem dela.

Assim, quando se depararam com o desafio de consolidar um Plano de Gestão de sua Terra Indígena, ajudamos os Wajãpi a refletir sobre o que seria um Plano de Gestão, e sobre qual seria sua finalidade, por meio do seguinte questionamento: o que eles desejariam, consolidar um documento "para os não-índios", sistematizando problemas e solicitações de soluções técnicas e exóticas? Ou consolidar um pacto coletivo em que eles mesmos continuassem assumindo a responsabilidade pela gestão socioambiental de sua terra, ao se comprometerem a continuar fortalecendo seus conhecimentos, práticas, e organização social, a fim de garantir a gestão socioambiental de sua terra como ela deve de fato ser: cotidiana e, portanto, socialmente sustentável, pois é assim que vêm fazendo desde muito tempo.

Outra provocação que nos preocupamos em lhes propor logo no início do processo foi: de que outra maneira as ações de um Plano de Gestão, que visa documentar iniciativas para assegurar a gestão sustentável de sua terra, serão sustentáveis elas mesmas se forem ações exóticas, pautadas por paradigmas exóticos de relações sociais e com os ambientes, e dependentes de uma grande quantidade de técnicas, artefatos, e conhecimentos dos não-índios que eles não dominam e das quais terão dificuldade em se apropriar? Em outras palavras, a questão postulada desde o início foi: em que consistirão as ações cotejadas no Plano para resolver os problemas vivenciados nas roças, nas caçadas, nas aldeias? Serão elas iniciativas como projetos, que dependem de aportes institucionais e financeiros de difícil manejo, e da "transferência de tecnologia" nem sempre bem-sucedida, especialmente no que se refere à sua própria sustentabilidade? Ou serão as ações locais, práticas, cotidianas, pautadas pelas suas próprias modalidades de conhecer e lidar com os ambientes, e que todas as famílias poderão continuar realizando de maneira sustentável por serem manifestações de seus próprios saberes e posturas?

Entre os desdobramentos dessa reflexão se encontra a própria escolha do conceito de gestão socioambiental, e não de "territorial e ambiental" (comumente usado quando se fala de planos de gestão), já que ao longo desse debate foi possível trazer à tona quanto a gestão depende da manutenção de suas modalidades de conhecer, transmitir conhecimento, e vivenciá-lo, salientando que isso só é possível se socialmente praticado.

© Bruno Capparino/Iepé

Estimuladas pelos pesquisadores, as lideranças debatem os problemas relativos à sedentarização incentivada pelo assalariamento e pelos serviços de saúde e educação. Reunião regional na aldeia Mogy´ywyry, próxima à aldeia central Aramirã, 2012



A conclusão a que se chegou foi que o Plano de Gestão Socioambiental da Terra Indígena Wajãpi deveria ser um consolidado de todo o trabalho que os Wajãpi vêm realizando, com apoio do Programa Wajãpi do Iepé, desde a demarcação da Terra Indígena, no sentido de fortalecer sua organização social, conhecimentos e modalidades de relações – que se refletem em seus jeitos de se relacionar com os ambientes. Para isso, seria necessário problematizar quais medidas deveriam ser tomadas para a continuidade dessas ações: assim, os Wajãpi resolveram que o título do Plano seria "Como estamos organizados para continuar vivendo bem na nossa terra".

Mediante muito debate, fizeram questão que ficasse claro no Plano que não há como promover seu bem-estar nessa terra sem assegurar a qualidade das interações ambientais que nela precisam ocorrer, e que isso só é possível mediante o fortalecimento de seus conhecimentos e de suas próprias relações entre si e com os não-índios, mas que, além disso, esses conhecimentos, práticas e modalidades de relações devem ser conhecidos e respeitados pelos não-índios.

Foi por isso, enfim, que os Wajãpi decidiram que o Plano de Gestão não seria um consolidado de problemas, acordos e iniciativas sobre "terra e ambiente", simplesmente porque esse não é o modo como entendem os ambientes, mas sim uma sistematização dos problemas relativos aos modos como os próprios Wajãpi vem se relacionando com os ambientes, entre si, e com os não-índios, e de acordos e iniciativas para resolvê-los.

## "A atitude dos outros é função da nossa"

A clássica divisão, encontrada em muitos Planos de Gestão, entre componentes "interno" e "externo" foi exercitada ao longo do primeiro ano do processo de construção desse Plano, mas foi rapidamente abandonada quando percebemos que tudo é "interno", já que todos os problemas são vividos internamente, nas aldeias e roças, pelas famílias e, embora alguns deles sejam provocados pelas iniciativas dos não-índios (agentes "externos"), elas são aceitas ou até mesmo incorporadas pelos próprios Wajãpi.

Portanto, mesmo que não haja, nesse Plano, essa divisão entre componentes "interno" e "externo", ele revela uma grande preocupação em constituir uma interface entre os Wajãpi e os não-índios, que influenciam direta ou indiretamente sua vida e, portanto, a gestão de sua terra, já que ele foi pensado como um conjunto de decisões sobre como eles desejam se organizar, mantendo seus jeitos de fazê-lo, mas reconhecendo a presença cada vez mais intensa das políticas públicas e de seus efeitos nesse contexto. Os temas centrais dos debates nas aldeias são tempo (calendário, mudanças no ritmo de vida), espaço (circulação pelo território), assalariamento, e as posturas que têm tido diante de tudo isso. Assim, é comum ouvir nas reuniões onde se debatem essas questões que para fazer a gestão de sua terra, os Wajãpi necessitam cada vez mais "fazer a gestão dos não-índios", influenciando suas ações na medida mesma em que estas afetam suas vidas e, portanto, a gestão socioambiental de sua terra.

Esse fator coloca em destaque a necessidade, cada vez mais nítida para os Wajãpi, de se manterem unidos em torno de seus consensos diante das agências não-indígenas, as mais diversas com que lidam, uma vez que a multiplicidade de posturas e propostas por elas apresentadas – geralmente apresentadas a indivíduos, e não ao coletivo que seria representado pelo Apina – tende a comprometer a manutenção diária, local, desses consensos.

Isso revela muito sobre o Plano, e merece destaque aqui, pois permite que abordemos o segundo aspecto mais importante dele: a ideia de que a gestão socioambiental da Terra Indígena Wajãpi é (positiva ou negativamente) feita em primeira e última instância sempre pelos próprios Wajãpi.

Promovendo festas, fazendo roçados, percorrendo caminhos, organizando fundos ou expedições para a limpeza de picadas, ou aceitando políticas públicas e iniciativas negativas, que causam impactos socioambientais, os Wajãpi hoje percebem que são eles mesmos os verdadeiros agentes da ação. Mas essa percepção foi construída coletivamente ao longo de um intenso processo.

Dissolvendo a cisão "interno/externo", essa constatação coletiva os coloca no centro das ações ao permitir que se assumam agentes para a promoção da gestão socioambiental ao mesmo tempo em que assumem autoria da superação dos obstáculos que a ela se interpõem. Responsabilizando-se, também, pelos problemas que ocorrem em suas roças e aldeias, os Wajãpi se assumem agentes para sua própria solução: é aí que a questão de como estão organizados para lidar com os desafios atuais e promover a gestão socioambiental se coloca como diferencial, obrigando as políticas públicas a serem desenhadas e executadas de maneira a respeitar suas necessidades e direitos – e não o contrário.

Dado que o objetivo do Plano de Gestão é fortalecer os conhecimentos, práticas e modalidades de relações Wajãpi, por meio da continuidade de ações que vem realizando desde que demarcaram a Terra Indígena e do advento de alguns consensos relativamente novos nesse sentido, é essencial assegurar a conformação de arranjos políticos e sociais. E foi o que conseguiram fazer.

Ao contrário do que se pode pensar, as decisões que os Wajãpi foram tomando durante o longo processo de confecção desse Plano não são voltadas para o que alguns projetos e iniciativas definem como "preservação cultural". Como se pode perceber pelo seu teor, essa é uma questão que não se coloca, primeiramente porque os jeitos wajãpi são vivos e vividos em suas relações com os ambientes, suas criaturas e donos, de modo que os conceitos de "preservação" e "cultura" sequer se colocam.

Feita essa ressalva, é possível abordar a real questão a que se dedicaram os Wajãpi ao longo do processo de discussão do Plano: como assegurar a integridade dos modos wajãpi de lidar com os ambientes, dando conta dos obstáculos que se impõem a isso diariamente, e cada vez com mais frequência e rapidez?

A resposta a essa questão é a única certeza que se tinha desde o início dessa reflexão: para assegurar as condições socioambientais essenciais à vida dos Wajãpi, eles decidiram sistematizar e fortalecer as ações que vêm desenvolvendo desde que demarcaram a Terra Indígena e que são, por assim dizer, iniciativas que exigem a configuração de arranjos políticos, econômicos, e sociais diferentes daqueles praticados diariamente nas aldeias. Arranjos um tanto diferentes, focados justamente no fortalecimento e na manutenção das modalidades que há muito lhes são próprias.



## Como o Plano foi feito

© Bruno Caporrino/Iepé

Lideranças Sara e Jurara escutam apresentação dos pesquisadores a respeito dos conhecimentos dos problemas sistematizados. Encontro de Chefes. Aldeia Aramirã II, 2014

Um exemplo ilustrativo disso, e que revela muito sobre a metodologia por meio da qual se realizou esse Plano, é a atuação dos pesquisadores wajãpi para a consolidação desse documento, uma vez que a iniciativa de formar pesquisadores partiu de uma demanda das lideranças, que estavam preocupadas com a continuidade de seus regimes de conhecimentos e as modalidades de sua transmissão para as futuras gerações, diante das pressões que vêm enfrentando.

A ideia de formar jovens para que realizassem pesquisas aprofundadas sobre os conhecimentos wajãpi e construíssem, de maneira sistemática e rigorosa, uma reflexão crítica a respeito desses saberes e jeitos, consiste num desses arranjos, pois essa é uma prática diversa das maneiras com que "tradicionalmente" se produz e transmite conhecimentos, assim como o processo de formar uma "turma" por meio de oficinas, estágios e cursos. Além disso, trata-se de uma iniciativa que visa incentivar esses jovens a refletir sobre os conhecimentos wajãpi enquanto regimes de conhecimentos fortemente atrelados a todos os outros aspectos de suas vidas.

© Bruno Caporrino/Iepé

Pesquisadores, agentes de saúde, professores e lideranças debatem os problemas relativos à sedentarização em reunião local na aldeia Mariry, outubro de 2012

Iniciada em 2005, a formação contemplou 19 jovens e adultos de várias famílias e grupos locais, e pautou-se desde o início pelo estímulo à reflexão sobre os regimes de conhecimento wajãpi por meio da realização de pesquisas coletivas e individuais: cada pesquisador se dedicou a investigar nas aldeias, junto aos mais velhos, um aspecto de suas vidas como resguardos e remédios para caçar bem, a fim de transcender esse tema e compreender de uma maneira mais consciente os regimes de pensamento próprios como sistemas coesos e integrados e as modalidades de transmissão desses saberes através de suas vivências sociais.

Realizando esse trabalho com afinco, alguns desses pesquisadores passaram a enxergar os jeitos wajãpi de se relacionar, de circular pela Terra Indígena, lidar com os ambientes e fazer as roças, caçar, pescar, fazer festas e casas, por exemplo, sob a perspectiva de sua compreensão mais aprofundada dos saberes e jeitos wajãpi, atrelando, de uma maneira mais metódica, narrativas e saberes que elas congregam à vida de seu povo. Isso lhes permitiu entender com mais acuidade os desafios postulados pelas relações contemporâneas com tantas e tão diversas agências, tais como os diversos e dissonantes agentes do Estado, num processo um pouco mais focado nisso que aquele pelo qual também vêm passando os professores e agentes indígenas de saúde wajãpi.

Apropriando-se dessa visão mais apurada, passaram a atuar politicamente ao auxiliar as lideranças no árduo processo de explicação mais qualificada desses desafios, o que os estimulou a ocupar paulatinamente papéis políticos no seio das comunidades. Definindo-se como "agentes políticos Wajãpi", os pesquisadores candidataram-se aos quadros das diretorias das associações[4] e chegaram a ocupar as presidências, dedicando-se a provocar as famílias a passar pelo mesmo processo de reflexão sobre seus jeitos de conhecer, transmitir e viver para, depois, estimular reflexões sobre os obstáculos que atualmente vêm se apresentando a isso.

Quando a equipe do Iepé e os Wajãpi decidiram unir esforços para consolidar o Plano de Gestão, os pesquisadores se encontravam exatamente nesse processo, o que foi um grande advento. Depois do debate de costume em assembleias e reuniões, os Wajãpi decidiram submeter ao Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas do Ministério do Meio Ambiente (PDPI/MMA), um projeto intitulado "Elaboração de um plano de gestão ambiental da Terra Indígena Wajãpi a partir de seus conhecimentos e práticas tradicionais, voltado à consolidação de acordos no Plano de Gestão", e decidiram que a participação dos pesquisadores, assim como dos professores, seria essencial.

4 Além do Apina, esse grande conselho político, os Wajãpi decidiram criar, em 2011 a Awatac – Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura, com a finalidade de apoiar com estrutura e recursos (projetos) as ações deliberadas coletivamente no seio do Apina, sendo que antes já havia um braço executivo deste, a Apiwata – Associação dos povos indígenas Wajãpi do Triângulo do Amapari, que possui um caráter deliberativo restrito a alguns grupos familiares.

© Bruno Caporrino/Iepé

Kasiripinã Wajãpi estimula lideranças e comunidade de Mariry em geral a fortalecer os fundos de vigilância e ocupação e os consensos relativos à obrigatoriedade na mudança de oferta das políticas públicas. Reunião Inter-Regional em Mariry, outubro de 2012

Atualmente, o grupo de pesquisadores, envolvido no processo de consolidação do Plano de Gestão Socioambiental, constitui a turma de Agentes Socioambientais que está sendo formada pelo Iepé, em continuidade ao trabalho que, enquanto pesquisadores, desenvolveram tanto no campo da reflexão e da sistematização quanto da prática, em prol do Plano de Gestão.

O Projeto, que teve início em 2010, permitiu a realização das seguintes atividades:

- inventariar todos os diagnósticos socioambientais realizados em sua terra;
- promover reuniões em todas as aldeias e reuniões maiores, como Encontros de Chefes e assembleias, para debater esses diagnósticos, levantar novos problemas e apontar rumos para o debate sobre a gestão;
- promover reuniões nas aldeias e reuniões gerais para identificar novos problemas, correlacioná-los e ajudar as famílias a encontrar por si mesmas as soluções;
- promover oficinas e cursos para ajudar os Wajãpi a qualificar esse debate e sua sistematização e, por fim,
- apoiar a aprovação geral do Plano de Gestão e sua publicação.

O projeto foi executado pelo Apina em parceria com o Programa Wajãpi do Iepé entre 2010 e dezembro de 2013, contando com a crescente participação dos pesquisadores, que se engajaram por entender que a gestão socioambiental da terra demarcada depende intimamente do fortalecimento de seus conhecimentos e jeitos de viver, especialmente no que se refere à mudança de aldeias e dispersão pela Terra Indígena e que, para isso, é fundamental assegurar consensos internos quanto às posturas dos Wajãpi diante das políticas públicas, que tendem a agredir, ameaçar essas modalidades de relações.

Focado na promoção de debates sobre os empecilhos que vêm se colocando a isso, o trabalho em prol do Plano partiu do princípio de que a realização cotidiana dos seus jeitos de conhecer e se organizar, que sempre asseguraram a gestão socioambiental do meio ambiente em que vivem, é a única maneira de promover a gestão socioambiental de sua terra demarcada. Mas como viver em uma terra demarcada postula questões alheias à organização social wajãpi, algumas ações e iniciativas diversas da prática cotidiana deveriam ser sistematizadas e incentivadas a fim, justamente, de fortalecê-los.

Participando de oficinas, os pesquisadores problematizaram o modo como estavam ocupando a terra, cada vez mais propício a uma ocupação centralizada e sedentarizada, avessa a seus jeitos e saberes, e, junto com diversas lideranças, elaboraram uma pauta para discutir nas aldeias e uma metodologia para sistematizar os acordos pactuados pelas famílias, a serem, posteriormente, referendados em assembleia.

# Para que a gestão socioambiental seja integrada, ações e projetos devem ser integrados

© Bruno Caporrino/Iepé

Primeira assembleia do Apina para aprovação do Plano de Gestão Socioambiental Wajãpi. Centro de Formação e Documentação Wajãpi, Aramirã, 2015

A própria execução do Projeto PDPI demonstra o quanto a divisão em setores como "educação" e "saúde" não se aplica devidamente à vida wajãpi e, portanto, à gestão de sua terra, uma vez que a realização das atividades para consolidar o Plano não se resumiu a esses projetos. Para colocar em prática as ações previstas no Projeto, lançamos mão de todos os outros projetos PDPI em execução no momento, atrelando as atividades, e consagrando a ideia de que a formação dos agentes de saúde, por exemplo, não pode ocorrer isolada da formação de pesquisadores, professores, cinegrafistas e quadros das diretorias, assim como a formação dos pesquisadores não se realiza sem interfaces com todas as outras, já que na experiência cotidiana a atuação dos professores wajãpi não seria possível sem que os agentes indígenas de saúde atuassem com qualidade, e nada disso faria sentido se seus conhecimentos e modalidades de transmissão estivessem fragilizados ou ameaçados.

Portanto, para realizar as atividades do Projeto PDPI, começamos por sistematizar todo o trabalho realizado pelo Apina com apoio do Iepé, em todas as suas 5 linhas de ação: saúde, educação, fortalecimento político, fortalecimento cultural e, claro, terra e ambiente[5]. Injetamos recursos de todos os projetos em execução no momento, conciliando as atividades, de modo a integrar as ações em formação de agentes indígenas de saúde, de professores, de cinegrafistas e quadros das diretorias, os momentos políticos como encontros de chefes, assembleias e Apina Volante, aos debates sobre a gestão socioambiental, de modo que, de ponto de vista formal, para executar as ações do Projeto PDPI, foi empenhada em regime de contrapartidas uma quantia quase superior ao valor do próprio projeto.

5 A própria existência dessas 5 linhas de ação é problematizada, desde o início, pelos Wajãpi, que têm bastante clareza de sua necessidade apenas no que se refere à lide com os órgãos públicos, para quem tais divisões são essenciais. Mas, internamente, os Wajãpi se esforçam por enaltecer o quanto esses aspectos de suas vidas são absolutamente indissociáveis, conforme veremos ao longo do artigo.



A formação dos pesquisadores e a formação das diretorias das associações foram as mais comprometidas com a conformação do Plano, de tal modo que, sem isso, não seria possível empreendê-lo. Mas vale frisar que nenhuma delas seria possível, por seu turno, sem que todas as outras ações fossem desenvolvidas. Concorreram para esse fim projetos financiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, Embaixada da Noruega, Rainforest Foundation Noruega, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Iphan, Poema da Alemanha e outros.

Ao fim da vigência do Projeto PDPI, os acordos quanto às ações e posturas que os Wajãpi desejam continuar desenvolvendo em prol da gestão socioambiental estavam prontos, mas o debate necessário para isso atingiu um nível bastante profundo e provocou outras reflexões e debates entre as famílias, de modo que decidimos ajudar os Wajãpi e submeter um novo projeto ao PDPI, para prosseguir essa investigação coletiva e subsidiar consensos mais sólidos quanto às ações e posturas para a gestão socioambiental de sua terra demarcada.

Assim, depois de pactuar em assembleia a nova versão do projeto, este foi submetido ao PDPI/MMA e aprovado no fim do ano de 2013, vigorando durante o ano de 2014, e recebeu o título "Projeto Consolidando Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas do Amapá" (que apoiou a consolidação do Programa de Gestão das Terras Indígenas do Oiapoque também).

Assim como a versão anterior, esse projeto concatenou todas as ações e projetos em execução, mas o diferencial dessa versão foi justamente a inserção mais formal e elaborada dos pesquisadores no processo, por meio da promoção de estágios para reflexão sobre os problemas socioambientais e a formulação das provocações que se encarregaram de fazer às famílias nas aldeias, ao conduzir as reuniões, oficinas para a reflexão sobre como enunciar isso em um documento, além, claro, de apoiar as reuniões locais, nas aldeias, regionais (entre várias aldeias de uma mesma região), reuniões entre regiões, grandes Encontros de Chefes, reuniões gerais e assembleias, todos promovidos pelos pesquisadores em conjunto com as lideranças.

Corrobora isso o fato de que os problemas abordados, as soluções apontadas e as ações pactuadas no Plano de Gestão repercutem os problemas diagnosticados, as ações elencadas e os princípios sistematizados no Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial Wajãpi e no Plano de Ação Wajãpi, *Mosikoa´y rã kõ*.

O Plano de Salvaguarda consiste num conjunto de ações propostas pelos próprios Wajãpi para promover a salvaguarda de seus regimes de conhecimentos e seus modos de vida, uma vez que eles são patrimônio imaterial reconhecido pela Unesco e pelo Iphan, ao passo em que o Plano de Ação consiste em um programa de ações, também consolidado pelos Wajãpi com apoio do Iepé (publicado em 2012), orientados para o fortalecimento de seus regimes de conhecimento e de relações.

O Plano de Ação abrange todas as áreas da vida dos Wajãpi, como saúde, educação, fortalecimento político, cultura, terra e ambiente, e norteia a atuação do Apina em todas essas áreas. Tal como o Plano de Gestão Socioambiental, o Plano de Ação aponta rumos para as políticas públicas, identificadas pelo Estado como ações divididas em setores (saúde, educação). Mas esse recorte serve apenas para orientar os programas do Estado e as políticas públicas, uma vez que todas essas esferas de suas vidas se correlacionam muito íntima e fortemente, assim como o Plano de Gestão Socioambiental – visto pelos Wajãpi, em alguns momentos, como um detalhamento de seus anseios e demandas, já que toma como ponto de partida as questões "ambientais" e "territoriais".

A correlação entre o Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial Wajãpi, o Plano de Ação e o Plano de Gestão Socioambiental demonstra o quanto esses recortes servem muito mais para orientar a lide dos Wajãpi com os financiadores de projetos, com as agências governamentais e com as políticas públicas do que para segmentar sua vida, entendida por eles como uma totalidade integrada.

## Dos estágios às aldeias – e de volta aos estágios

Em linhas gerais, o processo consistiu na reflexão sobre os problemas socioambientais vivenciados pelas famílias nas aldeias à luz das dificuldades por elas encontradas em realizar os jeitos Wajãpi de ocupar a terra e lidar com os ambientes. Durante os estágios, os pesquisadores tomaram consciência do quanto os problemas ambientais apontados pelas famílias nas aldeias durante as reuniões por eles promovidas tinham causas mais profundas, que eram, em geral, outros problemas. Partindo dessa reflexão, os pesquisadores sistematizaram esses problemas e investigaram suas causas, saindo dos estágios realizados na própria Terra Indígena para novas reuniões nas aldeias, onde provocaram as famílias a realizar exatamente a mesma reflexão que eles foram estimulados a fazer. Depois, retornaram aos estágios, onde debateram e investigaram as causas desses problemas descobertos nas aldeias pelas famílias, elaboraram novos questionamentos e retornaram às aldeias, onde promoveram mais reuniões nesse mesmo sentido.

Esse processo mostrou ser exitoso porque seu objetivo era fazer com que os pesquisadores refletissem por si mesmos sobre as causas dos problemas e, depois de percebê-las, incentivassem as famílias a fazer as mesmas reflexões, de modo a provocá-las para que também refletissem e descobrissem por si mesmas essa causalidade, já que sempre foi um consenso entre o Iepé e os pesquisadores wajãpi que essa é a única maneira de assegurar a sustentabilidade do próprio Plano: garantir que as pessoas percebam por si mesmas em vez de "ensiná-las" ou apontar respostas prontas que, por terem sido sugeridas, correriam o grande risco de serem esquecidas.

© Bruno Capporino/Iepé

Estágio com pesquisadores Wajãpi na última etapa do processo, com sistematização dos debates realizados ao longo dos anos acerca dos problemas, suas causas, e soluções. Centro de Formação e Documentação Wajãpi, Aramirã, 2014

A metodologia empregada se baseia na crença de que a única maneira de mudar posturas e atitudes é auxiliar cada família a mudar sua própria visão sobre isso, de modo a provocar questionamentos que possibilitem uma transmutação de visões para assegurar que os acordos pactuados partam voluntariamente dos próprios Wajãpi. Para isso ocorrer, sempre soubemos que eles precisam estar muito convictos, e a única maneira de garantir isso é fazendo com que cheguem às conclusões por si mesmos.

Alternando estágios e reuniões nas aldeias, os pesquisadores, que passaram por esse mesmo processo antes de convidar as famílias a isso, conseguiram qualificar o debate e colocar a discussão sobre a gestão em seu verdadeiro eixo: em que medida os jeitos wajãpi de circular pela terra e relacionar-se com os ambientes estão sendo realizados ou não, e quais são as causas para os problemas enfrentados pelas famílias em relação a isso? Ou, em suas próprias palavras: "em que medida nós mesmos, Wajãpi, estamos tomando atitudes que enfraquecem nossa organização social e, portanto, nossas modalidades de circular pela terra e impedem que realizemos plenamente nossas modalidades de relação com os ambientes?".



## Causas, muitas vezes, também são efeitos

O grande ganho desse processo foi o esclarecimento de todos sobre o quanto os próprios Wajãpi também são responsáveis pelos vários problemas que hoje enfrentam; o quanto os "problemas ambientais" percebidos pelas famílias e pelos quais, num primeiro momento, tendem naturalmente a responsabilizar os não-índios, são resultados de problemas mais profundos; mais "sociais" do que "ambientais" e, por fim, o quanto os próprios Wajãpi são responsáveis pela solução dos problemas, na medida em que são responsáveis por eles.

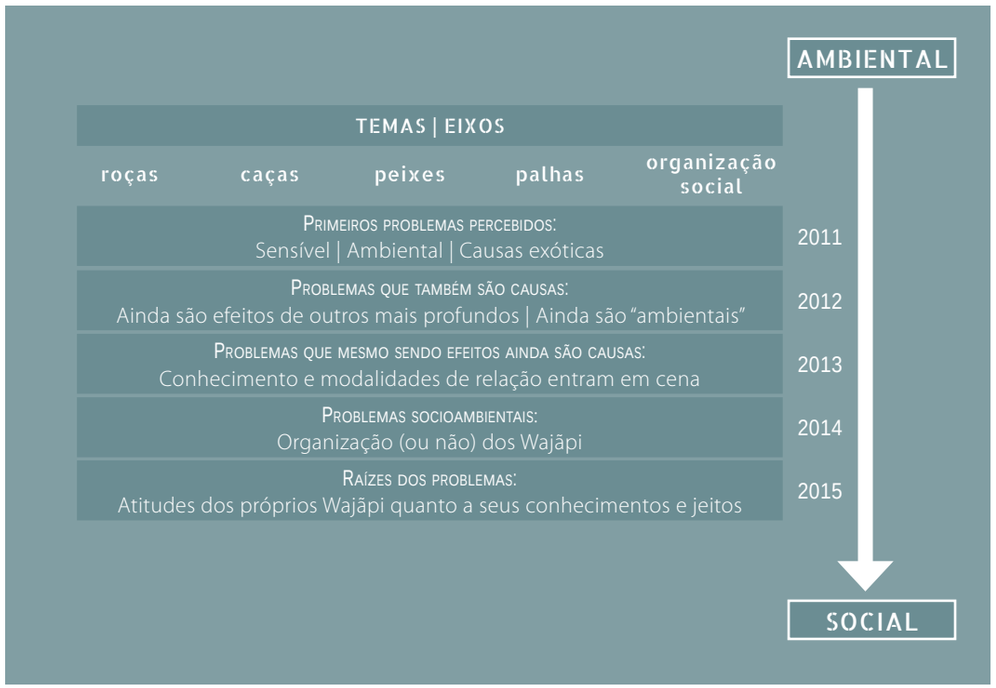
A cadeia causal de problemas (e de consensos sobre como atuar para resolvê-los) que constitui o centro do Plano é produto desse processo, e permite uma visualização clara dele: partindo de problemas mais aparentes, sensíveis, e, portanto, mais "ambientais", os Wajãpi investigaram suas causas, debatendo o quanto se devem às dificuldades em lidar com os ambientes e circular pela terra (fazendo –jisyrysyrya ou seja, realizando, na prática, suas modalidades de ocupação da paisagem) e perceberam que a efetividade da gestão de sua terra só será assegurada se conseguirem se organizar para continuar vivendo de acordo com seus jeitos, compreendendo que as causas dos problemas nas roças, com relação às caças e pescados, palhas e materiais para fazer as casas, são essencialmente "sociais": ou seja, referem-se muito mais a como se organizam para atuar diante dos desafios impostos atualmente (como os cursos de formação oferecidos pelo Estado e o assalariamento) e sobre quais posturas assumem diante das políticas públicas, do que aos aspectos concretos que disso decorrem, como as pragas nas roças, por exemplo.

© Bruno Capporino/Iepé

Kumare Wajãpi endossa apresentação dos pesquisadores a respeito das causas socioambientais para os problemas percebidos pelos Wajãpi e incentiva as lideranças a pactuarem consensos em prol da mobilidade face às políticas públicas. Encontro de Chefes, Centro de Formação e Documentação Wajãpi, 2014

O avanço, dos problemas mais aparentes aos problemas mais profundos, é simultâneo ao avanço das causas mais exóticas às causas mais "internas", dos problemas mais ambientais aos problemas mais sociais, econômicos, políticos, e é interessante o quanto essa progressão conceitual é também cronológica: esse foi um entendimento a que os pesquisadores chegaram e que conseguiram provocar nas aldeias ao longo dos 5 anos de trabalho em prol da formatação do Plano, como sugere o esquema abaixo:

É por isso que a tabela de problemas e suas causas, em que também apresentam seus acordos, parte de temas "ambientais" para trazer à tona o socioambiental, sistematizando essa discussão numa cadeia de causas, e permitindo que as raízes sociais dos problemas sejam identificadas. Isso faz com que o Plano de Gestão Wajãpi seja essencialmente socioambiental. À medida que a cadeia causal se aprofunda, ao longo do tempo, o protagonismo dos Wajãpi emerge, seja como causadores indiretos dos problemas ao ceder às pressões para que abandonem práticas e conhecimentos essenciais à gestão socioambiental, seja como responsáveis pelas suas soluções, ao assumir determinadas posições diante das pressões enfrentadas.






Eis porque saúde, educação, fortalecimento político e cultural, bem como as políticas públicas nessas áreas surgem como temas diretamente relacionados à gestão da terra demarcada, e é por isso também que dedicam grande parte do Plano a seus consensos sobre como desejam se posicionar diante das políticas públicas que impedem a realização plena da mudança de aldeias e ocupação dos limites e a seus consensos sobre como eles mesmos desejam continuar se organizando para enfrentar os desafios impostos por fatores como assalariamento e pela mudança no ritmo de suas vidas, por meio de iniciativas como, por exemplo, a consolidação dos fundos de ocupação e de vigilância dos limites da demarcação.

Contemplando esse processo de deslocamento do debate do plano mais aparente e sensível, mais "ambiental" e "externo" (por exemplo, era comum ouvir nas aldeias que "as pragas nas nossas roças são trazidas pelas plantas dos não-índios") para o plano das causas estruturais e, portanto, sociais (por exemplo, agora é comum ouvir nas aldeias que "as pragas existem nas roças porque temos deixado de escolher bons lugares para fazê-las, deixando de nos mudar como é correto fazer"), podemos observar como todos os aspectos de suas vidas se relacionam e interferem na gestão socioambiental, e como os próprios Wajãpi se assumiram autores tanto dos problemas enfrentados quanto de suas soluções, responsabilizando-se pela gestão diária, local, cotidiana e autônoma de sua terra demarcada.

Focado em consolidar consensos sobre como os próprios Wajãpi desejam continuar se organizando para resolver os problemas que foram debatidos e cujas causas foram identificadas, o Plano sistematiza ações que vêm desenvolvendo desde que a terra foi demarcada.

Assumindo-se responsáveis, ou corresponsáveis (já que se assumem responsáveis pela iniciativa de propor mudanças) por tudo isso, os Wajãpi demandam das diversas agências com que lidam (como órgãos de governo estadual, a exemplo do Instituto Estadual de Florestas e da Secretaria de Estado da Educação, órgãos federais, como o Incra e até mesmo órgãos municipais) atitudes positivas, que apoiem seus acordos e, assim, possibilitem a continuidade dessas ações e, por fim, dos modos de vida que elas visam assegurar e promover, frisando seu direito de escolher como devem ser executadas políticas públicas e iniciativas que os afetem.

Assim, o Plano de Gestão Socioambiental Wajãpi, elaborado por meio de reflexões aprofundadas sobre as causas dos problemas, debatidas em todas as aldeias, e em oficinas, assembleias e reuniões, consolida consensos dos Wajãpi sobre como prosseguir com a gestão de modo a responsabilizá-los, mas não exime os agentes que interferem nisso (como os órgãos públicos) de suas responsabilidades: é fundamental ler e compreender os problemas levantados pelos Wajãpi, respeitar seus acordos, e seguir suas deliberações, aprovadas em diversas assembleias (em especial em duas assembleias finais, específicas para isso), pois, como gostam de dizer os Wajãpi, ao Estado compete seguir os consensos já levantados e organizados, pois eles lhe poupam o trabalho de descobrir como proceder em relação a eles.

# Para desafios diferentes, estratégias diferentes

© Bruno Caporrino/Iepé

Waiwai Wajãpi relembrando o processo de descentralização e a consequente organização em torno dele para a demarcação da Terra Indígena Wajãpi. Assembleia para aprovação do Plano de Gestão. Centro de Formação e Documentação Wajãpi, Aramirã, 2015

Mesmo que o objetivo principal do trabalho que tem sido realizado em prol da gestão socioambiental seja o fortalecimento de suas modalidades de conhecimento e de relações, arranjos específicos estão sendo desenvolvidos pelos Wajãpi há muitos anos, uma vez que os desafios com que se deparam exigem isso. É assim que o uso do dinheiro, soluções para a consolidação de instâncias de decisão que deem conta de promover interfaces com os não-índios e suas peculiaridades se configuraram ao longo dos anos, e são contempladas nos acordos.

Um reflexo disso é o empenho demonstrado pelos Wajãpi em calcar o Plano em grandes consensos a fim de evitar cisões entre as famílias, considerando que algumas delas desejariam permanecer nas aldeias centrais e de ocupação mais antiga, mesmo que, num cenário ideal, nas aldeias novas e mais distantes houvesse atenção plena à saúde e à educação.

Assim como reconhecem que o dinheiro e os cursos e formações, por exemplo, já fazem parte de suas vidas, e elaboram medidas para dar conta disso de modo a fortalecer sua organização social em vez de ameaçá-la (num nítido movimento de apropriação positiva desses fatores que têm tudo para ser negativos), os Wajãpi se esforçaram em constituir consensos ao propor iniciativas como o fortalecimento de um mercado interno de produtos das roças, a configuração de fundos coletivos onde depositem quantias de seus salários (diminuindo a desigualdade que é uma tendência) e pactuando estratégias para assegurar que as famílias que se empenham em circular pela Terra Indígena (fazendo aldeias novas e ocupando os limites) recebam apoio ao estabelecer, por exemplo, cotas de contribuição financeira maiores por parte das famílias que, permanecendo nas regiões centrais e de ocupação mais antiga, têm mais acesso às políticas e equipamentos públicos ao mesmo tempo em que comprometem a efetividade da gestão socioambiental e diminuem o poder de negociação com os órgãos públicos que se restringem comodamente a só apoiar essas regiões.

Essa estratégia é um claro exemplo de como os Wajãpi se esforçaram para reconhecer seu objetivo principal, e garantir que todas as famílias, tanto nas aldeias mais distantes quanto nas mais centrais, sejam contempladas com políticas públicas de qualidade e com os benefícios da efetiva gestão socioambiental. O fato de terem conseguido pactuar essa cota de contribuição maior por parte dos que permanecem nas aldeias centrais, a fim de beneficiar as aldeias que circulam pela terra, demonstra o grau de negociações que esse Plano consagra.

Ao mesmo tempo, iniciativas como projetos para criação de animais e frutíferas nativas, e para a elaboração de técnicas e metodologias de cultivo (como sistemas agroflorestais para as aldeias centrais), a serem executadas com inúmeras ressalvas, documentam o quão capacitados os Wajãpi sempre desejam se tornar para lidar com os desafios que lhes são impostos, sem abdicar de seus objetivos principais através da deliberação coletiva de iniciativas familiares para uma terra que, inevitavelmente, é de uso comum. Vale frisar, contudo, que ao longo do processo essas iniciativas foram pensadas como soluções paliativas.

© Bruno Caporrino/Iepé

Mulheres Wajãpi em reunião inter-regional sobre o Plano de Gestão Socioambiental. Centro de Formação e Documentação Wajãpi, Aramirã, 2014

## Como todos devem ajudar

Esperamos, portanto, que todos os agentes que lidam com os Wajãpi, seja nas áreas de educação e saúde ou nas áreas ambiental e territorial, em todas as esferas de governo, se dediquem a uma leitura atenta dos problemas apontados, compreendendo suas causas, e reconheçam os direitos (assegurados por ampla legislação, da Constituição Federal à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, por exemplo) de decidir por si mesmos quais são seus objetivos, os obstáculos à sua execução, e, sobretudo, seus direitos no que se refere à sua superação, respeitando os acordos que os Wajãpi levantam nesse Plano e agindo de maneira a evitar que se acentuem os conflitos identificados quanto à gestão socioambiental.

Basta ouvir, e agir de acordo com o Plano de Gestão Socioambiental, que foi pensado para ser seguido por todos, dos Wajãpi ao Estado.

© Luis Donisete Benzi Grupioni

Reunião de lançamento do Plano de Gestão do Território do Xingu, Polo Diauarum, 2016



# O processo de construção do Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu

Ivã Gouvêa Bocchini

Oficina do Plano de Gestão do PIX com os Waurá, aldeia Piyulaga

© Acervo ISA



Por séculos, os povos do Xingu cuidaram de seus territórios, bem mais extensos do que os atuais e sem cidades, rodovias, fazendas e hidrelétricas por perto. As últimas décadas, no entanto, foram arrasadoras para os povos indígenas do Mato Grosso do ponto de vista da degradação ambiental. O desmatamento no entorno do Território Indígena do Xingu (TIX) alcançou proporções preocupantes, fazendo do Xingu uma verdadeira ilha de floresta preservada, com suas cabeceiras impactadas pelas fazendas de soja e de gado. Somado aos problemas ambientais, o aumento da população indígena coloca novos desafios para a gestão atual e futura do território.

À época em que ocorreram as primeiras discussões e consultas para a formulação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), os índios do Xingu vinham também discutindo propostas para a comercialização de créditos de carbono, no contexto do que então parecia ser algo promissor: o mercado de REDD (do inglês *Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation*, em português, "Redução de emissões decorrentes do desmatamento e da degradação de florestas"). Em dúvida sobre assinar ou não algum eventual contrato e animados pelas discussões entorno da PNGATI, os povos do Xingu optaram por elaborar um Plano de Gestão para o Território Indígena do Xingu. Mas que fosse feito com calma, no tempo deles, sem deixar de falar de nada que fosse importante para a vida daqueles povos.

Para a construção do Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu foi criado um Grupo de Coordenação composto pela FUNAI, Associação Terra Indígena Xingu (ATIX), Instituto de Pesquisa Etnoambiental do Xingu (IPEAX) e Instituto Socioambiental (ISA), ou seja, pelo órgão indigenista do Estado, duas associações indígenas representativas do TIX e um parceiro membro da sociedade civil. As primeiras oficinas foram realizadas nos polos regionais do Alto (Leonardo), Médio (Pavuru), Baixo (Diauarum) e Leste (Wawi). No Alto Xingu participaram os representantes das aldeias Aweti, Mehinako, Kamaiurá, Kuikuro, Kalapalo, Yawalapiti, Waurá, Matipu e Nahukuá. No Médio, participaram os Ikpeng, Trumai e algumas aldeias Kamaiurá, Waurá e Kawaiweté. No Baixo, foi a maioria das aldeias Kawaiweté e as Yudja. E no Leste, as aldeias Kisêdjê. Também participaram representantes das etnias Naruvotu e Tapayuna, que não possuem aldeia própria no Xingu, mas moram em aldeias de parentes.

Entre as 16 etnias que vivem no Xingu, são faladas no mínimo sete línguas diferentes: Tupi-Guarani, Tupi-Aweti, Tupi-Yudja, Karib, Aruak, Jê e Trumai, sem contar as variações dialetais. Os casamentos interétnicos são frequentes, assim como é comum encontrar pessoas que falam duas ou três línguas – e alguns casos raros de índios que falam quatro ou cinco! – sem contar o português, uma espécie de língua-geral atualmente falada por quase todos no TIX. A língua materna, no entanto, é absolutamente dominante no cotidiano de todas as aldeias, tornando obrigatório, durante as oficinas, que se façam traduções, o que leva tempo e exige exímia habilidade, pois o português é radicalmente diferente de todas essas línguas, não apenas em sua estrutura gramatical e fonética, mas principalmente em seu pano de fundo cultural ocidental. Trata-se, na verdade, de uma tradução de mundos, uma arte em que dezenas de professores e jovens indígenas estão se especializando – enquanto que "do lado de cá" permanecem sendo raríssimos os brasileiros que aprenderam a falar a língua deles, qualquer uma.

## Xingu

O Território Indígena do Xingu é formado pelo Parque Indígena do Xingu e mais três Terras Indígenas: Wawi, Batovi e Pequizal do Naruvôtu. Toda essa área junta possui cerca de 2,8 milhões de hectares. Mesmo que isso faça do TIX um dos maiores territórios indígenas do Brasil, é sempre bom lembrar que nosso território ancestral era bem maior, se estendendo até a bacia do Teles Pires, a oeste, a região do Rio Jatobá, a sudoeste, as cabeceiras do Rio Xingu, ao sul, e a bacia do Suiá-Miçú, a leste. A primeira proposta de demarcação dos irmãos Villas Bôas tinha 20 milhões de hectares, quase dez vezes o tamanho atual.

Infelizmente, o TIX acabou se transformando numa "ilha de floresta", já que o seu entorno vem sendo desmatado em ritmo acelerado. A ocupação desorganizada do entorno trouxe sérias ameaças, tanto internas quanto externas.

As ameaças internas estão ligadas ao confinamento, redução territorial e aumento da população. Temos que melhorar nossas técnicas de manejo dos recursos naturais para garantir o sustento de nossos filhos. Temos que cuidar para não deixar o fogo espalhar e também evitar o acúmulo de lixo nas aldeias. São ações voltadas para dentro do nosso território que dependem principalmente de nós mesmos para serem implementadas.

As ameaças externas são aquelas que vêm de fora, causadas pelos nossos vizinhos. O desmatamento de nascentes e matas ciliares que ficam nas fazendas, a poluição dos rios por produtos químicos da agricultura, a extração madeireira, a invasão de pescadores e a grande quantidade de pousadas turísticas são exemplos de pressões externas que afetam nossos recursos naturais. Uma outra ameaça, cada vez mais forte, são as obras de infraestrutura que os governantes fazem perto do TIX, como hidrelétricas, rodovias e ferrovias. Estamos cercados por essas obras e nunca interessou ao governo saber o que pensamos disso. Eles querem ampliar e asfaltar várias rodovias, como a BR 163, a oeste, a BR 242 ao sul, a BR 158, a leste, e a BR 080, ao norte, formando um anel viário no entorno do TIX que vai servir para escoar soja e milho, aumentando ainda mais o desmatamento, a poluição dos rios e tantos outros problemas que chegam junto com o "progresso" do homem branco. Ainda tem a FICO, uma enorme linha de trem ao sul do Território, e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ao norte, que vão impactar fortemente as populações tradicionais que moram na bacia do Rio Xingu.

Todas essas ameaças podem comprometer o futuro dos nossos povos. Por isso fizemos este Plano de Gestão, para que os governantes percebam que temos propostas diferentes para o Xingu, que estamos organizados e queremos ser ouvidos.

(In Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu, 2016, ATIX, IPEAX, ISA)



# Os objetivos do Plano de Gestão

© Paulo Junqueira/ISA

Winti Kisêdjê na Oficina de Construção do Plano de Gestão do PIX, Polo Wawi

O primeiro passo consistiu em definir os objetivos gerais do Plano de Gestão, que podem ser resumidos em dois pontos principais:

- Construir acordos internos entre as etnias para melhor convivência e uso racional dos recursos do TIX.
- Apontar prioridades e critérios de qualidade para as ações de órgãos públicos e parceiros não governamentais.

O primeiro ponto, o estabelecimento de acordos internos, foi identificado como um dos maiores desafios dos povos do Xingu. Em 1961, quando o então chamado Parque Nacional do Xingu foi criado, a população girava em torno de mil pessoas e cada etnia tinha apenas uma ou duas aldeias. Os povos estavam fragilizados pelo contato desastroso com os brancos, que provocou epidemias e redução populacional. Nessas circunstâncias, o Estado assumiu a gestão do território, definiu os seus limites, proibiu a entrada de estranhos e apaziguou conflitos interétnicos. Hoje, 50 anos depois, o cenário é completamente diverso. São pouco mais de 6.300 índios habitantes de mais de 80 aldeias e 78% da população tem até 25 anos de idade[1], atestando

1 Fonte: DSEI Xingu/SESAI/MS, 2016.

© Iva Bocchini/ISA

Yakari Kuikuro na Oficina do Plano de Gestão do PIX com os Waurá, aldeia Piyulaga

um prognóstico de crescimento populacional vertiginoso. Não se depende mais tanto da FUNAI como antigamente e as cidades surgiram às dezenas e cresceram rapidamente, assim como as fazendas[2] e a infraestrutura de estradas, ferrovias e hidrelétricas.

Como tem sido regra na Amazônia, o desenvolvimento econômico, fundado na exploração intensiva de recursos naturais, traz impactos severos para o estilo de vida dos povos indígenas. Se antigamente o TIX estava inserido numa floresta imensa e contínua, que oferecia as condições para a manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos fundamentais de ciclagem de recursos, o território atualmente demarcado[3] está se mostrando indubitavelmente insuficiente para a manutenção do estilo de vida tradicional. Envolto pelo cinturão do desmatamento, o TIX hoje pode ter seus limites facilmente identificados por qualquer foto de satélite, constituindo-se numa nítida mancha verde em meio a uma vastidão de terras "carecas", como dizem os índios. Altamente piscoso, o Rio Xingu começa a dar sinais de assoreamento de seu leito e diminuição de seu estoque pesqueiro. Espécies arbóreas utilizadas na construção de casas estão cada vez mais escassas. Pequizais têm sofrido ataques de pragas da soja e gafanhotos comestíveis se tornaram raros. A população de caititus e queixadas (animais que não compõem a dieta da maioria dos povos do TIX) tem aumentado e provocado ataques às roças indígenas com frequência anormal. A supressão radical da cobertura florestal em milhões de hectares do entorno do TIX alterou, também, o regime regional de chuvas, tornando a floresta mais seca e vulnerável a incêndios. Com uma paisagem de transição entre o Cerrado e a Amazônia, o TIX tinha o fogo como elemento natural sazonal nas regiões de campos. Atualmente, áreas de floresta também sucumbem ao fogo e se transformam em campos abertos no ano seguinte, num acelerado processo de savanização que hoje ameaça a floresta amazônica como um todo.

O desafio, portanto, é duplo: o da governança interna, num cenário de crescimento populacional e complexificação das relações interétnicas, e o da gestão dos recursos naturais, frente à escassez e ao desequilíbrio ambiental que afetam inexoravelmente a Terra Indígena. A construção de acordos internos a partir de critérios bem compreendidos se faz necessária para que os povos do TIX se preparem para enfrentar a provável intensificação desses processos, que não dão sinais de arrefecimento.

O segundo objetivo geral do Plano de Gestão – definir prioridades para a atuação de governos e parceiros da sociedade civil – possui sua origem no diagnóstico de que os brancos criam sistemas de governança e trabalho repletos de especialidades e repartições que, apesar da aparente coerência e requinte, possuem um grande defeito: não dialogam entre si. O território do TIX incide sobre 10 municípios diferentes, cada um deles com seus prefeitos e secretarias que são trocados de quatro em quatro anos. Há ainda a estrutura governamental do estado do Mato Grosso, centralizada em Cuiabá a mais de mil quilômetros do TIX. Por fim, o Governo Federal tem a FUNAI, SESAI e uma miríade de pequenos departamentos ligados à questão indígena em ministérios variados. Isso para não mencionar os poderes legislativo e judiciário, as universidades, os fazendeiros, comerciantes, bancos, empresas e organizações indigenistas. Cada qual com seus objetivos e prioridades, demandando, impondo ou propondo questões as mais diversas para os índios, sem lógica perceptível ou oportunidade para o diálogo.

As reuniões "de branco" proliferam no TIX como as pragas da soja, sem que se respeitem os métodos, tempos e visões de mundo de cada povo. Não é raro, por exemplo, que um mesmo representante indígena participe, praticamente sem intervalos, de uma reunião em Cuiabá para discutir a construção de escolas pela SEDUC, de outra no Polo Diauarum para definir o plano distrital de saúde indígena, de outra em Canarana com a prefeitura para acertar a manutenção da estrada e de outra em Brasília com a FUNAI para denunciar a entrada ilegal de turistas da pesca-esportiva. Nesse ritmo e sem interlocução entre os temas e instituições, as decisões são tomadas de forma apressada, mal informadas e carentes de processos de diálogo e consulta mais profundos, provocando sobreposição e desgaste de esforços, conflitos de prioridade e desentendimentos entre os próprios representantes indígenas. Por isso a importância de o Plano de Gestão explicitar para todos os atores que participam, direta ou indiretamente, da governança do TIX, quais são as prioridades dos índios e as orientações gerais para uma atuação eficaz e coordenada dos agentes governamentais e não-governamentais.

2 Entre 1990 e 2010, o plantio de soja na bacia do Xingu multiplicou-se 14 vezes, atingindo 1,2 milhão de hectares, sendo a maior parte justamente nas cabeceiras do rio, no Mato Grosso, ao sul do Território Indígena do Xingu, onde as condições de solo, relevo e clima favorecem sua produção.

3 O Território Indígena do Xingu atualmente demarcado é composto por quatro Terras Indígenas contíguas: Parque Indígena do Xingu, Pequizal do Naruvôtu, Batovi e Wawi. Esses três últimos territórios são demarcações mais recentes que procuraram corrigir erros do passado e devolver aos índios territórios tradicionalmente ocupados. Permanece, ainda, a luta de alguns povos do TIX para reaver seus territórios tradicionais, como a TI Jatobá, dos Ikpeng, a TI Batelão, dos Kawaiweté, e a TI Tapayuna.

# Os temas prioritários do Plano

Definidos os objetivos gerais, as oficinas do Plano de Gestão se voltaram para a escolha dos temas prioritários que deveriam ser abordados. Alguns temas "clássicos" indiscutivelmente importantes para o futuro do TIX foram prontamente incluídos, como Território, Cultura, Saúde e Educação. Além desses, eles optaram por priorizar, também, aspectos de Soberania Alimentar, Alternativas Econômicas e Infraestrutura, compondo um conjunto de sete temas. Para cada tema foi feito um diagnóstico da situação atual, a partir de uma reflexão histórica que levou à enumeração de ações e acordos que mitigassem os problemas e apontassem oportunidades numa perspectiva de médio e longo prazo.

Assim, para cada tema foram formulados problemas específicos, como "Invasão do território por pescadores", "Aumento do consumo de alimentos industrializados", "Aumento da frequência e intensidade dos incêndios florestais", "Dificuldade para incluir os saberes tradicionais no cotidiano da escola", entre outros. Em seguida, para cada problema, foram levantadas propostas que poderiam combater as fragilidades identificadas, formulando ações voltadas para os próprios índios (acordos internos) para o poder público ou os parceiros da sociedade civil. No caso do aumento do consumo de alimentos industrializados, por exemplo, surgiram ideias como "se organizar para oferecer alimentação local em dias de reuniões" (Comunidades), "adquirir alimentos produzidos na aldeia para compor a merenda escolar" (SEDUC) e "apoiar o desenvolvimento de projetos de manejo de variedades agrícolas tradicionais que estão em risco de desaparecimento" (ISA). Dessa forma, os debates garantiam sempre uma reflexão prévia, de caráter diagnóstico, seguida do levantamento de proposições diretamente voltadas para o enfrentamento de cada problema identificado, sempre definindo responsáveis por cada ação projetada.

Foram três anos, entre 2011 e 2013, realizando oficinas nos quatro polos do TIX, até que se pudesse dar conta dos sete eixos temáticos do Plano de Gestão. A equipe do Programa Xingu do ISA e consultores especialistas ficaram responsáveis por registrar e sistematizar as contribuições de cada oficina, submetendo os produtos intermediários à análise periódica do Grupo de Coordenação. Grupos de especialistas indígenas da área de educação e saúde também foram consultados para que analisassem as propostas de suas áreas, encontrando eventuais lacunas e imprecisões.

Como era de se esperar, nem sempre os diferentes povos do TIX apresentavam propostas coincidentes sobre os mesmos temas. Optamos, nesses casos, por explicitar, na sistematização do documento, as divergências que surgiam. É o caso, por exemplo, da entrada de religiões não indígenas no TIX, vista por uns como um problema que deve ser evitado a fim de não impactar os costumes tradicionais e por outros como uma mudança normal, como tantas outras, que pode conviver com os costumes indígenas. Outro assunto que desperta visões conflitantes é o turismo: algumas etnias desejam investir no turismo ecológico e cultural como alternativa de geração de renda, enquanto outras preferem proibir absolutamente a entrada de turistas no Xingu. Mas todos concordam que é preciso, no mínimo, regular a atividade turística, atualmente realizada de forma desordenada e com impactos ainda pouco estudados. O Plano de Gestão do Xingu não resolve completamente, portanto, todas as questões que preocupam os índios, mas colabora na identificação desses problemas e na definição de critérios mínimos que devem nortear futuras discussões, respeitando o ritmo e as prioridades indígenas.



## Temas prioritários do Plano de Gestão

No Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu sete grandes temas foram elencados. Eles se subdividem em temas prioritários e para cada um deles são apresentados os acordos internos e o que esperam do governo e dos parceiros.

### CULTURA

Festas, línguas, nomes e estética corporal
Artesanato
Uso de tecnologias
Política e calendário
Casamento, reclusão, paternidade e gravidez
Dinheiro e moitará
Indígenas morando na cidade
Divergências do tema Cultura

### TERRITÓRIO

Incêndios florestais
Exploração de recursos naturais
Escassez de recursos naturais
Lixo
Atividades econômicas no entorno do TIX
Obras de infraestrutura
Invasão

### ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

Produtos e serviços da floresta
Turismo
Divergências do tema Alternativas Econômicas

### SOBERANIA ALIMENTAR

Alimentação tradicional
Roças, frutas e pomares
Criação e manejo de animais e peixes
Divergências do tema Soberania Alimentar

### EDUCAÇÃO

Infraestrutura das escolas
Recursos humanos da educação
Material didático
Alimentação escolar
Controle social da educação
Saberes tradicionais na escola
Estudantes na cidade

### SAÚDE

Infraestrutura da saúde
Recursos humanos da saúde
Medicina tradicional
Controle de doenças

### INFRAESTRUTURA INTERNA

Transporte, energia e comunicação
Divergências do tema Infraestrutura Interna

# Estrutura de governança

© Luis Donisete Benzi Grupioni

Distribuição do Plano de Gestão em reunião promovida pela Associação Terra Indígena Xingu, Polo Diauarum, 2016

O ano de 2014 foi dedicado a pensar um sistema de governança interétnica que pudesse monitorar a implementação do Plano de Gestão. Todas as etnias são unânimes em apontar como principal desafio da gestão territorial a dificuldade de promover consensos entre os povos que habitam o Xingu. Se, por um lado, a FUNAI já não exerce mais tutela sobre os índios e eles possuem suas próprias formas de organização estabelecidas, por outro, promover o diálogo entre 16 povos diferentes não é simples. Assim, além dos sete grandes temas definidos, um oitavo tema transversal a todo o Plano foi criado: a Governança Interna do território indígena.

A partir da pergunta "Como se toma uma decisão no Xingu?", representantes das 16 etnias desenharam um sistema que servisse de modelo e parâmetro para qualquer processo decisório. Misturando aspectos da tradição diplomática xinguana com elementos aprendidos no convívio com os brancos, foi aprovada uma estrutura de governança interna composta por três níveis decisórios: Povo, Região e Geral. Cada nível deve ser acionado a depender do assunto a ser tratado. Então, se, por exemplo, os Kawaiweté precisam encaminhar questões relativas à reivindicação de seu território original, o Batelão, basta que se reúnam os representantes das cerca de 30 aldeias Kawaiweté, sem necessidade de que outros povos participem. Agora, se o assunto for o atendimento à saúde no Polo Pavuru, deverão ser convocados os representantes de todas as aldeias jurisdicionadas a esse polo, independente das etnias. E, por fim, se o assunto for o impacto causado por uma obra de infraestrutura no entorno do TIX, todas as etnias do território precisam estar presentes na reunião para que as decisões sejam encaminhadas de forma legítima. A Estrutura de Governança do TIX é, também, o primeiro passo para a elaboração de um Protocolo de Consulta dos Povos do Xingu. Como se sabe, o Brasil promulgou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais em 2004[4], tornando obrigatória a consulta aos povos indígenas em caso de decisões governamentais com potencial para afetá-los de alguma forma. Apesar de mais de uma década ter se passado desde então, o processo de consulta aos povos indígenas nunca foi regulamentado, tendo sido implementado em caráter estritamente formal, sem nenhuma efetividade e respeito às formas próprias de organização das diferentes etnias do país. Assim, diversos povos têm se organizado para fazer valer seus direitos à diferença, garantido na Constituição, ao definir o modo como querem ser consultados pelo governo, forçando uma regulamentação "de baixo para cima", demonstrando maturidade cidadã e política de fazer inveja a qualquer categoria ou segmento organizado não-indígena brasileiro. Adiantando-se aos governantes, elevando sua autodeterminação ao mais alto grau, sem romper com a ordem, ao contrário, fortalecendo o Estado democrático de direito, os índios passaram a escrever seus respectivos Protocolos de Consulta. A Governança Interna do Xingu define claramente os métodos de decisão que podem ser considerados legítimos e que devem, portanto, ser respeitados em qualquer processo de consulta. Recentemente, no final de 2016, os índios do Xingu aprovaram o Protocolo de Consulta dos Povos do Território Indígena do Xingu, definindo pormenores de um processo democrático e viável de diálogo, que possa conduzir a acordos entre índios, governantes e particulares interessados em qualquer medida, legislativa ou administrativa, que possa causar impactos na vida dos Xinguanos.

4 Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004.



## Quem deve ser consultado?

Todas as etnias do TIX devem ser consultadas. No TIX não tem cacique geral que fale em nome de todos os povos.

## Sobre o que queremos ser consultados?

Queremos ser consultados sobre qualquer decisão dos governos (Federal, Estadual e Municipal) e do poder legislativo (Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional) que possa nos afetar de alguma forma. Construção de obras no entorno do nosso território, novas leis, mudanças nos órgãos que trabalham conosco e formulação de políticas públicas que nos dizem respeito são exemplos de decisões que só devem ser tomadas após consulta.

## Quando queremos ser consultados?

Queremos ser consultados antes das decisões serem tomadas. Não aceitamos que o governo nos consulte quando não há mais possibilidade de alterar ou cancelar o projeto ou decisão. O governo tem que agir de boa fé e estar disposto a construir suas políticas junto com a gente.

(In Protocolo de Consulta dos Povos do Território Indígena do Xingu, 2016, ATIX, ISA, RCA)

# Implementação do Plano de Gestão

© Silva de Melo Futada/ISA

II Oficina Polo Leste do Plano de Gestão do Território do Xingu na Casa de Reuniões dos Kisêdjê

O ano de 2015 foi dedicado a uma revisão final do documento realizada a partir de uma ampla rodada nas principais aldeias do Xingu. A estratégia consistiu em levar para as comunidades um debate que estava sendo travado, por questões logísticas e orçamentárias, no nível dos polos regionais. Assim, aldeias centrais de cada povo foram escolhidas para receber as oficinas de revisão final do Plano de Gestão, permitindo que um número maior de pessoas participasse do debate, conhecesse e avaliasse o trabalho realizado até então e pudesse, por fim, realizar os últimos ajustes e contribuições que ainda fossem necessários para que todos se sentissem contemplados no produto final.

É evidente que num território com o tamanho e complexidade característicos do TIX, é de se esperar que muitos índios não tenham participado diretamente das discussões que resultaram no Plano de Gestão, por mais extenso e cuidadoso que tenha sido seu processo de construção. Permanecerão, sempre, desconfianças, pessoas céticas que preferem aguardar para "ver no que vai dar" ou que simplesmente não se encontram dispostas a negociar acordos e prioridades coletivas. Isso não deve ser visto, no entanto, como uma fraqueza ou barreira para a implementação do Plano de Gestão, mas como um bom motivo para levá-lo adiante. É justamente porque existem divergências e rumos distintos sendo perseguidos por diferentes etnias, que se faz importante colocar esses assuntos na mesa com a maior clareza possível, convidando e dando condições para que todos participem, opinem, negociem seus pontos de vista.



Ademais, o Plano de Gestão não é como "lei de branco", cheia de cláusulas a doutrinar o comportamento e impor limites às comunidades. O Plano não deve ser visto como uma espécie de ordenamento jurídico a definir direitos, deveres e punições – quem seria a polícia e o juiz?! O Plano de Gestão se assemelha mais aos Planos de Manejo das Unidades de Conservação ou Planos Diretores Municipais que estabelecem diretrizes gerais para a gestão ambiental e territorial da Terra Indígena numa perspectiva de longo prazo, ampliando horizontes e abrindo oportunidades, mais do que regulando e restringindo as possibilidades. Como há muito se sabe, as sociedades indígenas são antes prescritivas do que normativas, preferindo definir condutas mais pelo conselho e alerta do que pela ameaça e punição.

O Plano de Gestão deve ser letra-viva, permitindo que se refaçam acordos, que se acrescentem proposições conforme a necessidade, desde que de forma legítima, ou seja, de acordo com os procedimentos definidos na Governança Interna, o que significa dizer de acordo com práticas já existentes o TIX, que o Plano vem para reafirmar e fortalecer. Deve-se ter sempre em mente que os índios do Xingu são povos essencialmente diplomáticos: todos os problemas existentes só podem ser resolvidos por meio do diálogo. Não há votação e vitória de maiorias sobre minorias, e menos ainda pode haver a imposição arbitrária de um grupo sobre outro. Por isso as decisões demoram a emergir, pois dependem do consenso.

© Luis Donisete Benzi Grupioni

Liderança kisêdjê na reunião da apresentação da publicação do Plano de Gestão do Xingu, 2016

Um assunto sobre o qual não há acordo não deve ser debatido às pressas com prazos para ser encaminhado ou arquivado, como fazem os deputados em Brasília, mesmo que para isso percam a calma e o respeito, como se vê com frequência. Os índios do Xingu evitam ao máximo o confronto exacerbado de opiniões, postergando as decisões sempre que notam não haver condições para um consenso mínimo. Dispor-se ao diálogo pelo tempo que for necessário e evitar o acirramento de divergências são sinais de civilidade de que os povos do Xingu não abrem mão.

No final de 2015, durante a Assembleia da ATIX, os índios do TIX aprovaram a versão final do Plano de Gestão, abrindo caminho para uma nova etapa: a implementação do Plano de Gestão a partir de 2016 com recursos do Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), captados pelo ISA num edital lançado conjuntamente com o Ministério do Meio Ambiente e a Funai, para elaboração e implementação de planos de gestão na Amazônia. A implementação do Plano de Gestão do TIX está dividida em seis linhas de atuação:

**Governança Interna:** realização de reuniões gerais, regionais e étnicas para condução do processo de implementação do Plano de Gestão. Os índios definirão as pautas que deverão ser abordadas e o calendário de reuniões que será seguido. Por meio das reuniões da Governança Interna poderão ser realizadas amplas consultas internas para debater divergências internas, ainda não resolvidas no Plano de Gestão, que afetam a todas as etnias, ou poderão ser encaminhadas questões menores relativas a uma região ou povo específicos. Poderão ser criados Grupos de Trabalho para acompanhar de perto temas relevantes para a gestão territorial, como a fiscalização do território e o monitoramento de grandes obras do governo que impactam o TIX.

**Apoio a Iniciativas Comunitárias (AIC):** trata-se de uma reserva de recursos do projeto FAM/BNDES que funcionará como uma espécie de "fundo simplificado" para apoiar o desenvolvimento de pequenos projetos orientados pelo Plano de Gestão. Com isso, poderemos dar conta da complexidade étnica da Terra Indígena, incentivando cada povo e comunidade a escolher, segundo critérios próprios, por quais caminhos querem iniciar a implementação do Plano. Ao mesmo tempo, a transferência de recursos para as comunidades e associações de base implica em avanços concretos de autonomia e protagonismo indígena na gestão direta de seus projetos.

**Formação para as associações étnicas:** a maioria das associações indígenas do TIX ainda não possui condições objetivas para captar e gerir recursos de forma independente. Através do AIC, elas poderão exercitar a linguagem dos projetos, editais e todos os aspectos relativos à sua gestão, sob orientação e assessoria direta do ISA. Paralelamente, os diretores de associações participarão de cursos voltados à gestão de suas organizações.

**Proteção territorial:** a centralidade do território como condição para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, hoje sob a ameaça de pressões externas que impactam os seus modos de vida, faz da proteção territorial um elemento prioritário do Plano de Gestão e deverá contar com recursos suficientes para promover o diálogo interinstitucional, especialmente entre FUNAI, ATIX e ISA, com o objetivo de planejar e executar conjuntamente ações de monitoramento, vigilância e fiscalização dos limites da Terra Indígena.

**Registro e divulgação:** as experiências desenvolvidas ao longo dos próximos anos, durante a implementação do Plano de Gestão, contarão com o registro e produção audiovisual executados diretamente por cineastas indígenas, já formados na área, que receberão incentivos e novos investimentos em seu trabalho.



**Infraestrutura:** a fim de apoiar a realização de todas as atividades listadas acima, serão realizadas melhorias na infraestrutura dos quatro polos regionais do TIX. Para cada caso, os índios apontarão as necessidades mais prementes: se a reforma do refeitório, a construção de um alojamento ou de uma casa para as associações.

Em 2016, enfim, entrou em vigor o Plano de Gestão do TIX, coroando um intenso processo de reflexão que durou cinco anos. Cinco anos de muito trabalho e esmero. Índio não ergue casa com esteio de madeira leve, não tece rede com remendo, não faz panela que racha no primeiro fogo. Assim os avós ensinam os netos: "se quer ser respeitado, o que você faz tem que durar muito tempo". Não foi diferente com o Plano de Gestão, objeto de longos e intensos debates.

Está lançada a oportunidade de impulsionar a autodeterminação dos povos xinguanos para um novo patamar. Prefeituras, Secretarias, Ministérios, FUNAI, empresariado, ONGs e a sociedade brasileira em geral terão que se orientar pelas palavras dos índios, escritas no Plano de Gestão, antes de interferir, direta ou indiretamente, nos 2,8 milhões de hectares dessas 16 etnias. Mais do que usufrutuários, eles se tornam, agora, gestores principais do território.

Oficina do Plano de Gestão do PIX com os Waurá, aldeia Piyulaga

© Iva Bocchini/ISA

© Victor Moriyama/ISA

Reunião do Fórum de Lideranças, na comundiade Watoriki, TIY



# Plano de Gestão e Governança da Terra Indígena Yanomami

Marina A. R. de Mattos Vieira

# A Terra Indígena Yanomami

© Lucas Lima/ISA

Vista área da comunidade Watoriki, TIY

*"Vamos aprender juntos. Vamos aprender a melhorar, a dialogar, escutar o que o napë [não indígena] fala pra nós. Agora nós estamos falando com eles. Nós somos guerreiros. Nós vamos proteger o pulmão da floresta. [...] Antigamente nosso pai brigava com flecha e o napë com bala. Hoje não. Hoje a briga é com documento, é com a palavra. Nós estamos cuidando da nossa terra com o nosso PGTA". (Davi Kopenawa, Oficina de Consolidação do PGTA em novembro/2018).*[1]

A Terra Indígena Yanomami (TIY) ou *ipa Urihi a* para os Yanomami, foi homologada em 1992 com 9.666.975 hectares de extensão. Está localizada nos estados do Amazonas e Roraima, na fronteira com a Venezuela, onde vivem os povos Yanomami e Ye'kwana. A TIY é composta por mais de 330 comunidades indígenas com diversas histórias de contato e diferentes contextos de relação com a sociedade não indígena. Há inclusive a presença confirmada de um grupo em isolamento voluntário, chamado pelos outros Yanomami de *Moxi hatëtëa*, além de registros de outros grupos isolados.

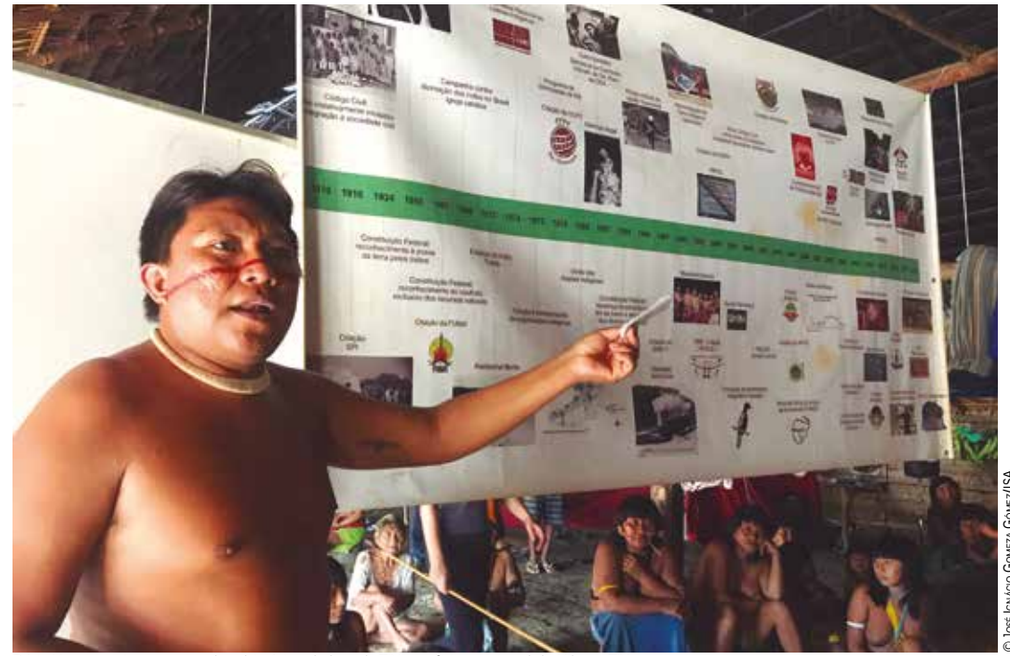
Os Yanomami são um povo caçador-agricultor considerado de recente contato, tendo sido os primeiros encontros com a sociedade não indígena na década de 1910. No Brasil somam aproximadamente 27.000 pessoas, falantes de seis línguas do mesmo tronco linguístico: yanomamɨ, sanöma, ninam, yanomam, ỹaroamë, yãnoma. Os xamãs são considerados os pilares da sociedade yanomami, responsáveis por afastar as ameaças humanas e não-humanas à vida dos Yanomami, e sua cultura resiste forte em toda a extensão territorial.

Os Ye'kwana, por sua vez, são um povo Karib, conhecidos por serem exímios navegadores e construtores de canoas. Os primeiros contatos datam do século XVIII na Venezuela, onde são mais numerosos. Na TIY são cerca de 500 pessoas concentradas nas calhas dos rios Uraricoera e Awaris, onde formam uma complexa rede social com o grupo Sanöma da etnia Yanomami.

As primeiras investidas missionárias começaram na década de 1950 na porção ocidental da TIY, onde os Salesianos deram início a um processo intenso de escolarização nos moldes não indígenas. Muito embora as línguas yanomami e ye'kwana sejam vivas em todas as comunidades da TIY, o uso da língua portuguesa tem se intensificado na medida em que o acesso a núcleos urbanos tem aumentado, seja para continuar os estudos, como muito jovens ye'kwana o fazem; para comercialização de produtos, comum na região de Barcelos; ou ainda para o recebimento de benefícios sociais, como em Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Alto Alegre e Caracaraí.

1 Agradeço ao Marcos W. de Oliveira pela revisão e comentários que enriqueceram este texto e pela revisão das imagens feita por Dário V. Kopenawa Yanomami.





© José Ignácio Gomez/ISA

Dário Yanomami apresentando o histórico de luta da TIY na oficina regional do Xihopi, TIY

A Terra Indígena Yanomami é a maior do Brasil e forma uma das mais importantes áreas de floresta contínua do país. Segundo Davi Kopenawa, xamã e renomado líder yanomami, a terra-floresta, ou ***Uhiri a***, é uma entidade viva, que possui seu próprio sopro vital e fertilidade, inserida em uma imbricada rede de trocas entre humanos e não-humanos.

*"Os brancos pensam que a floresta foi posta sobre o solo sem qualquer razão de ser, como se estivesse morta. Isso não é verdade. Ela só é silenciosa porque os espíritos xapiripë detêm os entes maléficos e a raiva dos seres da tempestade. Se a floresta fosse morta, as árvores não teriam folhas brilhantes. Tampouco se veria água na terra. As árvores da floresta são belas porque estão vivas, só morrem quando são cortadas e ressecam. É assim. Nossa floresta é viva, e se os brancos nos fizerem desaparecer para desmatá-la e morar em nosso lugar, ficarão pobres e acabarão sofrendo de fome e de sede" (Kopenawa, D. em Urihi a: A terra-floresta Yanomami, p. 7).*

No entanto, a integridade da TIY vem sendo ameaçada há décadas pelos projetos desenvolvimentistas nacionais para a Amazônia e as constantes invasões. Na década de 1970, os governos militares implantaram o Plano de Integração Nacional, com a abertura da estrada Perimetral Norte e programas de colonização pública, o que desencadeou a entrada de invasores e o avanço de diversas epidemias no território yanomami. Na sequência, começou a corrida do ouro no estado de Roraima, que culminou no final dos anos 1980 com a presença de 40 mil garimpeiros na TIY, cerca de cinco vezes mais que a população indígena na época, trazendo uma série de conflitos e impactos sociais e ambientais desastrosos. Com a demarcação da TIY em 1992, as invasões foram controladas por algum tempo, mas esta continua sendo a principal ameaça aos povos Yanomami e Ye'kwana. Estima-se que em 2019 as invasões tenham chegado a 20 mil garimpeiros, o maior registro desde a homologação.

Árvore da vida desenhada pelo grupo Ye'kwana na Oficina Inaugural do PGTA-TIY, Lago Caracaranã



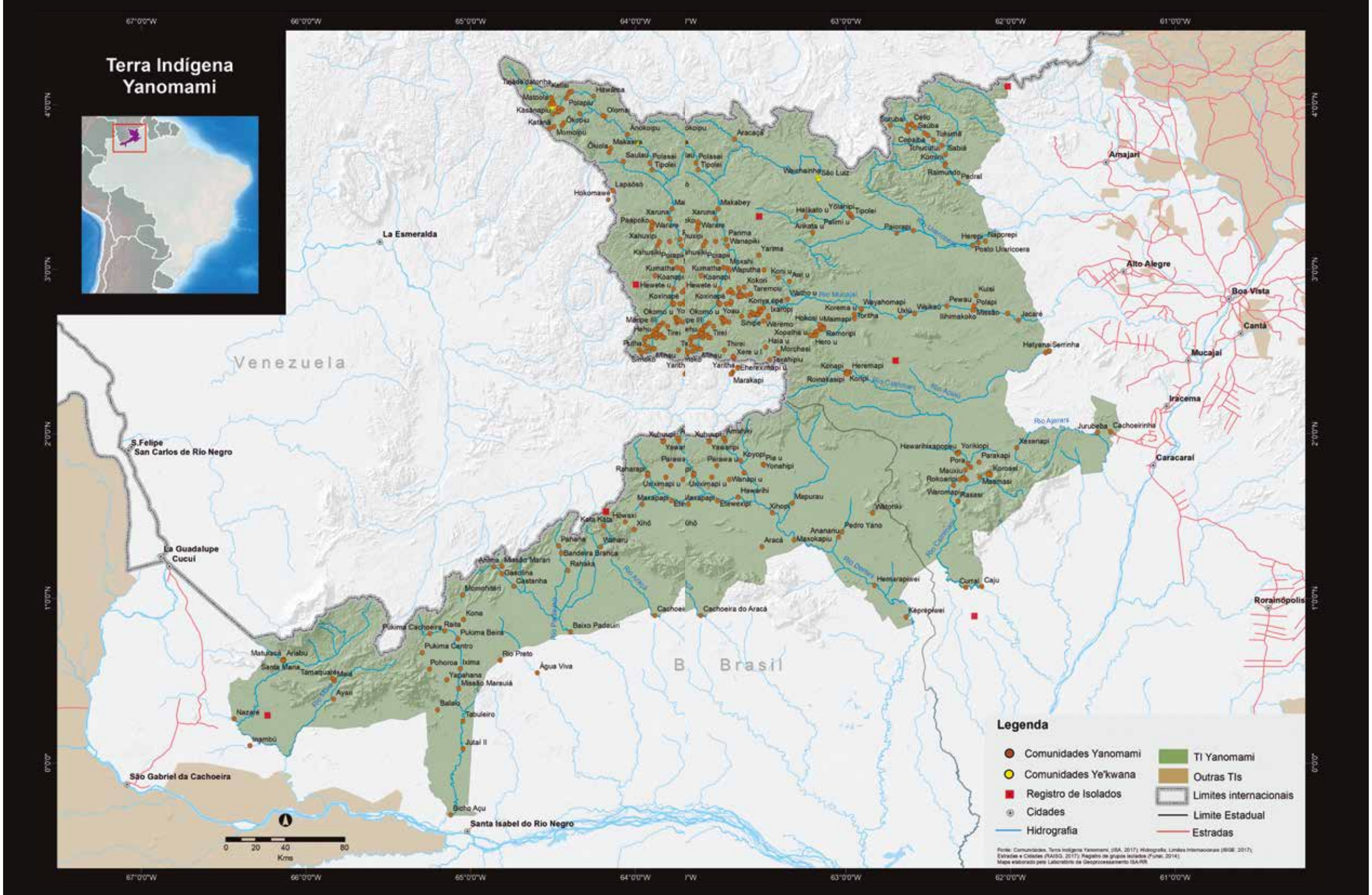
# O desafio da governança na maior TI do país

© José Ignacio Gomeza Gomez/ISA

Lideranças resolvendo conflito no diálogo cerimonial wayamu, comunidade Apiahiki, TIY

*"Meus cunhados, nós temos a nossa governança. Quando tem problema, chamamos atenção, convencemos os outros, advertimos os jovens. Nos reunimos quando fazemos as festas reahu. Na escrita parece duvidoso, mas o que já sabemos fazer é governança. [...] Nós mesmos temos governança. Nós conseguimos estabelecer boas conversas entre nós por isso temos governança. Nós conversamos, dialogamos, nós temos isso. Como decidimos fazer as coisas, isso é governança." (Geraldo Kuisiteri, Oficina de Consolidação do PGTA, novembro/2018).*

A extensão territorial abarcada pelo Plano de Gestão Territorial e Ambiental é toda a Terra Indígena Yanomami, com seus mais de 9,6 milhões de hectares. Esta foi uma decisão da Hutukara Associação Yanomami, principal articuladora da elaboração do PGTA, para reforçar a unidade política confirmada em 1992 com a homologação. Foram 13 anos de lutas por meio de campanhas nacionais e internacionais encampadas por Davi Kopenawa e a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY, mais tarde chamada Comissão Pró-Yanomami) para homologação da TIY. Em 1989, o governo da época chegou a demarcar o território em 19 ilhas, que, somadas, representavam apenas 25% das terras originalmente ocupadas e de direito dos Yanomami e Ye'kwana no Brasil.


Terra Indígena Yanomami
Venezuela
Brasil
La Esmeralda
S.Felipe
San Carlos de Rio Negro
La Guadalupe
Cucui
São Gabriel da Cachoeira
Santa Isabel do Rio Negro
Amajari
Alto Alegre
Boa Vista
Cantá
Mucajaí
Iracema
Caracaraí
Rorainópolis
Legenda
Comunidades Yanomami
Comunidades Ye'kwana
Registro de Isolados
Cidades
Hidrografia
TI Yanomami
Outras TIs
Limites internacionais
Limite Estadual
Estradas
0 20 40 80
Kms

© Marina Vieira/ISA

Lideranças manifestando contra o garimpo na oficina regional do Mucajaí, TIY



Em seguida, criou ainda reservas garimpeiras dentro do território yanomami. No entanto, com o avanço da pressão internacional para conter o genocídio que a invasão garimpeira estava causando, a TIY foi finalmente demarcada em 1991 e homologada em 1992 como uma terra contínua.

O reconhecimento da TIY permitiu que as comunidades yanomami e ye'kwana continuassem exercendo a governança de seu território por meio de suas próprias estruturas sociais e instituições. A unidade básica de tomadas de decisões na TIY é a comunidade, que, para os Yanomami, opera por meio de discursos realizados pelos adultos mais experientes, chamados *hereamu*, nos quais eles organizam e comentam atividades diárias ou compartilham conhecimento histórico e cosmológico. As decisões, no entanto, são subordinadas aos interesses de toda a família e da comunidade. Já entre os Ye'kwana existe o Círculo de Anciãos, que corresponde a um conselho consultivo para as decisões comunitárias, cujos membros geralmente são os homens adultos, chefes de famílias extensas.

A partir do final dos anos 1990, começaram a ser criadas associações representativas que articulam a governança no nível regional, atuando como mediadoras cosmopolíticas entre as comunidades e os agentes externos, sobretudo na relação com o Estado. Atualmente são sete associações formalmente reconhecidas na TIY, todas participaram da elaboração do PGTA: Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA), primeira associação yanomami criada em 1998; Hutukara Associação Yanomami (HAY), fundada em 2004 por Davi Kopenawa é a mais reconhecida nacional e internacionalmente na luta dos Yanomami por seus direitos; Associação do Povo Ye'kwana Wanasseduume (Seduume), representa o povo Ye'kwana no Brasil desde 2006; Associação Yanomami do Rio Marauiá e do Rio Preto (Kurikama), fundada em 2013; Texoli Associação Ninam do Estado de Roraima (Taner), criada em 2015 representa as comunidades do Rio Mucajaí; Associação das Mulheres Kumirãyõma (AMYK), fundada em 2015 na região Maturacá, é a primeira associação de mulheres yanomami; e Hwenama Associação dos Povos Yanomami de Roraima (Hwenama), criada em 2016 na região Surucucus.

*"A gente não percebe que está fazendo governança. Se a gente pensar em fazer festa, o chefe convida, dá um grito a noite e de manhã. No meio da maloca ficam as lideranças, para ouvir o que ele pensou. Eles falam o que pensaram. A maloca é redonda e dentro dela tem lideranças, pajés, que ajudam como secretários, deputados federais, etc. Há muito tempo fazemos governança. Não são só os brancos que fazem. Percebi que já sabemos fazer governança. Agora estamos nos preparando para quando tivermos que dialogar com governo." (Samuel Kohito, presidente da Kurikama, na Oficina de Consolidação do PGTA, novembro/2018).*

Para lidar com as intensas pressões externas e fortalecer a luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas em âmbito nacional além do local ou regional, a governança interna teve que ser reconstruída em uma instituição mais ampla e menos tangível para os indígenas, mas reconhecida pelo Estado: a Terra Indígena Yanomami. A organização política yanomami e ye'kwana funciona como uma malha, em que as comunidades são os nós da malha e se interconectam diretamente apenas com os nós mais próximos, formando uma malha complexa cuja extensão é toda a TIY. No entanto, a percepção local sobre toda a extensão dessa malha só se faz necessária na relação com os não indígenas, e em contraste com o restante do território brasileiro. Daí surge o desafio de ampliar a unidade de governança do nível local para toda a TIY. Para tanto, foi inaugurado em 2015 o Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana.

O Fórum de Lideranças teve seus primórdios no Fórum Binacional Yanomami e Ye'kwana formado em 2013 para articular propostas em relação a desafios comuns aos dois lados da fronteira. No entanto, o Fórum Binacional foi inviabilizado depois de sua quarta edição, em 2016, devido ao agravamento da crise sociopolítica na Venezuela, que gerou muita insegurança nas viagens. Porém, já em 2014, a Hutukara propôs a elaboração do PGTA da TI Yanomami e tornou-se então necessária a criação de uma instância de governança apenas com representantes do Brasil. Assim, o Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana foi criado na Oficina Inaugural do PGTA, que ocorreu colada ao III Fórum Binacional em 2015, e foi sendo consolidado ao longo dos quatro anos de elaboração do documento. Hoje o Fórum de Lideranças é a principal arena de tomadas de decisões no nível de toda a TIY, no qual lideranças comunitárias, xamãs e as associações se articulam para orientar ações comuns a todas as comunidades.

No Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana, elaborado ao longo dos anos de 2018 e 2019, são definidos:

- ***O papel do Fórum:*** *"discutir, construir soluções e tomar decisões a partir de um pensamento coletivo sobre as questões que afetam toda a TIY" (p. 62);*
- ***O papel da liderança/representante:*** *"escutar as várias propostas e carregar o pensamento de sua região, com a responsabilidade de tomar decisões coletivas. É uma pessoa que realmente luta e que defende a floresta e a vida dos Yanomami e Ye´kwana. Também precisa ser uma pessoa confiável, que tenha coragem de falar a verdade e não traia seu povo com interesses individuais. O representante deve levar tudo o que foi discutido no Fórum de Lideranças para a sua região" (p.63); e*
- ***O papel das associações:*** *"organizar as reuniões; convocar os representantes locais para participação no Fórum; buscar informações e assessoria qualificadas sobre o assunto; traduzir e explicar o assunto da consulta nas línguas faladas pelos Yanomami e Ye'kwana. As associações e os participantes do Fórum de Lideranças também têm a responsabilidade de levar as informações das reuniões para suas comunidades". (p. 64)*



# O Processo de Elaboração do PGTA da TI Yanomami

© Lucas Lima/ISA

Davi Kopenawa abrindo a Oficina de Consolidação do PGTA-TIY, Lago Caracaranã

© Lucas Lima/ISA

PGTA da TI Yanomami nas três versões bilíngues

A proposta de elaborar o PGTA da Terra Indígena Yanomami surgiu da Hutukara, a partir da participação de seus diretores em cursos sobre a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI), Decreto Federal n. 7.747 de 2012 e intercâmbios com outros povos indígenas que já tinham elaborado seus planos, com destaque às experiências na Colômbia com os *Planes de Vida*. O Instituto Socioambiental (ISA), como parceiro nesse processo, aprovou em 2015 um projeto de quatro anos de duração e financiamento do Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES, especificamente para a elaboração do PGTA em assessoria à HAY.

## Participação e Representação

Em uma terra indígena com mais de 27 mil habitantes falantes de seis línguas diferentes e logística extremamente complexa e custosa (acesso via aérea em sua maioria), o desafio de partida para elaboração do PGTA foi definir os critérios para a participação de lideranças yanomami e ye'kwana no processo, de maneira a garantir o máximo de representatividade de contextos socioambientais distintos dentro de um plano logístico factível.

A única arena existente antes do PGTA para tomada de decisões no nível de toda a TIY eram as reuniões do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), onde devem ser discutidos especificamente assuntos relacionados à saúde yanomami e ye'kwana. O Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kwana (DSEI-YY) e o Condisi trabalham com um recorte territorial em que consideram 37 regiões, ou pólos-base, para planejar a assistência na TIY. As regiões correspondem, até certo ponto, às relações históricas de aliança entre as comunidades e à facilidade logística para atendimento. No entanto, a participação de representantes das 37 regiões ainda era financeiramente inviável.

A partir deste conceito de regiões já operante na TIY, a HAY, junto com a Seduume, o ISA e a Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kwana (FPE-YY/Funai) reuniram-se ao longo do primeiro semestre de 2015 em Boa Vista, RR, para discutir os critérios de participação até chegarem a um recorte de representação por macrorregiões, agrupando blocos de comunidades com relações de afinidade entre si, isso é, comunidades que se visitam e por onde as informações se espalham. Buscou-se garantir que falantes das seis línguas estivessem presentes; também foram observadas as relações de aliança e de conflito entre as diferentes comunidades, buscando convidar representantes de conjuntos de comunidades com visões diversas; e regiões onde havia associações representativas trabalhando na base e que mediariam a relação das comunidades com o Fórum de Lideranças. Inevitavelmente, neste recorte algumas comunidades sentiram-se excluídas e buscou-se atender as solicitações de participação específicas, sempre que a logística era possível.

© Marcela Uilhoa/ISA

Participantes da II Oficina Temática do PGTA-TIY, Lago Caracaranã

Definidas as macrorregiões, a HAY entrou em contato via radiofonia com os membros mais velhos das comunidades solicitando a indicação de no mínimo dois representantes daquele conjunto de comunidades para participar das reuniões do Fórum de Lideranças. O número de representantes também variou de acordo com as condições logísticas.

Cada reunião teve cerca de 100 participantes indígenas, entre lideranças das comunidades (homens e mulheres mais velhos, xamãs yanomamis, donos de canto ye'kwana), membros das associações e "assessores indígenas" interessados, que de alguma forma já mantinham relação com órgãos do governo, como professores, AIS e universitários.

De maneira geral, as indicações priorizaram lideranças que já tinham alguma experiência na relação com os não-indígenas, o que de certa forma levou à formação de um grupo específico no Fórum de Lideranças de mediadores cosmopolíticos da TIY com o Estado. A participação desde o início da AMYK e do grupo de mulheres da Missão Catrimani, que realizam encontros anuais há mais de dez anos, serviu de estímulo para que outras regiões também indicassem lideranças mulheres para representar suas comunidades.

Todo o processo de elaboração do PGTA contou com a assessoria do ISA e, mais pontualmente, com outros parceiros da sociedade civil organizada: a Diocese de Roraima (Missão Catrimani), os Rios Profundos e a Secoya. O papel destas organizações foi apoiar a organização das reuniões, a condução da programação e a sistematização das discussões. A Funai, sobretudo por meio da FPE-YY e da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), e o ICMBio, principalmente a chefia do PARNA Pico da Neblina, também foram importantes assessores ao longo do processo. Adicionalmente, especialistas em determinados temas, como o Dr. Douglas Rodrigues da Unifesp (tema Saúde), o Prof. José Ribamar Bessa da UERJ (tema Educação) e representantes de outros povos indígenas, como os Yudjá (tema Conhecimentos Tradicionais), os Wajãpi e membros da Associação do Território Indígena do Xingu - ATIX (tema Governança), deram importantes contribuições para as discussões.

A cada reunião temática, representantes de órgãos específicos do governo responsáveis pelo assunto em questão também foram convidados a participar. Por exemplo, para discutir o tema "Proteção Territorial", participaram da oficina representantes do Exército, a Funai, o Ibama, o ICMBio e o MPF, já na oficina sobre "Saúde" participaram a Sesai, a Funai e o MPF. Os representantes do governo participaram da formulação das propostas em caráter consultivo, às vezes esclarecendo suas atribuições específicas. Ao participarem da elaboração do documento, os representantes governamentais também se comprometeram com a implementação do mesmo. Assim, ao longo do processo, algumas propostas já saíram do papel.

## Elaboração com Implementação

A elaboração das diretrizes e propostas do PGTA da TIY quase sempre partiu de iniciativas que já existiam. A sistematização das propostas em um único documento foi uma oportunidade para fortalecer tais iniciativas, por meio da revisão de ações prioritárias e da criação de arranjos institucionais para implementação das mesmas. Um exemplo foi a articulação entre a HAY, a Texoli, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e a CGIIRC/Funai na Oficina Inaugural do PGTA em 2015, que desencadeou em um sobrevoo de monitoramento do grupo em isolamento voluntário, conhecido como *Moxi hatëtëa*. Neste sobrevoou verificaram que garimpeiros estavam se acercando dos *Moxi hatëtëa*, o que impulsionou a determinação do MPF pela reabertura da base de proteção na Serra da Estrutura, demanda apresentada no PGTA como uma das propostas urgentes para conter o garimpo ilegal na TIY.

Durante a elaboração do PGTA, também buscou-se agregar as iniciativas prévias desenvolvidas na TIY, atualizando-as, sempre que cabível. Na década de 1990, organizações da sociedade civil, como a CCPY, Secoya e Diocese de Roraima investiram em criar um modelo de educação indígena específica e diferenciada, com a formação de professores indígenas e a elaboração de materiais didáticos. Em 2009, a proposta deste modelo de educação foi consolidada nas reuniões para criação do Território Etnoeducacional (TEE) na TIY, proposto pelo MEC, porém nunca implementado. Da mesma forma aconteceu com a formação de Agentes Indígenas de Saúde e a elaboração de estratégias para um atendimento adequado à saúde yanomami e ye'kwana, estratégias estas que já foram circuladas inúmeras vezes, mas que têm sido soterradas pelas demandas básicas infinitas apresentadas nas reuniões do Condisi, sem muito resultado prático.

© Rogério Assis/ISA

Sócia da Kumirāyōma tecendo cesto com *përisi*, matéria-prima de uso exclusivo das mulheres yanomami, comunidade Ariabu, TIY

Apesar da dificuldade de implementação por parte do Estado, todas as discussões estratégicas e os exemplos de sucesso foram retomados na oficina temática de saúde e educação.

A partir dos anos 2000, o trabalho das organizações parceiras, sobretudo do ISA, foi redirecionado para o desenvolvimento de pesquisas interculturais por meio da valorização dos conhecimentos e línguas tradicionais, resultando em diversas publicações de autoria indígena. Ao mesmo tempo, foi se tornando necessário o investimento em formação política de uma nova geração preparada para dialogar com os governos e defender seu território frente às ameaças externas, e assim, também se investiu na assessoria às organizações indígenas. Na região Marauiá, por exemplo, os cursos de Políticas Públicas oferecidos pela Rios Profundos apoiaram o desenvolvimento da Kurikama e, em Boa Vista, a assessoria constante da CCPY, e depois do ISA, à Hutukara permitiu o fortalecimento de sua projeção política e financeira.

Mais recentemente, uma nova narrativa de valorização dos conhecimentos yanomami e ye'kwana sobre a floresta e o potencial econômico dos produtos – e serviços, no caso do ecoturismo - manejados por eles ganhou força. Assim, iniciativas de geração de renda receberam destaque, especialmente em oposição a outras formas de renda não sustentáveis, como o envolvimento de jovens no garimpo e o aumento da dependência por programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Aqui cabe destacar o Projeto Yaripo de ecoturismo desenvolvido pela Ayrca e AMYK no Pico da Neblina, que tem mobilizado as associações e os jovens (guias, carregadores) a se organizarem numa proposta que oferece alternativa ao envolvimento dos jovens da região no garimpo. Na Oficina Inaugural do PGTA, os representantes da Ayrca destacaram que *"o nosso PGTA se traduz no nosso projeto de Ecoturismo"*, revelando como a iniciativa mobiliza diversos temas importantes para o bem-viver na região: de geração de renda a proteção territorial. A elaboração do Plano de Visitação do Yaripo, apoiado pelo ICMBio, Funai e ISA, concomitante à elaboração do PGTA, fortaleceu a governança regional, que, por sua vez, refletiu na participação mais engajada da Ayrca e da AMYK no Fórum de Lideranças e alimentou o PGTA com um exemplo concreto de gestão local.

Dessa forma, uma série de experiências dispersas, passadas ou atuais, foram agregadas em um mesmo documento, cujo conteúdo foi elaborado pelos Yanomami e Ye'kwana, mas sistematizado em um formato que facilita a interação com os não indígenas. É um Plano que define como os Yanomami e Ye'kwana querem que os órgãos do governo e as organizações da sociedade civil trabalhem dentro da TIY, mas também orienta as práticas das associações e das lideranças indígenas nos seus desafios cotidianos.

© Lucas Lima/ISA

Expedição técnica Yaripo, Maturacá, TIY

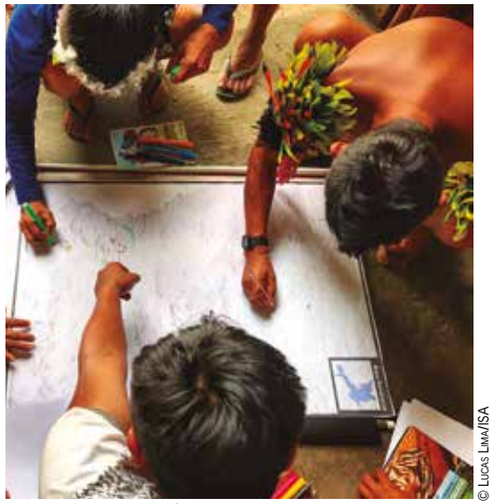
## As Oficinas

Ao longo de quatro anos foram realizadas 15 oficinas para elaboração do PGTA da TIY, entre cinco grandes reuniões do Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana e dez oficinas regionais, as quais reuniram comunidades afins dentro de uma mesma macrorregião. As reuniões do Fórum foram organizadas pela HAY e pelo ISA no Lago Caracaranã, TI Raposa Serra do Sol, por facilitar a logística de representantes indígenas e governamentais. Contaram sempre com participantes das seis línguas indígenas faladas na TIY e representantes de órgãos do governo, o que demandou um enorme esforço de tradução, realizado por professores yanomami e ye'kwana, por membros das associações e por assessores do ISA e da Diocese de Roraima, e também uma grande habilidade de mediação por parte da Hutukara e dos assessores não indígenas. Já as oficinas regionais foram todas realizadas na TIY e articuladas por lideranças locais e/ou pelas associações e contaram com a assessoria da HAY, do ISA e de organizações que trabalham na região para desenvolver os temas específicos de cada reunião.

*"Kami samakö ulipö naha ai tiko sätänapi töpö lisipo tähä sama tökö waheta möma läa talo sinomo piasalo".*

*(Esse plano é para mostrarmos para aquelas pessoas que trabalham no nosso território, para mostrar para eles como trabalhar bem).*

*(Grupo Sanöma, Oficina Inaugural do PGTA, outubro/2015).*



© Lucas Lima/ISA

Trabalho em grupo na oficina regional de Surucucus, TIY

A **Oficina Inaugural** foi realizada em outubro de 2015, quando foi formado o Fórum de Lideranças. Os primeiros dias foram dedicados a um alinhamento sobre o entendimento do que significa o PGTA. O Conselho Indígena de Roraima (CIR) compartilhou a sua experiência e os grupos das macrorregiões elaboraram suas próprias definições sobre o documento. Na segunda parte da oficina, os grupos mapearam seus principais desafios e demandas e, a partir de suas apresentações, foram definidos os sete temas prioritários do PGTA:

(1) Proteção Territorial,

(2) Renda,

(3) Conhecimentos Tradicionais,

(4) Recursos Naturais,

(5) Saúde,

(6) Educação e

(7) Governança.

Os temas prioritários foram desenvolvidos em três **Oficinas Temáticas**: em setembro de 2016, sobre os temas 1 e 2; em março de 2017, sobre os temas 3 e 4; e em novembro de 2017, sobre os temas 5, 6 e 7.

Em cada oficina foram realizados grupos de trabalhos para discutir as principais dificuldades dos temas em questão e elaborar propostas para avançar. Dessa forma, as discussões tinham caráter diagnóstico e propositivo. Apenas para os temas Saúde e Educação, os grupos de trabalho não elaboraram novas propostas, mas sim revisaram um compilado de propostas que já tinham sido formuladas em outras arenas (TEE, Condisi).

A partir das apresentações, uma comissão de assessores indígenas e não indígenas elaborou uma matriz com as diretrizes que definem a orientação dos Yanomami e Ye'kwana dentro daquele tema, as propostas de ação dentro de cada diretriz e os responsáveis indígenas e não indígenas por desenvolver cada proposta. Como exemplo, a primeira diretriz no tema Proteção Territorial é *"Combater o garimpo ilegal e a mineração na Terra Indígena Yanomami"*, sendo uma das propostas de ação: *"Fazer denúncias com informações qualificadas (localização, fotos, gravações de áudio, nomes) aos órgãos competentes"*, cuja responsabilidade é das *Comunidades e Associações* (indígenas) e *DSEI-YY, Funai e ICMBio* (não indígenas). Ao final de cada oficina, as matrizes temáticas foram revisadas e validadas em plenária. Quando houve discordância sobre alguma proposta, a discussão continuou até chegarem a um consenso.

Essa foi a dinâmica traduzível para os não indígenas, que permitiu a sistematização das discussões em um documento inteligível para os órgãos públicos. No entanto, os Yanomami e Ye'kwana demonstraram sua apropriação dos espaços não apenas nos momentos de formulação das propostas. A cada início de dia, xamãs yanomami e o "dono de canto" ye'kwana Vicente Castro evocavam força e disposição para clarear os pensamentos de forma que as discussões transcorressem em harmonia. Muitas vezes as discussões continuavam a noite, no formato das discussões tradicionais yanomami *hereamu* ou nas rodas de conversa ye'kwana, momento em que tensões do dia voltavam à tona para serem debatidas ou preocupações subjacentes a situações específicas de conflito eram retomadas para serem resolvidas às suas próprias maneiras. Às vezes as propostas elaboradas durante o dia, eram rediscutidas a fundo durante a noite, sem tradução, para chegarem à sua formulação final no dia seguinte.

© Marina Vera/ISA

Trabalho em grupo na oficina regional Ye'kwana em Awaris, TIY

Todos os temas foram aprofundados em **Oficinas Regionais,** organizadas por macrorregião da TIY, com o objetivo de fazer circular as informações no máximo possível de comunidades ao longo dos quatro anos de elaboração do PGTA. No total foram realizadas dez oficinas regionais, todas combinadas com outras iniciativas locais, como o Encontro de Mulheres na região Catrimani e o Curso de Políticas Públicas no Marauiá, fortalecendo tais iniciativas. Por partirem de mobilizações locais, estas oficinas possibilitaram a articulação de soluções para demandas locais específicas. Na regional do Apiau, por exemplo, o MPF esteve presente e recebeu em mãos denúncia sobre o aumento do garimpo na região e outra sobre a relação conflituosa das comunidades com as fazen

das coladas ao limite leste da TIY. No Maturacá, foi realizado um diagnóstico dos gargalos da cadeia de valor do artesanato promovida pela AMYK e, a partir dali, foi desenvolvida uma pesquisa intercultural com as mulheres da associação para valorizar a sua cestaria por meio de um livro no qual descrevem seu conhecimento específico sobre uma matéria-prima da floresta até então desconhecida para os não indígenas. Enquanto a oficina com os Sanöma serviu para planejar a mudança de algumas famílias para outra região por conta da escassez de recursos naturais na região Awaris. Ao final de cada regional foi elaborada uma carta de propostas relacionadas aos temas mobilizados na ocasião, que além de orientarem ações locais, também alimentaram a elaboração do PGTA nas oficinas temáticas.

As regionais também serviram como uma oportunidade de fortalecimento de algumas associações em suas bases, como Ayrca e AMYK no Maturacá e Hutukara no Xihopi; e para formação continuada de lideranças nos temas de gestão territorial e governança, o que refletiu positivamente na participação delas no Fórum de Lideranças.

Por fim, em novembro de 2018, foi realizada a **Oficina de Consolidação**, na qual todas as propostas elaboradas nas oficinas temáticas foram revisadas para validação e aprovação. O segundo momento da oficina foi dedicado à elaboração do Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana. Este foi também um importante momento de consolidação da estrutura de governança da TIY e de comprometimento com a continuidade do Fórum de Lideranças.

© Marcela Uhoa/ISA

Xamã yanomami abrindo os trabalhos na II Oficina Temática do PGTA-TIY, Lago Caracaranã



## Elaboração do Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana

Na terceira oficina temática, os Yanomami e Ye'kwana começaram a discutir como eles manteriam a articulação entre as lideranças e associações depois que o PGTA estivesse concluído. Com o foco nas grandes ameaças externas que enfrentam, como as intensas invasões garimpeiras, a proposta de legalização da mineração em TIs e a iminente construção da UHE Bem-Querer, os Yanomami e Ye'kwana definiram sua estrutura de governança interna e reconheceram o Fórum de Lideranças como espaço legítimo de tomadas de decisão em questões que afetam todo o seu território. Os Yanomami e Ye'kwana compararam o Fórum com um escudo, pois seria responsável por absorver o "primeiro impacto" das ameaças externas, informar e mobilizar as bases, articular os parceiros e órgãos governamentais responsáveis pelo assunto e comunicar a deliberação final. A partir da definição da estrutura de governança, uma comissão de representantes da HAY, da Seduume e do ISA elaboraram um esboço do Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana em um ciclo de três reuniões em Boa Vista ao longo de 2018. O esboço foi apresentado na Oficina de Consolidação, em novembro de 2018, na qual foram formados grupos de trabalho para revisar as regras propostas no Protocolo e refinar o roteiro da consulta. Nesta ocasião, lideranças Krenak compartilharam sobre o crime cometido pelas mineradoras em seu território, reforçando a importância do Protocolo de Consulta para o Fórum. As revisões foram aprovadas na oficina de consolidação, no entanto a redação final ainda precisou de ajustes. Então, em abril de 2019, foi realizado um seminário em Boa Vista com representantes das sete associações e algumas lideranças comunitárias para validar o texto final do Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana.

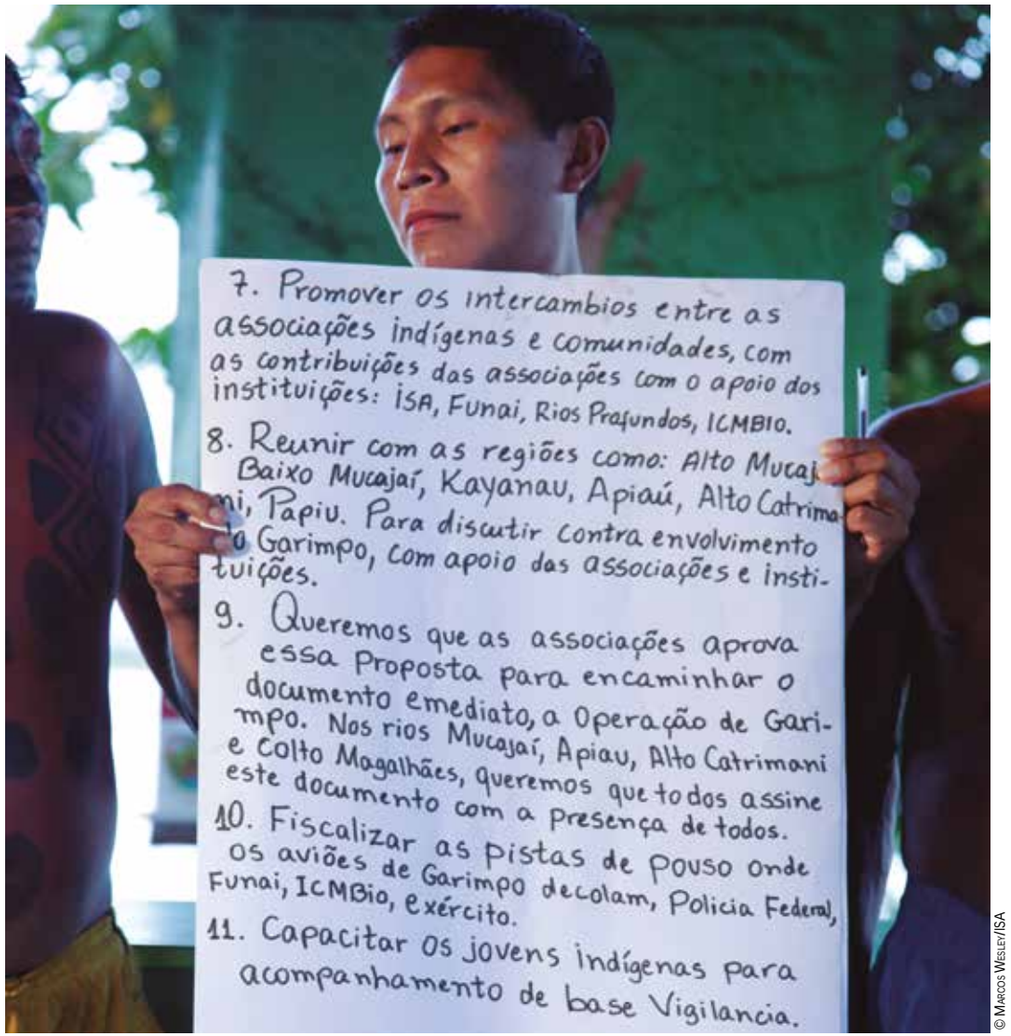
A opção por imprimir o PGTA e o Protocolo de Consulta na mesma publicação foi para reforçar a complementariedade entre os dois documentos: toda proposta, trabalho ou projeto na TIY deve seguir as diretrizes escritas no PGTA, que estão subordinadas a uma estrutura de governança interna com suas regras próprias.

© Marilia Senlle/ISA

Maurício Ye'kwana explicando o roteiro do Protocolo de Consulta para liderança yanomami na Oficina de Consolidação do PGTA-TIY, Lago Caracaranã

## Conteúdo

O combate ao garimpo ilegal na TIY e o aumento da monetarização por comunidades yanomami e ye'kwana foram destacados como as principais preocupações e, portanto, temas da primeira oficina temática. Propostas para combater o garimpo incluem uma série de ações fora do alcance das comunidades e associações, a não ser no sentido de cobrar para que sejam cumpridas, como *"Investigar e identificar os financiadores do garimpo ilegal e instaurar processos criminais contra os infratores"* (PGTA da TIY, p. 104), cujos responsáveis são a Polícia Federal e o MPF.




© Marcos Wesley/ISA

Professor yanomami apresentando as propostas do grupo de trabalho sobre proteção territorial na I Oficina Temática do PGTA-TIY, Lago Caracaranã



Já na proposta *"Promover o diálogo com membros de comunidades envolvidos com garimpo para que possam entender os impactos negativos que essa atividade causa em nossas vidas"* (PGTA da TIY, p. 104), as comunidades e associação também assumem responsabilidade. A invasão garimpeira continua sendo a principal ameaça à TIY e foi alvo de inúmeras denúncias das associações e comunidades ao longo da elaboração do PGTA.

Em relação ao enorme desafio da monetarização, aumento do acesso e permanência nas cidades e consumo de produtos industrializados nas comunidades, as discussões foram bastante focadas no papel das lideranças comunitárias e das associações em melhorar a informação e ampliar o diálogo interno sobre os prejuízos causados pelo dinheiro/cidade/produtos industrializados, chamando a responsabilidade mais para si do que para agentes externos.

O aumento do fluxo entre as comunidades e as cidades também foi alvo de preocupações na segunda oficina temática. A facilidade de acesso aos rios navegáveis e às pistas de pouso, combinadas com a proximidade aos postos de saúde têm levado à sedentarização das comunidades em diversas regiões da TIY. A baixa mobilidade leva à escassez de recursos localmente e ao desgaste do solo para feitio das roças, piorando a qualidade da alimentação dos moradores dali. Portanto, as propostas relacionadas ao uso e manejo dos recursos naturais têm como eixo central a mobilidade territorial.

Ao mesmo tempo, o fluxo para a cidade também tem despertado nas novas gerações o interesse por novos hábitos (alimentação industrializada, alcoolismo, monetarização) em detrimento das práticas e conhecimentos tradicionais. A preocupação é ainda maior entre os professores indígenas, que perceberam que por meio da escolarização no molde não indígena, o interesse dos jovens tem se voltado cada vez mais para a cidade.

> *"Não adianta só aprender conhecimento não indígena. A gente enriquece com conhecimento primitivo, original. Nós temos que valorizar, temos que falar para os jovens, que eles assumam também. [...]. Nós temos que valorizar, conscientizar, orientar os jovens" (Reinaldo Wadeyuna, professor ye'kwana, II Oficina Temática do PGTA, março/2017).*

Por isso, as propostas sobre educação reforçam a valorização dos saberes tradicionais, direcionadas para a criação de práticas educativas indígenas e que as mesmas sejam reconhecidas dentro da estrutura de educação formal.

As propostas da terceira oficina são as com maior interface com os órgãos do governo, uma vez que a oferta de um sistema de educação específico diferenciado e o atendimento à saúde indígena são obrigações do Estado. São também os temas com maior acumulo de discussões e ao mesmo tempo com maior desgaste nas relações, considerando que as mesmas propostas têm sido discutidas há anos em diferentes arenas, sem muito resultado prático. Pelo contrário, o que tem se observado é muita disputa política nos cargos públicos e piora dos indicadores. Para se ter ideia, em 2019 houve um aumento significativo dos casos de malária em regiões onde a doença havia sido praticamente erradicada. No tema da saúde, o enfoque continua sendo no tratamento preventivo, com qualidade no atendimento nas aldeias de forma a diminuir as remoções e a permanência na cidade.

O PGTA da TI Yanomami foi organizado nos sete eixos temáticos, cada um contendo sua matriz de diretrizes, propostas e responsáveis pelas propostas e inclui o Protocolo de Consulta. O documento foi impresso em três versões bilíngues: yanomam/português, yanomamɨ/português e ye'kwana/português.

# Resultados: Fortalecimento da governança na TIY

© OMarcelo Coutinho/ISA

Representantes da Ayrca, Kurikama e HAY apresentando o PGTA-TIY em sessão especial na Câmara dos Deputados, Brasília

*"Nós aqui unidos, isso é governança e escolhemos um único caminho grande, moramos em lugares diferentes, mas temos um único grande caminho. Esse que é o cerne da governança. Unidos podemos virar uma coisa só. De onde viemos, tem muitos caminhos. Tem o caminho do Surucucus, Awaris tem outro caminho, venezuelanos tem outro caminho, e tem os brancos. Nos reunimos e assim fazemos a governança. Vira um. Esse papel virou um. Seguindo um único caminho nós chegamos em Brasília, com as decisões tomadas em conjunto no PGTA". (Geraldo Kuisiteri, Oficina de Consolidação do PGTA, novembro/2018)*

O principal resultado do processo de elaboração do PGTA da TIY foi a articulação entre lideranças e associações de diferentes regiões da TIY, consolidando um sistema de governança e uma arena de decisões com o foco em toda a extensão territorial da TIY, o Fórum de Lideranças. A governança é o primeiro eixo temático do PGTA, pois o desenvolvimento de todas as propostas do documento depende de uma boa articulação entre os diferentes níveis de tomada de decisão. Para tanto, os yanomami e ye'kwana destacam: estimular o intercâmbio entre lideranças e associações de diferentes regiões da TIY; realizar periodicamente o Fórum de Lideranças; e exigir que todos os não indígenas respeitem o Protocolo de Consulta (PGTA da TIY, p. 96).



Nesse processo, as associações assumiram importante papel como mediadoras entre as comunidades e o Estado. Concomitante à elaboração do PGTA, o ISA desenvolveu um projeto financiado pela União Europeia (2017-2019) para formação administrativa e política das associações parceiras. Um processo alimentou o outro, de maneira que as associações, mais conscientes sobre seus objetivos e papeis na governança da TIY, se posicionaram com mais clareza no Fórum de Lideranças, esclarecendo, mediando e não impondo decisões durante as discussões entre as lideranças.

Em julho de 2019, foi formada uma comissão com representantes das sete associações yanomami e ye'kwana para entregar o plano impresso para os órgãos do governo de maior interlocução com a TIY, como Funai, MPF, Ministério da Defesa, MEC e Sesai. A ocasião celebrou a articulação entre as associações, o que ficou evidente nas falas de Davi Kopenawa, que repetiu em diversos momentos que agora sua luta tem frutos, que sente que não está mais lutando sozinho.

O PGTA foi lançado oficialmente na primeira edição do Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana pós-elaboração do Plano. Em novembro de 2019, as lideranças e associações se reuniram na comunidade Watoriki, na Terra Indígena Yanomami para discutir sobre as duas questões que mais os preocupam atualmente: a intensa invasão garimpeira e a piora no atendimento à saúde indígena. Foi um importante momento para marcar a continuidade da articulação neste nível de governança, reunindo realidades distintas para planejarem juntas o presente e o futuro da TIY.

*"Nós viemos de avião, de longe, a gente nunca se visita para tomar xibé e fazer amizade. Agora no Fórum nós estamos tendo essa oportunidade. [...] Nós somos diferentes, mas estamos juntos, o pensamento é um só. Pedimos a proteção, que está chegando. Agora vamos conseguir mais coisa" (Eliseu Xirixana, reunião do Fórum de Lideranças, novembro/2019).*

© Lucas Lima/ISA

Xamãs yanomami trabalhando para fortalecer o PGTA-TIY, na oficina regional do Xihopi, TIY

© Leonardo Viana Braga/Iepé

Refeição familiar



# Construindo um Plano de Gestão Territorial e Ambiental com os Zo'é

Dominique Tilkin Gallois
Hugo Prudente da Silva Pedreira
Leonardo Viana Braga

# Apresentação

"*Jo'e rekoha bokitute ram*: Planejando como vamos continuar vivendo bem no futuro", é o título escolhido pelos Zo'é para o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) de sua Terra Indígena, demarcada em 2000 e homologada em 2009, com 668.565 hectares.

Falantes de uma língua Tupi-Guarani, os Zo'é são atualmente 315 pessoas e sua população vem crescendo significativamente nos últimos anos. Subdividem-se em quatro grupos locais, ocupando áreas específicas onde estão suas aldeias antigas e recentes e seus acampamentos. Destacam-se em sua alimentação a carne de caça, os derivados de mandioca e a castanha-do-Brasil. O caráter sazonal de recursos importantes no modo de vida conforma a mobilidade das famílias pelo território e repercute nos movimentos de aproximação e distanciamento entre grupos.

A formulação escolhida para designar o Plano remete ao processo inédito de construção de diretrizes para a proteção do território, quando os Zo'é tiveram a oportunidade de enunciar prioridades que promovam esses movimentos tão importantes em seu modo de vida. Esse Plano é, inclusive, um dos primeiros PGTAs elaborados com um grupo indígena em situação de contato recente, exigindo tanto a adaptação de procedimentos como o aprimoramento das abordagens participativas propostas pela PNGATI (Cf. Bavaresco et al. 2014).

A construção do PGTA com os Zo'é foi conduzida pela equipe do Iepé entre 2016 e 2019, junto com a Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema – FPEC/Funai e com a colaboração de membros da equipe da Sesai. Durante três anos, desenvolvemos um conjunto expressivo de atividades colaborativas com os Zo'é, no âmbito do Projeto *Bem Viver Sustentável*, financiado pelo Fundo Amazônia – BNDES. Esse processo representou uma etapa decisiva de aprendizados mútuos entre as equipes, e sobretudo permitiu aos Zo'é consolidar um novo posicionamento em relação a defesa de seus próprios interesses.

© Hugo Prudente da Silva Pedreira/Iepé
Preparando açaí

Propomos a seguir uma descrição das principais etapas deste trabalho, com destaque para os focos adotados na interlocução com os Zo'é, considerando as especificidades de sua organização social e territorial e suas experiências pregressas de relações com os não-índios, chamados *kirahi*. Procuramos também destacar alguns efeitos desse processo, que incrementou possibilidades de afirmação política, com a oportunidade de explicitarem suas práticas de gestão territorial. Ao mesmo tempo, os Zo'é fortaleceram modos próprios de tomada de decisão, inclusive por meio de novas tecnologias de comunicação disponibilizadas nesse novo contexto.



# Aprendizados na convivência com políticas de contato

© Dominique Tilkin Gallois/Iepé
Tiara de penugem de urubu-rei

Os Zo'é convivem com agentes de assistência há apenas três décadas, ao longo das quais experimentaram os efeitos de políticas de contato pautadas sobretudo na manutenção do "isolamento", tanto em relação ao contato direto com não-índios e com povos indígenas vizinhos, quanto no acesso a informações a respeito do mundo dos *kirahi*.

Na década de 1980, a Missão Novas Tribos – MNT dedicou vários anos à busca dos Zo'é, procurados por serem uma das raras etnias da região ainda "não atingidas" pela mensagem evangélica, e viver numa área onde não havia presença da Funai. Em 1987, os missionários conseguiram reunir quase todos os Zo'é numa base instalada ao sul do território ocupado na época, onde permaneceram até 1991. Nessa data, a Funai assumiu a responsabilidade da assistência e instalou um posto na antiga aldeia Kejã, atraindo os Zo'é, que prontamente abriram aldeias nas proximidades do Posto e reocuparam alguns assentamentos antigos. A partir desse momento, durante quase duas décadas, as medidas de proteção implementadas pela Funai consistiram num rigoroso controle do acesso à roupas e bens industrializados – que os Zo'é haviam aprendido a usar com os missionários – e sobretudo numa seleção estrita de possíveis interlocutores, priorizando a visita de inúmeras equipes de reportagem, nacionais e estrangeiras, de quem se esperava o registro da beleza de um modo de vida mantido isolado nos confins do Brasil. Nesse período, não se permitia que representantes

de povos indígenas vizinhos visitassem as aldeias Zo'é. Buscava-se, enfim, recompor um quadro de "isolamento" que a presença e atuação da missão Novas Tribos havia rompido.

Somente no final da década de 2000, com a reestruturação da Funai, estabeleceu-se uma política específica para os povos de recente contato, no âmbito da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recém Contato - CGIIRC. E a partir de 2011, a FPEC adotou novas diretrizes para assegurar a integridade cultural e territorial do povo Zo´é, promovendo paulatinamente sua participação ativa nas decisões e, consequentemente, atendendo a demanda reprimida dos Zo'é, permitindo-lhes acessar saberes e objetos dos não-índios (CF. Ribeiro, 2017).

Como sempre ocorre nas relações com povos em situação de contato recente, a questão do acesso aos bens industrializados se torna um eixo central na relação com o posto, o que tanto facilita a convivência, como pode gerar conflitos. E, no caso dos Zo'é, não foi diferente.

É importante ressaltar que desde pelo menos as primeiras décadas do século XX, os Zo'é tiveram encontros esporádicos com não-índios que circulavam na região. Nos anos 1960, encontravam trilhas, gaiolas e ferramentas de caçadores de pele. Também encontravam vestígios de coletores de castanha, que até hoje vivem na região ao sul do território indígena. Eram contatos indiretos, ou, como dizem os Zo´é, "sem carne/sem corpo", pois não viam os forasteiros. Em 1975, eles foram surpreendidos por visitas mais espetaculares, quando um helicóptero do Instituto de Estudos e Pesquisas do Pará despejou embrulhos com roupas e objetos sobre a aldeia Kejã. Assim, após tantas experiências de encontro e duas experiências de "atração" por meio da distribuição de objetos, os Zo'é não aceitaram a redução no ritmo e diversidade das entregas feitas pela equipe da Funai, no final dos anos 1990 e ao longo da década de

© Hugo Prudente da Silva Pedreira/Iepé

Pintura de jenipapo aplicada com carimbo

2000. Por este motivo, em 2010, resolveram sair em busca de parceiros interessados em lhes oferecer objetos e conhecimentos que não recebiam da Funai. Um grupo foi ao encontro dos Tiriyó, na região da boca do rio Marapi, na Terra Indígena Parque do Tumucumaque, e lá trabalhou na abertura de uma pista de pouso em troca de alimentos, redes e roupas; outro grupo seguiu rumo ao sul e conviveu por um curto período com castanheiros, trabalhando na coleta dos frutos, conseguindo armas e roupas velhas. Diante dos riscos de contaminação e de possíveis invasões, a CGIIRC mobilizou uma nova equipe para a Frente de Proteção, incumbida de adotar novas diretrizes para a proteção do povo Zo'é.

Esse novo contexto permitiu a retomada do diálogo em torno de questões territoriais, que haviam mobilizado os Zo'é entre 1996 e 1998, por ocasião do processo de identificação da Terra Indígena Zo´é, coordenado pelas antropólogas Dominique Tilkin Gallois e Nadja Havt (1998). Naquele período, os Zo'é haviam participado com entusiasmo de levantamentos sobre suas formas de organização social e territorial, aprendido a fazer mapas para traçar suas trajetórias de ocupação histórica e recente, e estavam conhecendo outros povos indígenas, como os Wajãpi, que cinco Zo'é foram visitar em 1998, numa atividade de intercâmbio. Estava prevista a continuidade desse programa de formação, visando inclusive o acompanhamento da demarcação física da TI pelos Zo'é. Infelizmente, todo esse trabalho foi suspenso por força da política de proteção fundada no "isolamento"; com isso, as questões territoriais deixaram de ser debatidas com eles e os Zo'é centraram seus esforços no acesso às mercadorias.

Voltando à 2011, com a nova gestão da FPEC-Funai, as tensões em torno do acesso às mercadorias foram pouco a pouco resolvidas, não só pelo atendimento regular da demanda das famílias, mas sobretudo por meio de uma política de informação que permitiu aos Zo'é entender melhor as dificuldades enfrentadas pela Funai para a aquisição e distribuição desses produtos. Mais recentemente, foi consolidado um Fundo de Artesanato - FAZ, que possibilita a distribuição de bens industrializados em troca de artefatos confeccionados pelas famílias, promovendo ampla participação comunitária na definição dos itens a serem comprados e distribuídos.

Foi nesse contexto pacificado de relações entre os Zo'é e a equipe da Funai que o Iepé deu início a um processo de formação, que visava a elaboração do PGTA da TI Zo'é, por meio do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia, que, inclusive permitiu atender as necessidades das aldeias em equipamentos, especialmente de radiofonia e canoas motorizadas, contribuindo com as iniciativas de vigilância realizadas pelos Zo'é nas diferentes regiões por eles ocupadas.

Confirmava-se, assim, uma mudança de foco nos interesses dos Zo'é, menos inquietos em garantir abastecimento de objetos dos *kirahi*, e mais preocupados em ampliar sua circulação pelo território, não só reconhecendo áreas historicamente ocupadas, como abrindo novos percursos para avaliar a possibilidade de abertura de novos assentamentos. Nos últimos anos, criaram um número significativo de novas aldeias, totalizando agora 47. A dispersão redunda em vigilância e essa promove incursões em áreas onde há fartura de recursos, como nas margens de rios maiores que os antigos Zo'é não ocupavam tão intensamente.

Esse movimento de dispersão configurava um contexto ideal para a construção de um PGTA que, como recomenda a PNGATI, é "um instrumento feito pelos e para os índios, segundo suas aspirações e visões de futuro" (Funai, 2013:8). O trabalho da equipe do Iepé foi desenvolvido em acordo com as três etapas programadas no Projeto do Fundo Amazônia. A primeira delas, de levantamentos, consistiu em acompanhar e apoiar esse movimento de dispersão dos Zo'é. As etapas subsequentes, de sistematização das informações e de construção das diretrizes do PGTA, exigiram um desdobramento das atividades, num ritmo mais intenso do que previsto inicialmente Para garantir a efetiva apropriação dos resultados pelos Zo'é e sobretudo incentivar sua autoria nos registros, nos dedicamos à atividades de letramento, inovando no roteiro inicial. No que segue, descrevemos os principais elementos desse trabalho, que ganharam importância na medida em que conseguíamos articular seus resultados.

# Levantamentos socioambientais

© Hugo Prudente da Silva Pedreira/Iepé

Aldeia madura com sua roça

O trabalho teve início com a realização de visitas em todas as aldeias, além de expedições em regiões escolhidas pelos Zo'é, para aprofundar a compreensão de seus movimentos de dispersão territorial, documentar as iniciativas de ocupação recente de cada grupo local e georreferenciar todas as aldeias e a malha de caminhos entre elas. Era essencial começar por este tipo de atividade colaborativa, para que os Zo'é entendessem e se apropriassem dos métodos de documentação e pudessem contribuir cada vez mais nos registros. Para além da ocupação propriamente dita, os levantamentos permitiriam aprofundar o conhecimento das concepções e práticas de gestão socioambiental.

Esses levantamentos confirmaram o processo de dispersão territorial, que sempre foi uma estratégia dos grupos locais, e resultou, recentemente, na proliferação de aldeias. A época do contato oficial no final dos anos 1980, passando pela identificação da TI em 1996, passou-se de três para seis e agora para quarenta e sete aldeias. Todas são qualificadas pelos Zo'é como verdadeiras aldeias, com casas permanentes e roças com mandiocal, embora eles reconheçam diferenças significativas entre elas, que dizem respeito tanto ao histórico de ocupação, como à sua localização e tamanho. Em acordo com esses critérios, podemos considerar que cerca de trinta desses assentamentos são ocupados com frequência e os demais funcionam como pontos de passagem para aldeias mais distantes.



Ao longo de todo o período de elaboração do PGTA foram feitas diversas atividades de levantamentos socioambientais, que incluíram: levantamentos nas aldeias; oficinas de elaboração de mapas; expedições de reconhecimento territorial e vigilância; expedições de fiscalização e monitoramento nos limites da TI e levantamentos de uso de recursos naturais. Foram dez etapas de levantamentos nas aldeias, visitando praticamente todas elas e realizando estadias prolongadas em algumas delas.

Entre as muitas viagens realizadas para reconhecer áreas de ocupação antiga ou recente na TI e ao mesmo tempo estimular a vigilância, destacamos as expedições que envolveram o transporte de voadeiras e canoas de madeira, e uma viagem até o antiga base da Missão. Em abril de 2017 foi feita a primeira expedição para transportar duas voadeiras e motores de popa adquiridos através do Projeto Fundo Amazônia, de Santarém para a TI, onde seriam utilizadas para vigiar a região do Erepecuru, atendendo a demanda dos próprios Zo'é. Os equipamentos foram levados até Oriximiná, onde aguardavam seis líderes acompanhados de um servidor da Funai e dois assessores do Iepé. Dali, o trajeto cortou a região dos Campos Gerais, onde os Zo'é puderam reavivar a memória da estadia que haviam feito dez anos antes. Seguindo pelo rio Cuminapanema, subiram até a base da Funai. Uma das metas da viagem era o aprendizado na condução de voadeiras motorizadas, que os Zo'é usam há menos de dez anos. O uso dos motores é uma aposta no maior engajamento por parte dos Zo'é para realizarem por sua própria conta a vigilância da TI, o que tem sido fundamental na ocupação de áreas mais vulneráveis a invasões e, pincipalmente, de interesse devido a fartura alimentar e possibilidade de desenvolvimento de novos conhecimentos técnicos como a pilotagem de embarcações.

© Hugo Prudente da Silva Pedreira/Iepé

Circulando entre aldeias

Em março de 2018, acompanhamos nova viagem, para o transporte de duas canoas de madeira – que eles estão agora construindo em suas aldeias – da base da Funai para o limite leste, na região do rio Kare, passando pelo rio Tararī, principal via de acesso fluvial na parte central da TI, que desemboca no Cuminapanema. O Tararī é um rio difícil para a navegação e, dessa forma, a expedição foi também um teste para vários homens que assumiram a condução das canoas. Essa expedição também alude a um argumento interessante dos Zo'é. Eles dizem que é preferível construir as canoas na região de Kejã, onde as aldeias têm grandes roçados para alimentar quem trabalha no entalhamento.

© Hugo Prudente da Silva Pereira/Iepé

Finalizando a construção de uma canoa

Outro motivo é a proximidade com os não indígenas, que podem ajudar com equipamentos e, também atuar no atendimento de saúde caso haja algum acidente com ferramentas de metal. A produção de canoas exige parcerias entre diferentes famílias e subgrupos: passa pelo próprio trabalho de sua confecção, mas também no apoio ao transporte, pois várias canoas feitas na região de Kejã foram levadas para o Erepecuru e para o Kare por terra, nos ombros de inúmeros homens. Há, portanto, uma dinâmica de ajuntamento de pessoas muito interessante na produção de canoas, que, nos textos do PGTA, foi comparada pelos Zo'é com suas grandes festas de bebida fermentada e com as atividades de reunião e letramento hoje realizadas na sede da Casa dos Mapas, na base da Funai, como veremos.

Outra expedição de reconhecimento territorial foi realizada em maio de 2019, alcançando a capoeira da antiga base "Esperança", da Missão Novas Tribos. Os Zo'é não frequentavam essa área com regularidade desde o início dos anos 1990, embora costumem seguir o rio Tararĩ para temporadas de pesca, captura de urubu-rei e caçada de coatá, mas sem visitar a capoeira da Missão. Só passaram por ela no final dos anos 2000, quando tomaram a iniciativa de ir até os Campos Gerais para entrar em contato com castanheiros. Dada a importância histórica da região, que não era conhecida pela maioria dos jovens, e por sua localização estratégica em termos de acesso a TI pelo sul, os Zo'é tinham interesse em averiguar as possibilidades de invasão e o estado do lugar. Foi durante essa expedição até a base da Missão que os jovens recém letrados em sua própria língua iniciaram a produção sistemáticas de diários de viagem, que, no caso, contêm várias informações importantes principalmente sobre a flora, ciclos florestais, além do histórico de ocupação da região. Saberes aprendidos com os conhecedores e conhecedoras mais velhos que contribuem significativamente nessas expedições.

Essa etapa de levantamentos produziu muitas informações para subsidiar outras atividades eixo da elaboração do PGTA: as oficinas de letramento e as reuniões de acordo. Destacamos ainda que os levantamentos também representaram uma preparação para o caráter participativo dessas outras atividades, paulatinamente atinando os Zo'é para o gosto pela leitura e escrita e para discutirem temas nas reuniões de acordos que não apareceram como tábula rasa, uma vez que os já estavam diretamente relacionadas aos conteúdos de interesse dos levantamentos realizados anteriormente. Os efeitos desses registros participativos foram um forte estímulo ao reconhecimento de territórios antigos, engajando jovens que até então não haviam frequentado esses lugares. Também resultou em iniciativas de ocupação de novos territórios, antes evitados por causa do histórico de conflitos com outros povos indígenas ou com não indígenas, e, assim, foram reativadas memórias sobre sua história recente, em que se mesclam aprendizados, afetividades e conflitos.

© Dominique Tilkin Gallois/Iepé/Iepé

Organizando dados de levantamentos socioambientais

## Formação mútua por meio da elaboração de mapas

A produção de mapas e croquis teve um valor central nos levantamentos socioambientais. De início, a realização de mapas era solicitada pelos assessores e funcionava como uma consulta sobre a disposição em receber a equipe e guiá-la pela TI conforme os interesses dos próprios Zo'é. Em decorrência desse procedimento, diferentes líderes passaram a convidar os assessores para conhecer seus respectivos territórios.

As oficinas abordaram diversos temas: a caracterização dos ***rekoha***, territórios de diferentes líderes; a constituição histórica da abertura de aldeias e caminhos encabeçada por um líder; outras iniciativas e percursos, como a viagem e estadia nos Campos Gerais e a visita à TI Parque do Tumucumaque; ações de vigilância e expedições das quais participamos e transporte de embarcações pela TI; a organização das famílias por meio da disposição de redes em uma casa; e a distribuição dos componentes de um assentamento e os cultivares em um roçado. Os Zo'é já haviam tido experiência com produção de mapas na época da identificação da TI entre 1996 e 1998. Já naquela época, os mapas eram construídos a partir da noção de ***rekoha*** e evidenciavam que, nessa concepção, território se referia sempre a determinados líderes de importância histórica.

Aproveitamos a própria produção de mapas, e as conversas em torno deles, como forma de projetar e pautar os levantamentos necessários à elaboração do PGTA e sobretudo, para subsidiar a participação dos Zo'é na elaboração do plano. Para isso, não bastaria obter deles informações que seriam depois sistematizadas pelos assessores para compor um documento que aqueles dificilmente poderiam compreender e utilizar em suas atividades de gestão territorial. Não haveria PGTA de fato sem letramento. As atividades que desenvolvemos são fundadas em uma troca em que nos cabe atender o interesse dos Zo'é em se apropriar de nossas técnicas de registro, sem que isso signifique uma substituição natural das suas próprias. Garante-se, dessa forma, que eles possam compreender os nossos modos de organizar essas informações, na forma de mapas, textos, tabelas e imagens. E, inversamente, a produção de mapas e croquis nos capacita a produzir sistematizações de informações sensíveis às práticas e saberes deles. Por isso, no âmbito das oficinas, desenvolvemos atividades de letramento de alguns jovens e adultos, paralelamente ao trabalho de mapeamento propriamente dito. Salientamos que entendemos letramento de maneira ampla, envolvendo múltiplas correlações entre narrativas zo'é – seus modos de cantar, de tecer, trançar, plantar, cozinhar, construir casas, circular por trilhas, mapear esses deslocamentos etc. – e as práticas de leitura-escrita alfabética e de matemática aplicada que estamos introduzindo no cotidiano dos Zo'é. Tais atividades de letramento incluem a elaboração de mapas, exercícios de leitura e escrita como também a qualificação dos dados levantados pelos assessores a partir das categorias e do vocabulário indígena.

© Dominique Tilkin Gallois/Iepé

Redação dos textos do PGTA

Os Zo'é não haviam passado por nenhum processo de letramento antes do início do programa de ações do Iepé visando a construção do PGTA. Esse projeto, em seu formato inicial, não previa essa atividade na intensidade que ela acabou assumindo, sendo indispensável para garantir a efetiva participação dos Zo'é na construção e, depois, na implementação do Plano. Para assegurar esse engajamento, não bastaria obter deles informações que seriam depois sistematizadas pelos assessores, que também comporiam um documento que eles dificilmente poderiam compreender e utilizar em suas atividades de gestão. Portanto, decidimos dedicar muita atenção ao letramento e, a partir de 2017, realizamos pequenas oficinas nas aldeias, suscitando o interesse pela escrita e outras formas de registro, como os mapas já mencionados, sempre tematizando sua organização territorial, seus percursos e histórias, suas apreciações sobre a paisagem e a disponibilidade de recursos. Pois estava claro, tanto para os Zo'é quanto para as equipes do Iepé e da FPEC-Funai, que não seria possível construir um Plano de Gestão sem oferecer aos Zo'é a oportunidade de se apropriar de meios de registro e comunicação como a escrita alfabética, a elaboração de listas, e a construção de mapas detalhados segundo seus próprios critérios.

Dando sequência ao processo inicial de oficinas dispersas, encontros de letramento passaram a ser realizados na "Casa dos Mapas", construída perto do Posto em Kejã. Foram ao todo sete encontros

de quatro a seis dias, diretamente articulados às outras atividades de formação em grupos menores, nas aldeias. Nesses encontros, os cadernos de leitura foram utilizados pelos participantes em diferentes níveis, contando com a mediação daqueles que estavam mais familiarizados com a sua linguagem por terem participado de atividades anteriores. Foi também nos encontros que novos materiais de apoio foram produzidos.

A participação nos encontros de formação experimentou muitas mudanças, mas contou com representantes de todas as aldeias. Um núcleo de quinze homens jovens e adultos, além de uma mulher, mantiveram o compromisso em seguir este aprendizado. Alguns encontros alcançaram a marca de trinta e cinco pessoas, além de "visitantes" que se mantinham discretos acompanhando as atividades. Alguns homens mais velhos, por exemplo, podiam ser solicitados pontualmente para ratificar construções discursivas que seriam objeto de estudo, certificando assim que seu conteúdo e forma estavam corretos oralmente, antes de passarmos ao estudo da sua forma escrita. Os mais jovens

## Kusiweha

Já estão circulando nas aldeias zo'é dez cadernos de leitura produzidos entre 2017 e 2020, uma literatura focada em suas práticas atuais de gestão, manejo territorial e saberes correlatos. Os cadernos são entregues aos que desejam aprender a ler, mas chegam a muitas outras mãos, despertando interesses diversos.

Cada caderno apresenta um foco temático, como o relato de uma expedição de vigilância, ou de viagens empreendidas pelos Zo´é fora da TI; uma série de cadernos tem como enfoque alguns *rekoha*, territórios de influência de determinados líderes de grupos. Além dos textos, fotos e mapas, trazem exercícios e jogos para reconhecimento de palavra em textos ou frases, ou para reconhecimento de sílabas específicas em diferentes posições nas palavras, assim como listas e outras disposições gráficas que facilitam o reconhecimento de contrastes fonéticos e de estruturas de frases. Pretendemos assim ter aproximado os Zo'é à escrita de um modo que produzisse reflexão qualificada sobre a sua territorialidade e que os convidasse a colocar em evidência, através dela, os seus próprios conhecimentos.

1. *Jo'e oho tĩ amu kõ ohem* – Viagens dos Zo'é e visitas na TI Zo'é (2017)
2. *Kare rupi nisimã awet* – Transporte das voadeiras pelo rio Kare (2017)
3. *Dadypa kusiweha ra'ange* – Imagens da escrita com jenipapo (2017)
4. *Ihat weruha kusiweha* – A viagem da voadeiras subindo o rio Cuminapanema (2017)
5. *Hun Rekoha* – O território do líder Hun (2018)
6. *Karu Rekoha* – O território do líder Karu (2019)
7. *Ihat werehaha kusiweha* – O transporte das canoas pelos rios Tararin e Kare (2019)
8. *Misaw hoha kusiweha* – Expedição até a antiga Missão no sul da TI (2019)
9. *Teresagatu nono* – Memória dos temas abordados nos encontros de letramento (2020)
10. *Tebo rekoha* – O território do líder Tebo (2020)



consideravam este procedimento importante e nós acolhíamos e acompanhávamos a formação destes protocolos, que tornavam as formulações mais precisas e rigorosas, oferecendo mais elementos para estudo. Ler juntos em voz alta, repetir o texto várias vezes, interromper a leitura reconhecendo uma inconsistência e fazendo uma retificação, eram procedimentos nos quais todos se engajavam com interesse, a despeito dos diferentes níveis de apreensão da escrita propriamente dita, em uma dinâmica que se mostraria importante para a construção do texto do PGTA. De fato, estes encontros ofereciam aos Zo'é meios para acessar o produto final que tínhamos em vista, um plano de futuro materializado em uma publicação escrita, formato pouco conhecido ou explorado por eles. O que é um documento? Um livro? Qual sua relação com a fala? Esta era a experiência que estava sendo construída, tendo em vista que uma vez elaborado, o Plano de Gestão construído com os Zo'é haveria de circular e ser apropriado por eles.

Ao longo deste processo, oito homens jovens alcançaram capacidade plena de leitura e escrita em língua zo'é. Embora estejam limitados em um sentido mais rigoroso de conhecimento alfabético (domínio de pontuação, por exemplo), atestamos que possuem capacidade de pôr no papel narrativas, reflexões e aquilo que lhes aprouver escrever, bem como são capazes de compreender satisfatoriamente textos em língua zo'é e mostram grande interesse por novas leituras. Este número representa apenas parte daqueles que continuam interessados em aprender. Mais importante, o modo como eles desenvolveram esta habilidade é encarado, hoje, como um dos compromissos acordados durante a construção do PGTA, onde se pode ler a seguinte recomendação: "*Não fique de brincadeira você que é mais jovem, para você aprender a ler", nós dizemos. Os jovens vão estudar, depois caçar e depois trabalhar a mandioca. É para ser assim sempre. Não é para deixar a caça de lado* (Iepé & FPEC, 2019: 57).

Oficina de iniciação matemática

© Dominique Tilkin Gallois/Iepé

Esse trecho expressa bem o tom assumido quando se fala do aprendizado da escrita. Embora pessoas de diferentes idades tenham se interessado em aprender, a maior parte dos que alcançaram domínio da leitura e da escrita é bastante jovem. Tal como em outras dimensões da aquisição de conhecimento e do processo de amadurecimento de uma pessoa, este novo conhecimento passa a ser valorizado e interessa a todos garantir o progresso do aprendizado desses jovens.

Esse engajamento aponta também para o interesse na apropriação da leitura e da escrita, bem como das operações matemáticas, como meio de acessar modos de conhecimento e de registro que os habilitem a lidar com o mundo não indígena, além de familiarizar-se progressivamente com a lógica dos direitos territoriais e com a elaboração de suas próprias demandas nestes termos.

© Leonardo Viana Braga/Iepé

Cadernos de leitura em língua Zo´é

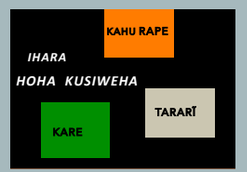


## Sistematização do vocabulário e das categorias zo'é

Frequentemente tematizando a mobilidade territorial e suas implicações em diversas frentes, os encontros se tornaram um espaço importante para qualificar os dados levantados nas aldeias a partir do vocabulário e das categorias zo'é. Por este viés, motivavam o engajamento dos seus participantes em reflexões sobre suas práticas territoriais. Práticas sempre vivenciadas e transmitidas como conhecimento valorizado, mas que agora passavam a ser enunciadas como seu ***modo de vida***, enquanto coletivo, frente a interlocutores externos parceiros. Vale a pena mencionar alguns elementos desse procedimento.

O encontro de agosto de 2018, por exemplo, foi ocasião para a produção de uma série de enunciados sobre contextos de troca vivenciados pelos Zo'é, envolvendo os mais diferentes agentes: vizinhos Tiriyó, inimigos ***tapy'ÿj***, missionários, servidores da Funai, visitantes não indígenas, populações do entorno da TI, entre outros. A presença de líderes mais velhos como Boj, Sarara e Kwa'i, foi fundamental para configurar esses encontros como lugar de aprendizado. No caso, garantiu o registro cuidadoso das categorias referentes às noções de dar, receber, trocar, distribuir etc. Isto subsidiou a preparação de atividades posteriores nas aldeias, bem como ofereceu elementos para a elaboração de exercícios matemáticos, usando-se o contexto das trocas do Fundo de Artesanato Zo'é.

Já, em fevereiro de 2019, estimulamos os participantes do encontro a listarem por escrito, com nossa ajuda, os seus "lugares de comer", explorando esta, entre outras, categorias da mobilidade. "Ir comer mingau de castanha" (***nary wa***) indica um movimento de visita, enquanto que "ir comer coatá" (***kwata wa***) ou "ir comer peixe" (***pire wa***), apontam respectivamente para movimentos sazonais de inverno e de verão, ambos associados a inciativas de ocupação territorial recente. A leitura dos registros era viabilizada pelo conhecimento do território e de suas relações: todos eram capazes de reconhecer suas listas de lugares, bem com a dos seus parceiros, e essa era a entrada para o aprendizado da escrita na atividade.



# Acordos para a gestão socioambiental

© Leonardo Viana Braga/Iepé

Construindo nova aldeia

Formular diretrizes para a gestão territorial e a manutenção da qualidade atual dos modos de vida zo'é, através de acordos construídos pelos membros de todas as aldeias, foi uma das últimas etapas de elaboração do PGTA. Ao longo de 2019, realizamos nove reuniões, abertas a todos os Zo'é interessados, que eram avisados através da radiofonia, com a devida antecedência. Participaram os chefes de todos os subgrupos e muitos outros adultos e jovens, além da presença marcante de velhos conhecedores que eram consultados quando necessário. A participação feminina foi incipiente nessas reuniões, apesar de sua participação importante durante os levantamentos nas aldeias, contando-nos seus conhecimentos especializados. As reuniões aconteceram na "Casa dos Mapas", na base da FPEC, e foram conduzidas pelos assessores do Iepé, ocasionalmente contando-se com a participação de outros membros do Iepé, da Funai e da Sesai.

As diretrizes encaminhadas nessas reuniões abordaram sucessivamente os seguintes temas: o futuro na TI Zo'é; vigilância; dispersão e mobilidade; caça e pesca; roças e ciclo de ocupação; serviços de atenção à saúde; castanhais e matérias-primas de artefatos cotidianos. As discussões consolidaram os saberes adquiridos por meio dos levantamentos e das oficinas. Sem dados consolidados a respeito da ocupação e uso do território e sem um avanço na apropriação da leitura e da escrita por parte de uma turma de chefes e de jovens, não seria possível construir tais diretrizes no prazo de poucos meses de que dispúnhamos. As reuniões foram indispensáveis para aprofundar satisfatoriamente cada temática. Além disso, elas consolidaram entre os Zo'é um novo formato de encontros, voltados à formulação de diretrizes para o futuro. Antes, as reuniões - denominadas *oparadu* - eram realizadas enquanto negociações para a obtenção de objetos e suprimentos, como sempre ocorria na chegada das equipes da Funai ou de outros parceiros. Vale notar que mudar o foco desses encontros, passando de negociação em torno de bens e equipamentos, para o planejamento da proteção territorial, levou um certo tempo.



## Outros aprendizados: viagens e intercâmbios

No âmbito da política de formação e informação adotada pelo Iepé junto com a FPEC-Funai, foi possível atender uma antiga demanda dos Zo'é, interessados em conhecer e dialogar com outros povos indígenas. Em agosto de 2017 quatro homens e duas mulheres, reputados conhecedores, visitaram os Wajãpi, numa viagem esperada há anos para atualizar os encontros ocorridos em 1992 e em 1998. Além de reavivarem memórias, o foco do intercâmbio era a possibilidade de acompanharem uma reunião do Conselho das Aldeias Wajãpi e, na sequência, acompanhar o cotidiano nas aldeias. Outro atrativo foi a viagem de barco entre Santarém e Macapá, conhecendo o rio Amazonas. Em novembro de 2018, receberam oito lideranças dos povos caribe vizinhos com os quais o Iepé também vem trabalhando. Além do interesse antigo dessas lideranças em conhecerem os Zo'é, o encontro foi motivado pela possibilidade de trocar experiências em torno da construção de PGTAs. No final das reuniões, dois especialistas em construção de canoas realizaram uma oficina numa aldeia zo'é. Além disso, em junho de 2017 e de 2018, quatro importantes chefes zo'é viajaram até Brasília a convite do CTI, que organizava um evento internacional sobre políticas de proteção para povos indígenas em isolamento voluntário e de recente contato. Estavam presentes mais de uma centena de convidados indígenas e indigenistas. O encontro com indígenas de muitos povos e países diferentes gerou muito interesse dos Zo'é, em entenderem melhor distintas situações de vida, um assunto que também foi discutido no seu retorno para a TI. Com a contribuição dos assessores do Iepé na tradução, essa foi a primeira vez que os Zo'é puderam apresentar a um público numeroso aspectos de seu modo de vida e seu território. No futuro, será importante dar sequência a esses intercâmbios, com viés na articulação regional. Há anos, os Zo'é têm a expectativa de conhecer os territórios quilombolas vizinhos, prioridade no momento, pensando-se sobretudo na proteção da região sul, principal ponto de vulnerabilidade da TI.

Na primeira reunião de acordos, os Zo'é se mostraram um pouco reticentes em projetar sua ocupação territorial a longo prazo. Viemos entender os motivos mais claramente na terceira reunião, quando debatemos suas estratégias de mobilidade, que os interessa tanto em termos de busca por fartura e qualidade de vida, quanto para a vigilância de seu território. Fizemos um exercício de prospecção de abertura de novas aldeias nos limites da TI por alguns líderes, que demonstraram de maneira muito clara que a ocupação dos extremos da TI deve ser realizado com muita parcimônia. Confirmaram a importância das distâncias hoje vigentes, seja entre os próprios subgrupos zo'é, seja em relação aos não indígenas, à base da FPEC e o atendimento à saúde. Mas ficou claro que havia uma questão logística, mas também estética, pois consideram que novas aldeias não devem ser abertas sem que se garanta que elas se desenvolverão com plenitude. Apesar de cada subgrupo já ter sua aldeia nos limites leste e oeste no Kare e no Erepecuru, deram continuidade à essa expansão, em uma configuração reticular (Cf. Albert & Le Tourneau, 2007), garantindo-se

que uma nova aldeia esteja sempre situada logo depois daquela mais distante em um caminho, tomando como referência uma distância satisfatória de outra já farta e plena.

Destacamos também a reunião que definiu as diretrizes de atenção à saúde, envolvendo questões latentes, como o pedido dos Zo'é em aumentar a circulação da equipe pelas aldeias, a necessidade de maiores cuidados em atividades que concentram as pessoas na base, como campanhas de vacinação. Na oportunidade, os Zo'é reiteraram a qualidade da equipe e do modelo de atendimento atuais. Esta reunião, assim como a de pactuação do PGTA, foram momentos de troca política ímpares para os Zo'é, uma vez que estes ainda não tinham a prática de enunciar suas próprias diretrizes, de forma tão direta, diante de seus parceiros.

Os textos que compõem as seções em língua zo'é do PGTA foram escritos e revisados com a participação de pessoas de todas as aldeias zo'é, numa oficina em agosto de 2019. Começamos pela rememoração das reuniões anteriores, recuperando coletivamente o assunto de cada uma delas, seus pontos e encaminhamentos principais. Este procedimento é feito sem recurso a qualquer registro escrito, contando com os dispositivos próprios da oralidade acionados pelos Zo'é em momentos de decisão coletiva. Depois, os participantes foram divididos em três grandes grupos para debater e escrever sobre os diferentes temas, distribuídos entre eles. Cada grupo contava sempre com o apoio de um colaborador do Iepé. Os jovens que a esta altura já sabiam escrever assumiram um papel fundamental no processo, mediando a relação de todos os outros com o texto, ora diretamente escrevendo o que era decidido, ora lendo para os seus companheiros. O registro escrito era feito em tamanho grande, permitindo uma aproximação de todos ao texto. Um dos jovens podia mostrar para um líder onde estavam as suas palavras no papel, garantindo que haviam sido registradas fielmente. Revisões eram feitas do mesmo modo. Todos solicitavam do jovem escritor que lhes indicasse o local da substituição, relesse então a frase ou o texto, eventualmente inserisse novas mudanças e relesse uma última vez, até que todos estivessem familiarizados com a nova formulação. Este modo de proceder viria garantir, no futuro, o acolhimento do PGTA publicado como um produto genuíno de suas reflexões e decisões.

*Jokoha boikuhahamu a'e PGTA iko.*
*Õj PGTA iko a'erame dade oroho kirahi rupaty paradu a'e ore ywy rehe oporadu potat. Iko mapa a'e ate jo'e rekoha kirahi kuha potat.*

"Temos o PGTA para dar a conhecer o nosso território. Agora que temos o PGTA, trataremos da nossa Terra quando formos visitar os não-índios e conversar. Tendo mapa, os não-índios saberão como ocupamos o nosso território".

*Õj PGTA iko a'erame ore awu arera orekuha nono potat. Kiramãty joa'yrarera kõ kuha potat. Orera'yra kõ koha uhu potariwi.*

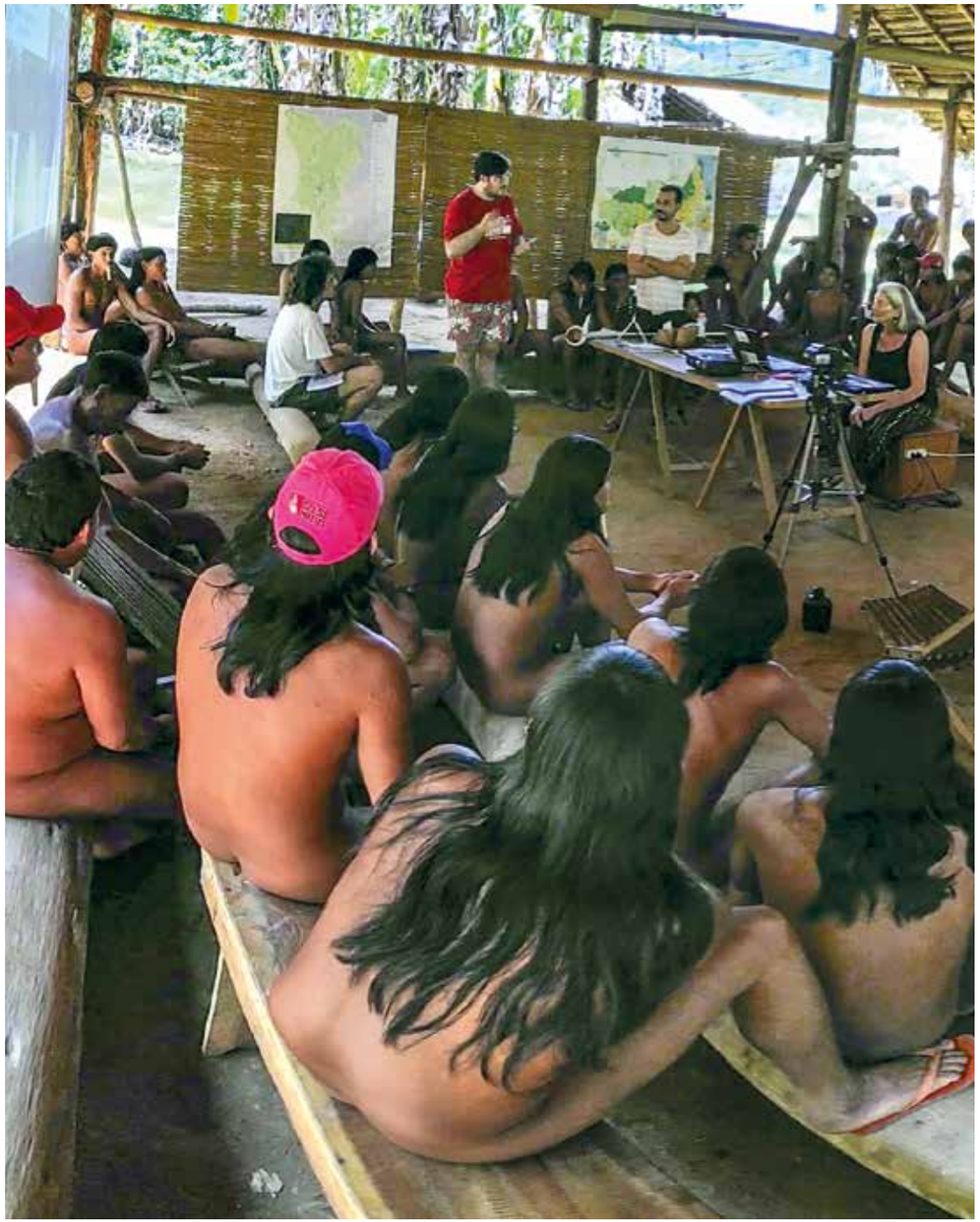
"Agora que temos o PGTA, vamos sempre nos lembrar do que dissemos aqui. No futuro, nossos filhos saberão disso também. Queremos que os nossos filhos sigam ocupando vastamente o nosso território".

Com a aprovação dos textos em língua zo'é do Plano pelas cinquenta pessoas que participaram desse processo final de construção dos textos, restava agora pactuar, de fato, o PGTA com a comunidade. Uma reunião com essa finalidade foi feita dois meses depois, com a presença de Zo'é de todos os grupos. Parceiros no desenvolvimento do projeto *Bem Viver Sustentável*, os coordenadores da FPEC-Funai e do Iepé abriram a reunião, com questões relacionadas à PNGATI. Suas falas curtas, rememorando o processo de três anos que estava se encerrando, eram direcionadas aos índios e também aos representantes convidados da Sesai e do Ministério Público Federal. Depois, os Zo'é assumiram a apresentação do PGTA, começando pelas etapas de levantamento, ações de formação e reuniões de acordo. Na sequência, explicaram uma a uma as diretrizes do Plano. As apresentações foram feitas em duplas, com um jovem letrado acompanhando um líder adulto; o jovem lia os tópicos importantes a serem lembrados e o líder desenvolvia a sua fala. Os assessores do Iepé assumiram a tradução do português para a língua zo'é e vice-versa durante toda a reunião, incluindo o debate que se seguiu às apresentações.

Outro lançamento do PGTA da TI Zo'é foi realizado no dia 27 de novembro de 2019, por ocasião da abertura da exposição *Zo'é Rekoha: Construindo o futuro na TI Zo'é*, na Rocinha do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém. Estavam presentes dez Zo'é, homens e mulheres, dentre os quais, alguns dos principais chefes e jovens que se destacaram nas atividades de letramento e de elaboração do PGTA. Foram eles: Hun, Ke'i apo, Kubi'euhu, Kurupaj, Pane, Riru, Se'y, Simirã, Tereren e Toke. Além de participar pela primeira vez da montagem de uma exposição, o evento foi uma experiência inédita, em que puderam apresentar aos visitantes fotos e objetos de suas aldeias. O roteiro da exposição inicia com as atividades realizadas na floresta, para caça e pesca, com destaque para o uso dos castanhais, e segue para as aldeias, onde os Zo'e se reúnem para realizar suas festas, produção de alimentos e elaboração de seus adornos corporais. O percurso termina com a apresentação da experiência de construção do seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental, por meio do qual os Zo'é buscam consolidar parcerias para a defesa de seu território.

Inauguração da exposição *Zo'é Rekoha* no Museu Goeldi

© Décio Yokota/Iepé



© Acervo Iepé

Discussão do PGTA Zo'é



## Projetando o futuro: dar a conhecer o território

© Leonardo Viana Braga/Iepé

Caminhos entre aldeias e acampamentos

Como desdobramento previsto no PGTA, está a consolidação dos mecanismos de governança assumidos pelos Zo'é nos últimos anos e que será potencializada pela criação de uma organização representativa desse povo. Reuniões com chefes e membros de todas as aldeias estavam previstas para os meses de abril a maio de 2020, além de visitas e intercâmbios com representantes de povos vizinhos e com lideranças de comunidades quilombolas; esses encontros, sem dúvida, poderão contribuir para o entendimento dos mecanismos de representação e dos desafios envolvidos nesse tipo de organização. Com a pandemia, todas as atividades presenciais com os Zo'é foram interrompidas, para serem retomadas pelo Iepé e pela FPEC-Funai quando possível. Vale ressaltar que, se os procedimentos de registro de uma organização representativa são de fato desconhecidos pelos Zo'é, suas finalidades enquanto procedimento de governança não constituem algo tão novo. Como destacamos anteriormente, os Zo'é possuem práticas formalizadas para a tomada de decisões, em escalas coletivas diversas, que sem dúvida eles irão fortalecer no futuro (Cf. Gallois, 2015).

O que também se destacará em sua agenda, nos próximos anos, será a ampliação de suas recentes experiências em "dar a conhecer", em seus próprios termos, os modos de ocupação e vigilância de seu território.

> *Erekoha ihoha teno muang õj boikuha gatu, boikuha gatu rane. A'e rame kirahi toaha ym jawo, toaha ym jawo boikuha gatu rane. A'erame te katu iki japo.*
>
> "O limite do meu território agora, tão somente, fazemos saber bem, fazemos saber muito bem. Então, os não indígenas não passarão, é para que não passem que nós fazemos saber. Por isso mesmo fazemos aldeia aqui" (Tereren, janeiro 2020).

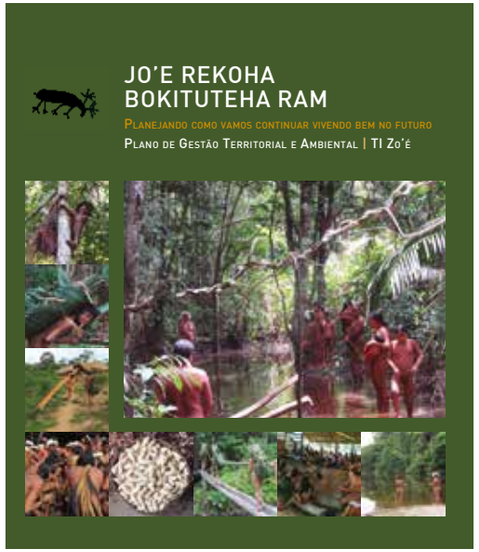
Atendendo a demanda explicitada pelos Zo'é em seu PGTA, foi realizada entre janeiro e fevereiro de 2020 uma expedição para monitorar o limite sul da TI e apoiar sua iniciativa de ocupar a região, em resposta à invasão dos seus castanhais verificada alguns meses antes. A expedição foi conduzida pela equipe da FPEC, acompanhada por Hugo Prudente e contou com a participação de 123 Zo'é, de todas as faixas etárias e de quase todos os grupos locais, incluindo todos os seus chefes. Um caminho foi aberto e placas foram instaladas, seguindo o limite sul. Duas casas foram construídas, uma na boca do igarapé Tararĩ e outra no ponto extremo sul da TI. Todos manifestaram muito interesse em retornar à região, para vigilância e para atividades de seu interesse como coleta de castanha, de ovos de tracajá e temporadas de caça e pesca.

Os diários escritos pelos Zo'é durante a expedição evidenciam a continuidade de suas reflexões a respeito deste momento de forte engajamento na vigilância territorial.

> *Jo'e rekoha hoha te sa õrupi, a'erame te jo'e tapyj japo. Funaj akõ awe jo'e pytywũ ojwy rehe jo'e doryj. Wekoha hoha pe te jo'e tapyj japo. Wekoha ate jo'e akõ boikuha, a'erame jo'e rekoha ikuha.*
>
> "O limite de nosso território é com toda certeza aqui, por isso mesmo fazemos esta casa. Os da Funai também nos ajudam, pois nós estamos bravos. Bem no limite do território nós fazemos esta casa. O território mesmo, nós Zo'é fazemos saber, agora sabem a respeito de nosso território" (Diário de Ke'iapo, janeiro de 2020).

Chamamos atenção para a expressão *boikuha*, que cobre vários sentidos como "indicar", "declarar", "mostrar" e "reconhecer". Ou simplesmente, "fazer saber", apontando para ações importantes, como a abertura da clareira e a construção da casa, a limpeza e o emplacamento dos limites, a correta comunicação com os vizinhos, entre outras coisas.

> *Ji dapotari se kirahi nimim ha. Tikuha, a'e no! Tikuha jawo te kirahi na ape kõ pe õj paraka kõ buhu, boikuhaha ate no buhu. Boikuhaha te no buhu. Porõ ha te, no. A'e kirahi ojsak, iko paraka, "ah, Jo'e rekoha, iki! Iki baja ji rekoha ...", a'e kirahi pyta, jiwut, a'e na rehe kapit. Iki, no. Iki rame, a'epete potat".*
>
> "Eu não quero, de jeito nenhum, os não índios agindo escondido. É para saber! É mesmo para que saibam que nós colocamos placas nos antigos caminhos dos castanheiros, a placa é para que se saiba. É o que faz saber, nós colocamos. É o que bloqueia o caminho. Então o não indígena vê, tem placa, "ah, território Zo'é aqui… para cá então deve ser o meu território..." então fica lá, volta, aí trabalha a castanha dele. Assim, afinal. Quando for assim é que estará certo!" (Tereren, janeiro 2020).




"Fazer saber o nosso território" é uma afirmação e um objetivo a ser buscado, articulando ações de vigilância e de ocupação. Mobiliza concepções importantes da territorialidade zo'é, como o zelo pelos lugares habitados, a articulação entre os diversos grupos locais na abertura de uma nova aldeia e o caráter regular das idas e vindas implicadas em uma iniciativa de expansão territorial.

Desde que foram avisados dos perigos da epidemia de Covid-19, os Zo'é vivem bem longe dos assentamentos e das cidades, e evitam inclusive se aproximar do posto da Funai, que só acessam em caso de extrema necessidade. Dispersaram-se entre suas muitas aldeias, circulando por uma intrincada rede de caminhos, em acordo com seu calendário sazonal e seus aguçados saberes, que lhes garantem acessar recursos fartos em lugares específicos de sua terra. São práticas e cuidados que os protegem e que continuam sendo compartilhados em reuniões festivas, quando grupos familiares se aproximam, cuidadosamente, como sempre fizeram desde antes da pandemia.

# Referências bibliográficas




ALBERT, Bruce. e MILLIKEN, William. ***Urihi A: a terra-floresta Yanomami***. São Paulo: Instituto Socioambiental; Paris: Institut de Recherche pour le Devélopment, 2009.

APINA, AWATAC, APIWATA e Iepé. ***Mosikoa´y rã kõ: Plano de Ação Wajãpi***. São Paulo: Iepé, 2012.

APINA, AWATAC e APIWATA. ***Wajãpi kõ omõsãtamy wayvu oposikoa romõ ma´ë: Protocolo de Consulta e Consentimento Wajãpi***. Macapá: Apina, Awatac e Apiwata, 2014.

ATIX. ***Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu***. São Paulo: ATIX, IPEAX, ISA, Funai, 2017.

ATIX. ***Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Território Indígena do Xingu.*** São Paulo: ATIX, ISA, RCA, 2017.

AZANHA, Gilberto. ***A Forma Timbira: Estrutura e Resistência***. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

BAVARESCO, Andréia e MENEZES, Marcela. ***Entendendo a PNGATI. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI***. Brasília: GIZ / Projeto GATI/Funai, 2014.

CABALZAR, Flora Dias; PEDREIRA, Hugo; BRAGA, Leonardo Viana . ***Misaw hoha kusiweha.*** Série Apoio à Vigilância. Material didático em língua Indígena desenvolvido pelo Programa Zo'é do Iepé. São Paulo: Iepé, 2019.

CABALZAR, Flora Dias; PEDREIRA, Hugo; BRAGA, Leonardo Viana. ***Dadypa kusiweha ra'ange***. ***Kusiweha mo'e kã 3***. Série Kusiweha. Material didático em língua Indígena desenvolvido pelo Programa Zo'é do Iepé. São Paulo: Iepé, 2017.

CABALZAR, Flora Dias; PEDREIRA, Hugo; BRAGA, Leonardo Viana. ***Ihat weruha kusiweha***. Série Apoio à Vigilância. Material didático em língua Indígena desenvolvido pelo Programa Zo'é do Iepé. São Paulo: Iepé, 2017.

CABALZAR, Flora Dias; PEDREIRA, Hugo; BRAGA, Leonardo Viana. ***Kare rupi nisimã awet***. ***Kusiweha mo'e kã 2***. Série Kusiweha. Material didático em língua Indígena desenvolvido pelo Programa Zo'é do Iepé. São Paulo: 2017.

CABALZAR, Flora Dias; PEDREIRA, Hugo; BRAGA, Leonardo Viana. ***Teresagato***. Série Kusiweha. Material didático em língua Indígena desenvolvido pelo Programa Zo'é do Iepé. São Paulo: Iepé, 2020.

CABALZAR, Flora Dias; BRAGA, Leonardo Viana; PEDREIRA, Hugo. ***Hun rekoha kusiweha.*** Série Rekoha. Material didático em língua Indígena desenvolvido pelo Programa Zo'é do Iepé. São Paulo: Iepé, 2018.

CABALZAR, Flora Dias; BRAGA, Leonardo Viana; PEDREIRA, Hugo. ***Ihat werehaha kusiweha.*** Série Apoio à Vigilância. Material didático em língua Indígena desenvolvido pelo Programa Zo'é do Iepé. São Paulo: Iepé, 2019.

CABALZAR, Flora Dias; BRAGA, Leonardo Viana; PEDREIRA, Hugo. ***Jo'e oho tĩ amu kõ ohem***. ***Kusiweha mo'e kã 1***. Série Kusiweha. Material didático em língua Indígena desenvolvido pelo Programa Zo'é do Iepé. São Paulo: Iepé, 2017.

CABALZAR, Flora Dias; BRAGA, Leonardo Viana; PEDREIRA, Hugo. ***Karu rekoha kusiweha.*** Série Apoio Rekoha. Material didático em língua Indígena desenvolvido pelo Programa Zo'é do Iepé. São Paulo: Iepé, 2019.

CABALZAR, Flora Dias; BRAGA, Leonardo Viana; PEDREIRA, Hugo. ***Tebo rekoha kusiweha***. Série Apoio Rekoha. Material didático em língua Indígena desenvolvido pelo Programa Zo'é do Iepé. São Paulo: Iepé, 2020.

CEPAL, IPEA e GIZ. ***Avaliação das políticas de desenvolvimento sustentável do estado do Acre (1999-2012)***. Brasília: CEPAL, 2014.

CTI e Wyty Catë. ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira***. Brasília: CTI e Wyty-Catë, 2012.

CTI. ***Articulação Timbira para a Gestão Territorial Integrada: relatórios técnicos de atividades***. Brasília: CTI, 2009-2012.

CTI. ***Diagnóstico socioambiental sobre o Cerrado nos territórios indígenas.*** Brasília: CTI, 2009.

CTI. ***Memorial Escola Timbira***. Brasília: CTI, 2002-2005.

CTI. ***Memorial Mentwajë Ambiental: formação de jovens Timbira em gestão territorial e ambiental***. Brasília: CTI, 1997-2012.

EMBRAPA. ***Nota Técnica MATOPIBA: quadro natural e agrícola***. Brasília: EMBRAPA, 2014.

FEQUIS, Billyshelby. ***Relatório de viagem de assessoria à Terra Indígena Poyanawa***. Programa de Gestão Territorial e Setor de Geoprocessamento da Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco: CPI/AC, 2014.

FRESCHI, Julieta Matos. ***Relatório da I Oficina de Etnomapeamento da Terra Indígena Poyanawa.*** Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco: CPI/AC, 2006.

FUNAI. ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração***. Brasília: FUNAI, 2013.

GALLOIS, Dominique Tilkin. ***Terra Indígena Wajãpi: da demarcação às experiências de gestão territorial.*** São Paulo: Iepé, 2011.

GALLOIS, Dominique Tilkin**.** ***Alguns modos zo'é de fazer coletivos e lideranças***. In: FAJARDO, Denise e ANDRADE, Lúcia (Orgs). Entre águas bravas e mansas. Índios e Quilombolas de Oriximiná. São Paulo: CPI-SP e Iepé, 2015.

GALLOIS, Dominique Tilkin e HAVT, Nadja. ***Relatório de Identificação da Terra Indígena Zo'é. Portaria 309/PRES/Funai, 04.04.97***. São Paulo: NHII. Brasília: FUNAI, 1998.

GAVAZZI, Renato Antonio (Org). ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá/Asheninka do Rio Breu***. Rio Branco: CPI/AC, 2008.

GAVAZZI, Renato Antonio (Org). ***Etnomapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia. O mundo Visto de cima***. Programa de Gestão Territorial e Ambiental da Comissão Pró-Índio do Acre. Brasília: CPI/AC, 2012.

GAVAZZI, Renato Antonio (Org). ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Poyanawa***. Brasília: CPI/AC, 2015.

GAVAZZI, Renato Antonio (Org). ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nukini.*** Brasília: CPI/AC, 2015.

GAVAZZI, Renato Antonio (Org). ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia***. Rio Branco: CPI/AC, 2007.

GAVAZZI, Renato Antonio. ***Agrofloresta e Cartografia Indígena: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre.*** Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2012.

GAVAZZI, Renato Antonio. ***Relatório de viagem de assessoria à Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão - III Curso de Formação dos Agentes Agroflorestais Kaxinawá. Oficina Itinerante na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão***. Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró Índio do Acre. Rio Branco: CPI/AC, 2000.

GAVAZZI, Renato Antonio. ***Relatório do XII Curso de Formação dos Professores Indígenas do Acre e Sudoeste da Amazonas***. Setor de Educação da Comissão Pró Índio do Acre. Rio Branco: CPI/AC, 1993.

GAVAZZI, Renato Antonio; ROCHA, Marcos Catelli (Org.). ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá***. Brasília: CPI/AC, 2015.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org). ***Índios no Brasil***. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 1998.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi e KAHN, Nina (Orgs). ***Gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia brasileira: os percursos da Rede de Cooperação Alternativa***. São Paulo: Iepé, 2013.

HUTUKARA. ***Yanomami Yama Kixë, Ye´kwana Pëxë, Yëmakamayotima Protocolo de Consultar Siki. Protocolo de Consulta Yanomami e Ye'kwana***. São Paulo: RCA, ISA, Funai, 2019.

IEPÉ e FPEC. ***Jo'e rekoha bokituteha ram. Planejando como vamos continuar vivendo bem no futuro. Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Zo'é.*** São Paulo: Iepé e Funai, 2019.

IEPÉ e MPEG. ***Zo'é rekoha. Construindo o futuro na TI Zo'é***. Folder de Exposição realizada no Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém: Iepé e MPEG, 2019.

LITTLE, Paul E. ***Gestão Territorial em Terras Indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes***. Relatório final entregue a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Rio Branco: SEMA, 2006.

MELLATI, Júlio César. ***Índios e Criadores***. Rio de Janeiro: ICS/UFRJ, 1967.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. ***Parque Indígena do Xingu – a construção de um território estatal***. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

NIMUENDAJÚ, Curt. ***The Eastern Timbira***. Berkeley: University of California Press, 1946.

OCHOA, Maria Luiza Pinedo. ***Entrevista com Isaac Pianko***. Rio Branco: CPI/AC, 2011.

PROACRE. ***Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre***. Financiamento adicional plano para os Povos Indígenas. Rio Branco: Proacre, 2012

RAMALHO, Ana Luiza Melgaço e DIAS, Adriano. ***Relatório da Oficina de Etnomapeamento e Construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã***. Rio Branco: CPI/AC, 2013.

RAMALHO, Ana Luiza Melgaço e DIAS, Adriano. ***Relatório descritivo de viagem de assessoria às Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão e Baixo Rio Jordão.*** Projeto: "Fortalecendo Experiências Agroflorestais Indígenas no Acre". Programa de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA da Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco: CPI/AC, 2011.

RIBEIRO, Fábio. ***Zo'é: ameaças e desafios da construção de uma política indigenista***. In: RICARDO, Fany e RICARDO, Beto (Orgs). Povos Indígenas no Brasil 2011-2016. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

SEMA-ACRE. ***Construindo Planos de Gestão nas Terras Indígenas do Acre – diretrizes e roteiro.*** Brasília: SEMA/AC e GTZ, 2011.

SEMA-ACRE. ***Etnozoneamento e Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terra Indígena do Acre***. PowerPoint. Rio Branco: SEMA, 2014.

SMITH, Maira; STIBICH, Graziela e GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs). ***PNGATI. Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas***. Brasília: Projeto GATI/Funai, 2016.

VIEIRA, Marina e LIMA, Lucas (Orgs). ***Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Yanomami com Protocolo de Consulta***. Boa Vista: Hutukara Associação Yanomami, 2019.

VILLAS-BÔAS, André (Org). ***De Olho na Bacia do Xingu***. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.

WEIS, Bruno; GAUDITANO, Camila; KAHN, Marina e CAMPANILI, Maura. ***Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos***. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

YAMADA, Erika; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; GARZÓN, Biviany Rojas. ***Protocolos autônomos de consulta e consentimento – Guia de Orientações***. São Paulo: RCA, 2019.

YAWANAWA, Laura Soriano. ***Serviços ambientais, incentivos para a sua conversão. SISA: diálogos com os povos indígenas***. Rio Branco: Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais, 2013.

# Sobre os autores

Bruno Walter Caporrino é formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, com dissertação sobre o Protocolo de Consulta Wajãpi. Atuou como indigenista pela Operação Amazônia Nativa – Opan, junto aos Katukina do Rio Biá, Amazonas em 2009. Entre janeiro 2010 e dezembro de 2016 atuou como indigenista pelo Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. Assessorou o Apina - Conselho das Aldeias Wajãpi a consolidar seu Plano de Gestão Socioambiental e participou do processo de sistematização de seu Protocolo de Consulta, além de apoiar os Wajãpi na participação de instâncias de governança como os Conselhos Consultivos do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Floresta Estadual do Amapá e do Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental, primeiro e único a possuir Terras Indígenas em sua composição. No Amazonas assessorou as organizações Mura a conformar o Trincheiras: Yandé Mura Peara, o Protocolo de Consulta e Consentimento dos Mura de Autazes e Careiro da Várzea, Amazonas.

Dominique Tilkin Gallois é Professora Colaboradora Senior do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Centro de Estudos Ameríndios da USP. Seus trabalhos dedicam-se principalmente ao estudo de tradições orais e cosmologias ameríndias, políticas indígenas, patrimônio cultural e conhecimentos tradicionais. Desenvolve atividades de assessoria direta a comunidades indígenas no Amapá e norte do Pará, colaborando com órgãos públicos e organizações não governamentais em programas de formação indígena. Desde 2016, coordena o Programa Zo´é do Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, cuja equipe desenvolveu um programa inédito de ações educativas junto aos Zo'é, que resultaram no PGTA dessa Terra Indígena.

Hugo Prudente da Silva Pedreira é assessor do Programa Zo'é do Iepé -Instituto de Pesquisa e Formação Indígena desde 2016, tendo colaborado com a elaboração do PGTA da Terra Indígena Zo'é. É Mestre em Antropologia Social (2016) pelo PPGAS/USP, bacharel em Ciências Sociais (2013) pela FFCH/UFBA. Durante a sua formação, junto aos Pataxó e aos Pataxó Hã hã hãe, interessou-se pelas relações entre territorialidade e parentesco. Desde o final de sua graduação, tem participado de programas voltados à formação indígena no âmbito da gestão territorial e ambiental. Fluente na língua Zo'é, vem se dedicando a levantamentos participativos junto a esta comunidade, bem como a registros sistemáticos que embasaram a produção de materiais didáticos. É autor do livro Potuwa Pora Kõ – o que se guarda no potuwa (2019), primeiro da série Saberes Zo'é, parceria do Iepé com a FPEC/Funai.

Ivã Gouvêa Bocchini é biólogo formado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desde 2005. É indigenista do Instituto Socioambiental (ISA) desde 2014 sendo responsável por assessorar os povos do Parque Indígena do Xingu na construção e implementação do Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu. Foi professor de Sociedade e Ambiente em projeto de inovação curricular do Curso Pré-Vestibular da UFSCar de 2004 a 2008. De 2010 a 2014 foi servidor público concursado do quadro de indigenistas da FUNAI, atuando na Coordenação Regional do Madeira, sul do Amazonas, sendo responsável pelo Setor de Etnodesenvolvimento e pelo Serviço de Gestão Ambiental e Territorial de 2011 a 2012 e assumindo o cargo de Coordenador Regional de setembro de 2012 a janeiro de 2014.

Leonardo Viana Braga é assessor do Programa Zo'é do Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena desde 2016, tendo colaborado com o programa de ações que resultou no PGTA dessa Terra Indígena em 2019. Bacharel em Ciências Sociais (2012) e Mestre em Antropologia Social (2016) pelo PPGAS/USP, onde é atualmente doutorando. Iniciou suas atividades de pesquisa em etnologia junto aos Zo'é em 2012, quando realizou consultoria para a Funai/GIZ e participou de projeto do Iepé com apoio da Caixa Econômica Federal, de catalogação de artesanato; seguiu com visitas regulares a TI durante seu mestrado que resultou na dissertação "*Pani'em*: um esboço sobre modos de saber entre os Zo'é" sob orientação de Dominique Gallois e defendida em 2017.

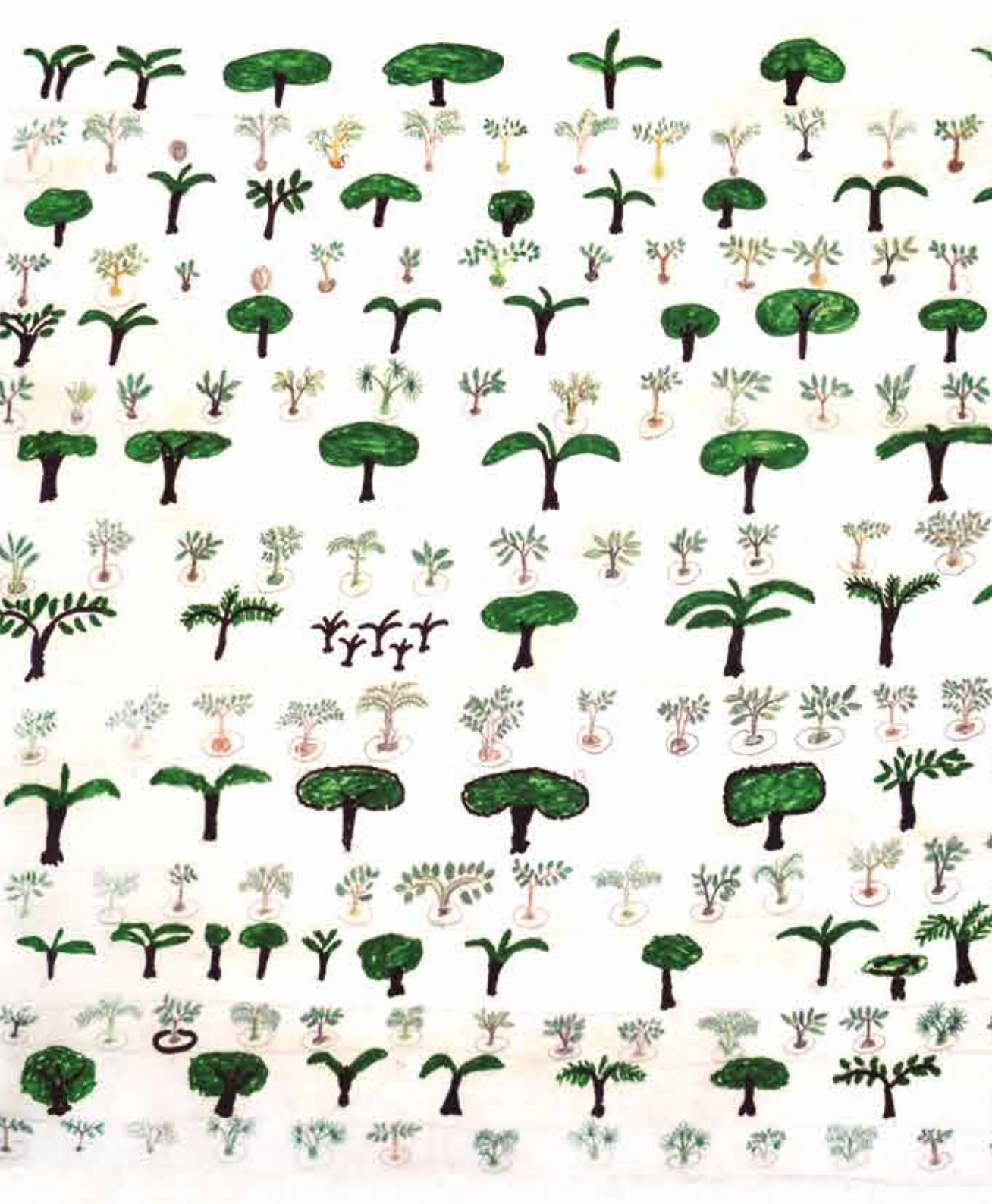
Luís Donisete Benzi Grupioni é Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é coordenador do Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena e secretário-executivo da Rede de Cooperação Amazônica (RCA). Foi professor associado ao curso de licenciatura indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e do curso de licenciatura indígena da USP. Foi fundador e pesquisador do Mari - Grupo de Educação Indígena da USP, pesquisador do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP e assessor do Ministério da Educação para a política nacional de educação indígena. É autor de livros e organizador de coletâneas, entre elas A Temática Indígena na Escola (1995) e Povos Indígenas e Tolerância (2001) Índios no Brasil (1992), Amazônia, Native Traditions (2004) e Brésil Indien: les arts des amérindiens au Brésil (2005). Foi curador de várias exposições etnográficas e fotográficas sobre os povos indígenas no Brasil e no exterior.

Maria Elisa Ladeira é Mestre em Antropologia Social e Doutora em Semiótica e Linguística pela Universidade de São Paulo. Membro fundador do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), integra a sua Coordenação Geral. Desde 1974 acompanha a situação dos povos Timbira do Maranhão e Tocantins. Organizou e coordena o Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hëmpejxà no Maranhão. Implementou e coordenou a Escola Timbira, o projeto Mentwajê Ambiental e Mentwajê Cultural junto aos jovens Timbira. Realizou trabalhos na área da formação de professores indígenas, elaborou e editou mais de 40 materiais didáticos para povos indígenas de diferentes biomas (Amazônia, Cerrado e Pantanal). Foi docente dos cursos de licenciatura intercultural do Ensino Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima e da Universidade Federal de Goiás/UFG. Foi consultora (UNESCO) do Ministério da Educação para a questão indígena no Programa Diversidade na Universidade, e membro titular da comissão organizadora da I Conferência Nacional de Educação Indígena. Coordenou, como consultora do PPTAL e UNESCO, por solicitação da FUNAI, vários GT de identificação e delimitação de Terras Indígenas.

Marina Albuquerque Regina de Mattos Vieira é bióloga pela Unicamp e mestre em Ecologia pelo Inpa. De 2009 a 2015 viveu no Amazonas onde trabalhou com comunidades ribeirinhas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã e na Piagaçu-Purus no tema da caça de subsistência e gestão da fauna. Entre 2015 e 2019 foi indigenista do Instituto Socioambiental em Boa Vista (RR), coordenando a elaboração do PGTA da TI Yanomami e assessorando a construção dos Protocolos de Consulta Yanomami e Ye'kwana e do povo Wapichana, da Região da Serra da Lua. Durante esse período, também assessorou associações indígenas na luta pelos seus direitos, participou da criação do Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana e acompanhou a realização de uma pesquisa intercultural com a Associação de Mulheres Yanomami Kumirãyõma. Atualmente é doutoranda em Ciências Sociais na Universidad Carlos III de Madrid, como parte do Projeto 'Rivers: Water/Human Rights. Beyound the Human?

Priscila Pessoa Chianca é Cientista Social e Assessora do Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Mestre em Política e Gestão Ambiental, pelo CDS-Universidade de Brasília (2010). Trabalha com os Timbira do Maranhão e Tocantins desde 2009 nas áreas de gestão territorial e ambiental e fortalecimento institucional das organizações indígenas. Assessorou cursos de formação para os jovens Timbira em instrumentos de gestão territorial e ambiental, participou de estudos e diagnósticos socioambientais participativos realizados nas Terras Indígenas Timbira, assessorou agendas políticas da Associação Wyty Catë relacionadas à regularização fundiária das TIs Timbira e aos impactos e compensação ambiental de projetos de desenvolvimento e infra-estrutura na região. E assessorou o processo de elaboração do PGTA das TIs Timbira.

Renato Antonio Gavazzi é Geógrafo, mestre, com especialização em agricultura biodinâmica. Desde 1983 trabalha com povos indígenas. Realizou trabalhos na área da formação de professores indígenas com vários povos, principalmente no Brasil, mas também na Venezuela e Bolívia. Em 1996, no âmbito do próprio trabalho na Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), conceitualizou um novo perfil profissional: o do Agente Agroflorestal Indígena (AAFI) para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas do Acre. Organizou livros e mapas para as escolas indígenas e planos de gestão territorial e ambiental de diferentes povos. Atualmente trabalha como consultor e é coordenador pedagógico da formação de Agente Agroflorestal Indígena pelo Programa de Gestão Territorial e Ambiental da Comissão Pró-Índio do Acre.



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-98046-21-1
9 788598 046211

Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas são o tema desta coletânea de ensaios que reúne reflexões de indigenistas e antropólogos que assessoram, em anos recentes, processos de elaboração dessa ferramenta de gestão de terras indígenas da Amazônia brasileira. Aqui estão reunidas experiências desenvolvidas no Acre, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará e Roraima, conduzidas por organizações indígenas e indigenistas que integram a Rede de Cooperação Amazônica.

REALIZAÇÃO

RCA

APOIO

Rainforest Foundation Norway